

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



LETRAS
LISBOA

Cerâmica comum alto- imperial em Monte Molião (Lagos, Portugal): as importações béticas

Cátia Sofia Santos Neto

Lisboa, Janeiro de 2023

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



LETRAS
LISBOA

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Cerâmica comum alto-imperial em Monte Molião (Lagos, Portugal): as importações béticas

Mestrado em Arqueologia

Cátia Sofia Santos Neto

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do Grau Mestre sob orientação da Professora Doutora Ana Margarida Arruda e do Doutor Carlos Pereira

Lisboa, Janeiro de 2023

Resumo

Dos trabalhos arqueológicos concretizados em Monte Molião (Lagos, Portugal) resultou a recolha de abundante espólio diversificado, quer tipológica quer cronologicamente. Este espólio tem vindo a ser estudado através dos mais diversos trabalhos e pretende-se aqui o estudo de um conjunto particular: as importações alto-imperiais de cerâmica comum bética. Pretende-se, assim, averiguar quais as formas presentes, atendendo às suas distintas funcionalidades (cozinha, mesa, armazenamento/transporte, etc...), averiguando o peso destas face à produção local/regional e seguindo as pistas fornecidas pelo reportório cerâmico utilizado durante o Alto-Império quanto à alimentação, nomeadamente quanto à análise morfológica das formas destinadas ao serviço de mesa versus as utilizadas na confeção/preparação dos alimentos.

Palavras-chave: Monte Molião (Lagos, Portugal); importações béticas; cerâmica comum; Alto-Império; hábitos alimentares;

Resumen

De las obras arqueológicas llevadas a cabo en Monte Molião (Lagos, Portugal) resultó en la recolección de una finca abundante, diversificada tanto tipología como cronológicamente. Esta finca ha sido estudiada a través de varias obras y se pretende aquí el estudio de un conjunto particular: las importaciones Béticas de cerámicas comunes que datan del alto Imperio. Por lo tanto, se pretende determinar qué formas están presentes, dadas sus distintas funcionalidades (cocina, mesa, almacenamiento, etc..), verificando el peso de estas importaciones en relación con la producción local y siguiendo las pistas proporcionadas por el repertorio cerámico Utilizado durante el alto imperio con respecto a los alimentos, a saber, el análisis morfológico de las formas destinadas al servicio de mesa versus los utilizados en la preparación de alimentos.

Palavras clave: Monte Molião (Lagos, Portugal); cerámica común; importaciones béticas; Alto-Imperio; hábitos alimenticios;

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO.....	7
II.	O SÍTIO ARQUEOLÓGICO: MONTE MOLIÃO.....	9
2.1.	Enquadramento geográfico.....	9
2.2.	História das investigações: síntese de resultados	14
2.3.	A dinâmica ocupacional do sítio	20
2.4.	Os contextos em estudo.....	22
2.4.1.	<i>Ocupação romana imperial</i>	22
2.4.2.	<i>Compartimentos 5 e 6</i>	24
2.4.3.	<i>Compartimento 9</i>	27
2.4.4.	<i>Compartimento 11</i>	27
2.4.5.	<i>Compartimento 14</i>	29
III.	CERÂMICA COMUM.....	31
3.1.	O estudo das cerâmicas comuns.....	31
3.2.	A cerâmica comum da Bética	41
3.2.1.	<i>Centros de produção</i>	43
3.2.2.	<i>Relações interprovinciais entre a Bética e a Lusitânia</i>	46
IV.	A CERÂMICA COMUM BÉTICA DE MONTE MOLIÃO	49
4.1.	Metodologia.....	49
4.2.	Grupos de Fabrico.....	51
4.3.	Aspetos formais e funcionais.....	55
4.4.	Cozinha	57
4.4.1.	<i>Preparação</i>	58
4.4.1.1.	<i>Alguidar/Bacia (Anexo, Fig.4)</i>	59
4.4.1.2.	<i>Almofariz (Anexo, Fig.5 e 6)</i>	60
4.4.1.3.	<i>Funil (Anexo, Fig.7)</i>	61
4.4.2.	<i>Confeção</i>	62
4.4.2.1.	<i>Caçoila (Anexo, Fig.8)</i>	63
4.4.2.2.	<i>Pote/Panela (Anexo, Fig.9 e 10)</i>	64
4.4.2.3.	<i>Tacho (Anexo, Fig.11)</i>	65
4.5.	Serviço de Mesa.....	66
4.5.1.	<i>Jarro (Anexo, Fig. 12 e 13)</i>	66
4.5.2.	<i>Taça/tigela (Anexo, Fig.14)</i>	67
4.6.	Armazenamento / Transporte.....	68
4.6.1.	<i>Garrafa (Anexo, Fig.15)</i>	68

4.6.2. <i>Grandes Recipientes / Talha (Anexo, Fig.16)</i>	70
4.7. Tampas / Opérculos (Anexo, Fig. 17).....	71
4.8. Síntese da análise	72
V. O CONTRIBUTO DO CONJUNTO DE MONTE MOLIÃO PARA O CONSUMO DA CERÂMICA COMUM BÉTICA NO OCIDENTE PENINSULAR: DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
BIBLIOGRAFIA	81
ANEXOS.....	90

I. INTRODUÇÃO

A grande categoria das cerâmicas comuns tem, geralmente, sido relegada para segundo plano nas investigações. Esta é uma tendência que recentemente se tem procurado contrariar e da qual este trabalho também beneficia, permitindo esclarecer algumas questões que persistem sobre o conhecimento destes recipientes béticos, sobretudo dos que chegaram ao Sul do território atualmente português. Todavia, o maior contributo relaciona-se com a dinâmica de circulação dos contentores com aquela origem e com os padrões de aquisição nos sítios algarvios.

Embora em tempos a cerâmica comum tenha sido menos apreciada, nos últimos anos tem tomado uma posição de destaque, com cada vez mais publicações e informação sobre estas cerâmicas a ser divulgadas, trazendo informação relevante sobre o quotidiano na Antiguidade. A cerâmica comum é a categoria artefactual que, no que diz respeito às cerâmicas romanas, é vista como menos apelativa, no entanto fornece importante informação para além da cultura material de determinada população, mas também quanto aos hábitos quotidianos e de consumo das populações, questões sociais, económicas e políticas.

O estudo das cerâmicas é uma componente da investigação arqueológica com longa tradição, cujo processo passa sempre pela definição de grupos de fabrico ou pastas, de classes, pelas formas, mas também pela correspondência destes grupos ou classes cerâmicas a determinadas áreas geográficas produtoras ou a grupos de fabrico conhecidos de olarias, quando é possível esse grau de minúcia (Casasola *et al.*, 2016).

A presente dissertação centra-se num conjunto de cerâmica comum proveniente de contextos alto-imperiais do sítio arqueológico de Monte Molião, localizado nas imediações da cidade de Lagos. Procurar-se-á caracterizar o grupo estudado através da observação macroscópica, não sendo objetivo criar uma nova tipologia, mas sim classificar o conjunto de acordo com as tipologias já definidas para cada área produtora correspondente. Pretende-se, assim, averiguar quais as formas presentes, atendendo às suas distintas funcionalidades (cozinha, mesa, armazenamento/transporte, etc...), averiguando o peso destas importações face às de produção local/regional e seguindo as pistas fornecidas pelo repertório cerâmico utilizado durante o Alto-Império quanto à alimentação, nomeadamente, quanto à análise morfológica das formas destinadas ao serviço de mesa *versus* as utilizadas na confeção/preparação dos alimentos.

Ao longo deste trabalho serão abordados alguns tópicos recorrentes na bibliografia da área. Monte Molião é um dos sítios cuja investigação tem sido amplamente divulgada através de publicações e de comunicações pela equipa científica e por vários trabalhos académicos.

II. O SÍTIO ARQUEOLÓGICO: MONTE MOLIÃO

2.1. Enquadramento geográfico

Monte Molião (CNS 11870) situa-se no barlavento algarvio, concretamente na Baía de Lagos. Administrativamente, integra-se no distrito de Faro, Concelho de Lagos, União das Freguesias de Lagos, e consta na folha 602 da Carta Militar Portuguesa 1:25000 com as coordenadas: Longitude - N: 37° 06' 48"; Latitude - W: 08° 40' 21"; Altitude - 30 metros.



Figura 1- Localização do Povoado do Monte Molião, Folha 602 da Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000

Localizado na margem esquerda da foz da ribeira de Bensafrim e implantado numa colina com 30 metros de altitude, destaca-se na paisagem e domina visualmente a Baía de Lagos, a Nascente, a cidade de Lagos, a Sul, as planícies, a Oeste, e as pequenas elevações a Norte (Estrela, 1999: 201). As planícies a Oeste e as pequenas colinas a Norte têm boas condições para a agricultura e a ribeira de Bensafrim boas condições de navegabilidade, é expectável que estas condições geográficas, atualmente visíveis, fossem semelhantes na época em que o sítio esteve ocupado (Estrela, 1999: 201).

Geomorfologicamente integra o litoral algarvio, zona descrita como uma fina faixa que se estende à beira-mar, onde encontramos solos planos com ligeiras elevações (Rodrigues, 2002: 14), áreas de relevos que nunca ultrapassam altitudes na ordem dos 400 metros (Ribeiro, 1998: 40). O litoral é composto de dolomites e calcários do Triásico (Estrela, 1999: 201), sendo formado geologicamente por estratos mesozoicos e terciários, interrompidos por uma superfície de erosão (Arruda, 2000: 4-6). A região de Lagos está

representada na Carta Geológica de Portugal (folha n.º 52 – A Portimão), como detentora de um substrato geológico formado por depósitos de areias vermelhas e seixos rubificados do Plio-Plistocénico (Arruda *et al.*, 2007:2).

No litoral algarvio a costa é bastante recortada por baías e enseadas (Gomes, 2004: 56), cenário que seria mais marcado na Antiguidade, formando zonas de abrigo naturais (Rodrigues, 2002: 16). No que à hidrografia respeita, a cidade de Lagos é banhada pela Baía de Lagos e pela ribeira de Bensafrim, conhecida anteriormente como Rio de Lagos. Embora esta ribeira corresponda atualmente apenas a uma pequena linha de água, estudos mostram que durante o primeiro milénio a.C. a colina teria a configuração de um pequeno istmo, ligado a terra apenas na vertente Norte, pelo que o estuário seria consideravelmente maior e o sítio de Monte Molião estaria rodeado por água, quase por completo (Pereira *et al.*, 1994). A baía de Lagos e o estuário de Bensafrim (que teria cerca de 900 metros de largura e cuja foz estaria recuada cerca de 700 metros para o interior que atualmente) mantiveram boas condições de navegabilidade até ao século XIX (Pereira *et al.*, 1994).

Neste âmbito devemos mencionar ainda os relatos sobre uma estrutura localizada num pequeno afluente da ribeira, conhecida como a Barragem de Fonte Coberta, com um alçado de considerável dimensão, da qual existe notícia desde o século XVI, e que segundo Estácio da Veiga se destinava ao abastecimento de água das populações residentes em Monte Molião durante a época romana (Veiga, 1910: 221). Esta interpretação de Estácio da Veiga foi ainda defendida por alguns autores é atualmente improvável. Apesar da grandiosidade da obra levar a pensar que esta abasteceria o aglomerado urbano (Quintela, Cardoso, Mascarenhas, 1986: 103-106), o facto de se localizar a 1,5 km torna indispensável a existência de estruturas de transporte da água desde a barragem até ao povoado. Em casos como o de Monte Molião (Gomes *et al.*, 2019), em que as condicionantes topográficas não permitem a construção de aquedutos a captação da água era feita com recurso a poços que recebiam as águas subterrâneas ou cisternas que armazenavam a água das chuvas (Acero Pérez, 2019: 142).

Quanto ao clima, na cidade de Lagos, é principalmente mediterrâneo, com temperaturas bastante temperadas. A sua baixa altitude relativamente à zona da serra constitui um fator de proteção do clima sentido no resto da costa atlântica de Portugal (Bonnet, Mesquita, Viegas, 1990: 90). No Inverno, mesmo nos meses mais frios, as temperaturas nunca baixam mais que os cinco graus e os Verões são longos e quentes (Arruda, 2000: 2-7). Os ventos sopram principalmente de Norte e de Noroeste, nunca

atingindo grandes velocidades na Baía de Lagos (Arruda, 2000:3-4), o que permite boas condições de navegabilidade uma vez que a ondulação do mar raramente ultrapassa um metro de altura (Dias, 2010: 38).

A cidade de Lagos pertence a uma área fértil, bastante rica em recursos naturais e apta ao cultivo de várias espécies vegetais (Dias, 2010: 38). As espécies aqui observadas são semelhantes às que se encontram no Centro-Sul de Portugal, contudo existe um grande número de espécies originárias das regiões africanas (Bonnet, Mesquita, Viegas, 1990: 90), predominando a palmeira anã (*chamaerops humilis*), a alfarrobeira (*ceratonia siliqua*), a amendoeira (*amygdalus communis*), a figueira (*ficus*), a piteira (*agave pitte*), o esparto (*spirta tenacissima*) e a vinha (Arruda, 2000: 2-4; Ribeiro, 1998: 182; Bonnet *et al.*, 1990: 95). Sublinhe-se ainda que Lagos é também uma região onde o cultivo do trigo é bastante intenso (Ribeiro, 1998:184).

Também a fauna que aqui se encontra é variada, dominando, sobretudo, as espécies piscícolas, como demonstra a abundância de restos malacológicos e ictiológicos em Monte Molião (Detry, Arruda, 2013: 218). A pesca da sardinha e do atum constituíam os principais recursos económicos das populações desde os tempos antigos (Gomes, 2004). No caso particular de Monte Molião, a sua implantação no estuário e, conseqüente, proximidade ao mar favoreceu a utilização acentuada dos recursos marinhos e estuarinos na dieta alimentar (Detry, Arruda, 2013: 214). Embora a dependência dos recursos aquáticos pareça decrescer a partir da Idade do Ferro, regista-se em época Imperial um aumento do consumo de berbigão (Detry, Arruda, 2013: 215-216).

Igualmente importante para a economia local seriam os animais domésticos, em relação aos quais se registam grandes quantidades de coelhos e burros (Dias, 2010: 38), para além da criação de gado bovino (Gomes, 2004). Durante a época romana a principal função dos bovinos terá sido a tração, verificando-se um aumento da sua presença em época Imperial, acompanhado de um crescimento no número de indivíduos jovens, o que sugere a sua utilização na dieta alimentar (Detry, Arruda, 2013: 217). Há também uma forte presença de aves costeiras, particularmente gaivotas e cegonhas, enquanto os répteis são raros (Dias, 2010: 38). Nos níveis Imperiais existem várias espécies de aves selvagens, provavelmente relacionadas com a caça, que parece ter sido uma atividade importante no final da ocupação do sítio (Detry, Arruda: 218).

Por todo o Barlavento existem minas de cobre, havendo também presenças de ouro e ferro (Gomes, 2004: 80). É conhecida no concelho de Lagos uma mina de ferro, a mina do Aduvalho, onde ocorreu extração durante a ocupação proto-histórica e romana

de *Laccobriga*¹ (Gomes, 2004: 4), enquanto os restantes minérios e metais encontrados no sítio seriam originários de regiões próximas (Dias, 2010: 39).

No que a vias de comunicação respeita, desde logo torna-se evidente que as boas condições encontradas no litoral algarvio levaram a que a região desde os primeiros contactos com o Mediterrâneo oferecesse boas condições para as embarcações atracarem, o que por sua vez levou a que desde cedo fossem criados portos um pouco por toda a costa (Dias, 2010: 39). A cidade de Lagos, com o seu clima ameno, ventos fracos e correntes marítimas suave (Arruda, 2000: 4-5), apresentava na Antiguidade boas condições de navegabilidade, associadas a uma costa repleta de abrigos naturais, baías e rios navegáveis (Guadiana e Arade). Esta proporcionava proteção e fácil acesso, condicionando o estabelecimento da rede de povoamento costeiro que sabemos ter existido na região, onde chegavam os produtos e conseqüentemente as influências mediterrâneas, que seriam depois passadas por estes núcleos costeiros para as cidades interiores.

Sabe-se que antigos sítios da Idade do Ferro, nomeadamente Silves, Faro, Tavira, Castro Marim e Lagos, mantinham um intenso contacto por mar com as populações mediterrâneas desde o I milénio a.C. (Arruda, 2000: 4-5). Estes contactos ganhariam cada vez maior importância no panorama das relações aquando da ocupação romana, como se pode comprovar pela presença de elementos exógenos nestes sítios, como as cerâmicas finas, as cerâmicas comuns de importação e elementos de adorno (Dias, 2010: 39). As influências dos contactos com o Mediterrâneo são também visíveis na arquitetura, nomeadamente nas técnicas construtivas (Dias, 2010: 39).

As rotas marítimas que ligam o Barlavento algarvio à Bacia do Mediterrâneo constituem um sistema de circulação que a torna numa das suas principais vias de comunicação, uma vez que a geografia faz com que o Algarve tenha, de certa forma, um isolamento natural do resto do território, com a serra a criar uma barreira física individualizante (Arruda, 2000: 4-5).

Durante o período romano o comércio marítimo começou a intensificar-se, o que estará, possivelmente, ligado ao facto da cidade de Lagos ter sido durante o período romano uma das principais produtoras de preparados piscícolas na região, como atesta o grande complexo industrial encontrado na Rua 25 de Abril (Ramos, 2008) e na Rua Silva Lopes (Almeida, Ramos, 2005), pelo que se assume que estes preparados eram depois

¹ Laccobriga é o topónimo do núcleo urbano romano identificado por Pompónio Melo e Plutarco que terá dado lugar à atual cidade de Lagos

enviados por via marítima para todo o litoral Atlântico e para outros pontos de comércio na bacia do Mediterrâneo (Dias, 2010: 42).

Posto isto, a rede de caminhos definidos em época romana toma uma posição secundária em relação às vias marítimas, sendo utilizadas como vias de distribuição de produtos que chegam aos portos das cidades costeiras (Dias, 2010: 39-43).

Na região do Barlavento algarvio, a rede viária é ainda uma realidade pouco conhecida. Apesar de se terem realizado alguns estudos, há uma escassez de investigação exhaustiva deste tópico, que, para além disso, não é facilmente perceptível no terreno (Rodrigues, 2004: 72). É possível, a partir de alguns documentos históricos, como o Itinerário de Antonino, datado do século III d.C., formular um traçado dos principais eixos viários que ligavam os vários pontos do Algarve e estabeleciam relações com o resto do território (Dias, 2010: 42).

Uma das principais vias seria o eixo longitudinal que ligava as cidades de *Baesuris* (Castro Marim), *Balsa* (Torre d'Aires) e *Ossonoba* (Faro), configurando um trajeto que seria semelhante ao da atual EN 125-6. Tal confirma-se pela observação dos caminhos existentes e pela densidade de sítios identificados em seu redor (Rodrigues, 2004: 40-41). No entanto, a Oeste, em *Ossonoba* (Faro), existe ainda menos informação, sendo colocada a possibilidade de a via que aí passava ter sido construída em terra batida e servir *Laccobriga*, ou seja, Monte Molião (Rodrigues, 2004: 47). Monte Molião, assumindo-se como um dos mais importantes núcleos de povoamento costeiro, seria certamente servido por eixos viários que ajudariam na acessibilidade a zonas interiores ao seu *hinterland* (Dias, 2010: 43). A corroborar esta ideia, descobriu-se um marco miliário *in situ*, na década de vinte do século passado, na localidade Canadas de Bias (Fuzeta), datado do século I, que baliza a ligação viária entre *Baesuris* (Castro Marim) – *Ossonoba* (Faro) – *Laccobriga* (Lagos/ Monte Molião) e reforça a importância deste eixo (Rodrigues, 2002: 37).

A autora de um dos mais recentes trabalhos sobre as vias romanas do Algarve, defende que a falta de referências e o desconhecimento que existe acerca dos caminhos do litoral algarvio ocidental, deve-se a uma organização pouco estruturada dos mesmos, que seriam usados como acessibilidades secundárias, uma vez que o mar seria o principal meio de circulação das populações (Rodrigues, 2004: 47). Nas fontes, concretamente no

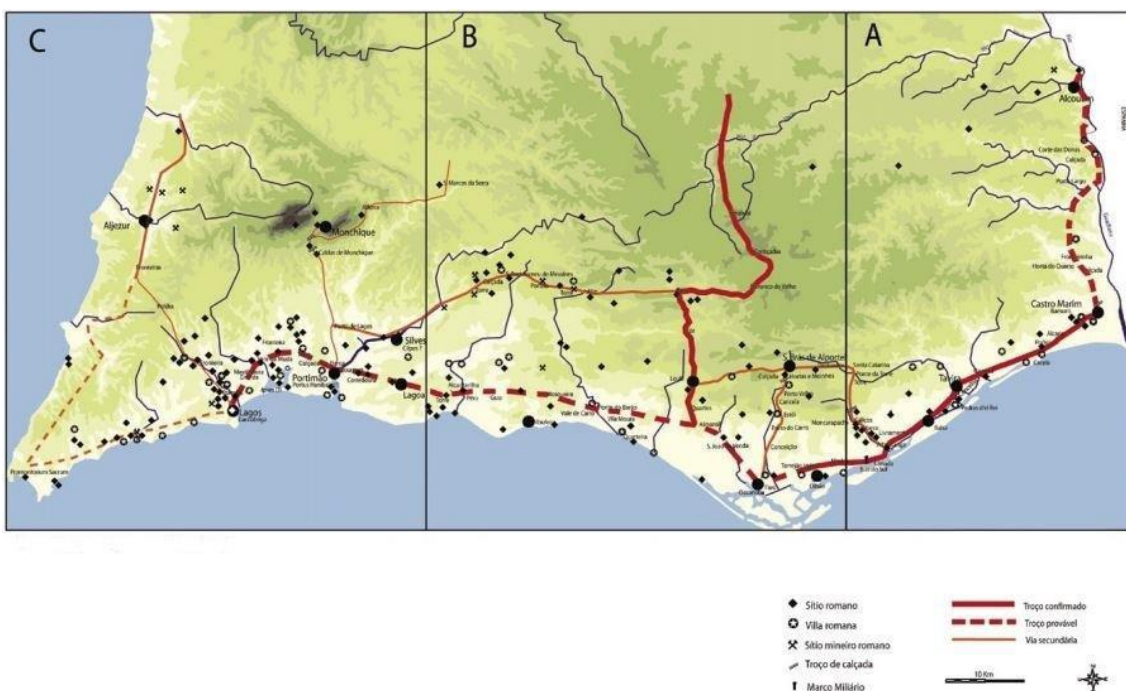


Figura 2 - Mapa geral das vias romanas do Algarve. Extraído de Rodrigues, 2004: 29

Itinerário de Antonino, o traçado que liga a cidade de *Baesuris* (Castro Marim) a *Ossonoba* (Faro), ao chegar a esta última parece desenvolver-se para Norte, em direção a Miróbriga (Santiago do Cacém), que se ligaria ao *Promontorium Sacrum* (Rodrigues, 2004: 51). Atualmente, crê-se que a partir de Faro a via se dirigiria a Almancil, seguindo na direção de Vilamoura, passando pela ribeira de Quarteira, Guia, Lagoa, e atravessando o rio Arade até chegar a Portimão, de onde seguiria para Lagos, antiga *Laccobriga*, onde se situa Monte Molião (Dias, 2010: 43). Estas conjeturas do traçado da via assentam no estudo dos sugestivos topónimos de algumas povoações, bem como na observação prática do número de sítios na envolvência deste eixo viário (Rodrigues, 2004: 37).

2.2. História das investigações: síntese de resultados

Referências ao sítio arqueológico de Monte Molião têm sido feitas ao longo dos últimos cem anos, principalmente relacionadas com a cidade de *Laccobriga*, apesar dos relatos das fontes clássicas serem algo omissos quanto à região do algarve (Estrela, 1999: 202). O geógrafo hispânico, Pompónio Mela, fez referência a pontos geográficos imponentes, um dos quais o *Promontorium Sacrum*, onde Mela localiza *Laccobriga* (Estrela, 1999: 202). Igual referência é encontrada em Ptolomeu (Estrela, 1999: 202).

O sítio é conhecido desde o século XIX, tendo sido apresentado à comunidade científica por Santos Rocha, em 1895, e pelo Reverendo José Joaquim Nunes, na revista

Portugália, em 1899 (Lourenço, 2010). J. Nunes, foi o primeiro a escavar a necrópole do sítio e publicou as suas observações num artigo na revista *Archeologo Português* (Nunes, 1900). Neste artigo o autor fala de várias sepulturas que haviam sido destruídas pelos trabalhos agrícolas, identificando-as como sendo de época romana e distinguindo dois tipos de enterramento, a *crematio*, numa primeira fase, e a *humatio*, numa fase mais tardia (Nunes, 1900: 102). Uma sepultura que escavou era de inumação, orientada a Noroeste, contruída com *tegulae* que formavam como que um telhado e com um fundo de argila, outras eram construídas com lajes de pedra (Nunes, 1900: 102). Existiam também, segundo o autor, várias urnas com cinzas e, sob estas, manchas de fogo, o que o levou a concluir que a cremação dos corpos seria feita no sítio onde eram depois colocadas as urnas funerárias (Nunes, 1900: 102). O autor refere que foram recolhidos do sítio longos ossos e um crânio, bem como vidros, cerâmicas e objetos metálicos (Nunes, 1900: 103).

Estácio da Veiga e Santos Rocha limitaram-se a observar a existência de vestígios de época romana no local (Arruda *et al.*, 2008: 163). Durante as últimas décadas do século XIX, E. da Veiga inventariou por todo o Algarve sítios arqueológicos com o propósito de criar a carta arqueológica da região, que se manifestou na obra *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1910). Na sua passagem pelo sítio de Monte Molião reconhece inúmeros materiais à superfície e nas zonas de encosta, os quais foram datados de época romana e pré-romana, no cimo do monte identificou a cisterna de forma elíptica e no seu interior encontrou materiais romanos e árabes (Veiga, 1910: 222; Estrela, 1999: 203-204). Veiga referiu também que localizada a nascente de Monte Molião, ou seja, na vertente Este, existia uma necrópole romana – segundo o autor afloravam à superfície “muitas sepulturas com louças” - a qual estaria parcialmente destruída (Veiga, 1910: 222; Lourenço, 2010), por efeito da agricultura destes campos e das próprias pilhagens. Durante esta visita foram lhe ainda oferecidos espólios oriundos de contextos funerários (Lourenço, 2010). Estes e outros materiais estão atualmente depositados no Museu Nacional de Arqueologia (Arruda, Sousa, Lourenço, 2010) e no Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Arruda *et al.*, 2008: 163).

Também José Leite de Vasconcellos visitou o local, em 1894, durante a qual o proprietário do terreno lhe ofereceu alguns materiais que o próprio havia escavado das sepulturas (Arruda, Sousa, Lourenço, 2010). Estes materiais, entre os quais se contam uns vasos de cerâmica comum inteiros, juntamente com o espólio recolhido por Estácio da Veiga, compõe o acervo de materiais de Monte Molião existente no Museu Nacional de Arqueologia (Arruda, Sousa, Lourenço, 2010).

Ainda no final do século XIX, Santos Rocha recupera os espólios que o Reverendo Joaquim Nunes havia visto em casa do proprietário do terreno e leva-os para o Museu da Figueira da Foz (Arruda, Sousa, Lourenço, 2010). A sua passagem por Monte Molião não coincide com o fim da exploração da necrópole, pois sabe-se que o proprietário do terreno alargou a sua área de exploração. Sabemos através de Santos Rocha que o espólio cerâmico estava associado às sepulturas e segundo relatos também seus sabe-se que em meados da década de 60 a necrópole estava completamente destruída, devido a intensos trabalhos agrícolas levados a cabo no local ao longo dos tempos (Estrela, 1999: 204).

Em Dezembro de 1900, Santos Rocha, acompanhado por Joaquim Pereira Jardim, efetuou a escavação de duas sepulturas (Rocha, 1906; Arruda *et al.*, 2008: 163) das quais tinha conhecimento desde 1895 (Rocha, 1975 *apud* Arruda, Sousa, Lourenço, 2010). Já no início do século XXI, foram encontradas descrições de algumas sepulturas locais no sítio e estudadas pela Sociedade Arqueológica Santos Rocha (Estrela, 1999: 204). Nesta intervenção foram também identificados os dois tipos de enterramentos e de sepulturas contruídas com tégulas ou lajes e orientadas a Noroeste (Rocha, 1906), como havia sido identificado anteriormente pelo Reverendo José Joaquim Nunes. Os restos osteológicos agora descobertos, estavam em decúbito dorsal, com o braço direito estendido ao longo do tronco e o braço esquerdo dobrado sobre o peito, estando a mão sobre as clavículas (Rocha, 1906). Associado às sepulturas havia espólio diverso: recipientes cerâmicos, nomeadamente taças de *terra sigillata*, lucernas, jarros e bilhas; objetos em metal, concretamente uma jarrinha, um Mercúrio de bronze e objetos de adorno e de uso simbólico; lacrimários; unguentários; um espelho; duas moedas da época de Cláudio e de *Julia Mammea Augusta* (mãe de Alexandre Severo) (Santos, 1971: 356). Todos estes elementos contribuíram para datar a utilização da necrópole, balizando-a entre os séculos I e IV d.C. (Dias, 2010: 46)

Após estes momentos, a investigação do sítio de Monte Molião fica, de certa forma, estagnada, sendo retomada na década de 50 do século XX por um grupo de investigadores que referem a probabilidade de o sítio ter uma ocupação pré-romana, sem, no entanto, desenvolver qualquer tipo de trabalho de campo e publicando apenas um artigo onde apresentam os materiais provenientes de Monte Molião, depositados no Museu Municipal de Lagos (Viana, Formosinho, Ferreira, 1952).

Fora a zona da necrópole, o sítio permaneceu relativamente intacto até à atualidade, apesar das destruições causadas nas décadas de 80 e 90 com a construção da estrada junto à vertente Este e da moradia no topo Norte (Arruda *et al.*, 2008: 163).

Em 1998 foi concedida autorização pela Câmara Municipal de Lagos para a construção de uma vivenda em parte da área do sítio arqueológico (Estrela, 1999: 200). Os trabalhos colocaram a descoberto uma estrutura antiga, pelo que o IPPAR aconselhou o acompanhamento da obra por um arqueólogo e a escavação de emergência da área onde encontrava a estrutura (Estrela, 1999: 200). A intervenção arqueológica no local consistiu na abertura de uma sondagem, com o respetivo registo, no acompanhamento de retiradas/revolvimento de terra, abertura de fossas ou valos e no registo gráfico e fotográfico do muro detetado (Estrela, 1999: 201).

A sondagem aberta foi de 14,25 m², seguindo o método das camadas naturais, e foram detetadas dez unidades estratigráficas, correspondentes a estruturas de construção ou de combustão (Estrela, 1999: 205) Estes níveis foram datados de época romana alto-imperial (Estrela, 1999: 206-208). No acompanhamento dos trabalhos da obra foram também identificados materiais arqueológicos de diversos tipos, os quais atestam a ocupação romana e pré-romana do sítio (Estrela, 1999: 204-208). Foram também encontrados materiais à superfície, nomeadamente cerâmica, havendo também materiais líticos, fauna, ferro e vidros (Estrela, 1999: 204).

No ano de 2005 a cargo da empresa Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural Lda., foram realizados trabalhos que procuraram aferir se existia uma ocupação humana na área que viria a ser fortemente afetada por um projeto de urbanização (Sousa, Serra, 2006: 13). A área intervencionada nesta fase, o lugar do Telheiro, junto ao Monte Molião, desenvolvia-se junto à estrada da Meia Praia, paralelamente à ribeira de Bensafirim, ou seja, fica a Este do povoado de Monte Molião e a sul do terreno onde possivelmente terá existido a necrópole (Sousa, Serra, 2006: 13).

A intervenção teve duas fases de trabalho: a primeira fase incidiu nas zonas menos elevadas, com a abertura e acompanhamento de sondagens mecânicas que cobriram cerca de 300 m², enquanto a segunda fase dos trabalhos incidiu na zona mais elevada, onde foram abertas sete sondagens (Sousa, Serra, 2006). Dos primeiros trabalhos foram recolhidas cerâmicas romanas (juntamente com cerâmicas vidradas de cronologia moderna e contemporânea) de um estrato de aterro de espessura considerável (Sousa; Serra, 2006: 15). Estas cerâmicas romanas foram identificadas quer do período republicano, quer do período imperial, embora a maioria sejam da cronologia tardia, tendo sido datadas, concretamente, entre o início da era e o século II d.C. (Sousa, Serra, 2006: 15). Este conjunto cerâmico era, portanto, constituído por *sigillata* itálica, *sigillata* sudgálica, *sigillata* hispânica, ânforas e cerâmica comum proveniente da zona da Bética costeira e do Guadalquivir (Sousa, Serra, 2006: 15). Das sete sondagens

abertas apenas uma, a sondagem 1, revelou níveis arqueológicos, tendo sido identificada uma estrutura negativa de onde foram recolhidos carvões, restos de fauna mamalógica, malacológica e ictiológica e cerâmicas que apontam para o século II a.C. (Sousa, Serra, 2006: 16). Dada a escassez de dados obtidos, não foi possível fazer uma leitura definitiva, embora os arqueólogos responsáveis tenham considerado que poder-se-á ter tratado de uma estrutura negativa, sendo inegável que os materiais recolhidos apontam para a presença de populações itálicas ou fortemente romanizadas na área (Sousa, Serra, 2006: 16).

Foi ainda realizada uma intervenção de emergência em 2007 no sopé do monte, durante a qual foram detetados níveis estratigráficos conservados de cronologias da II Idade do Ferro e de época romana republicana e imperial (Bargão, 2008: 174-179). As sondagens abertas colocaram a descoberto uma ocupação sidérica e indícios de reocupação do mesmo espaço em época tardo-republicana (Bargão, 2008: 187). Para além destes contextos e do espólio a eles associado, foram descobertas estruturas datadas do período imperial, relacionadas com um espaço habitacional, sob o qual foram encontrados dois tanques que pertenciam a um complexo de preparados piscícolas, de utilização anterior à doméstica (Bargão, 2008). Associados a estas estruturas existiam fragmentos de terra *sigillata*, dominando as produções sudgálicas, diversas ânforas e cerâmica comum, grupos nos quais dominava as importações béticas (Bargão, 2008).

Ainda em 2007 houve outra intervenção de emergência, também na área afetada pela nova urbanização. Durante esta foi identificada uma estrutura de fosso, com cerca de dois metros de profundidade, e um pequeno empedrado que os autores identificaram como parte de um torreão, que estaria, possivelmente, anexo a uma estrutura de muralha. Os materiais associados a estes vestígios eram diversos, desde *terra sigillata*, paredes finas, cerâmica de verniz negro itálico, cerâmica pintada, ânforas de produção africana e gaditana. Todavia, os autores não avançaram com um enquadramento cronológico específico, tendo proposto que a construção destas estruturas se balizaria entre os séculos I/II a.C. e o século III d.C. (Diogo, Marques, 2008: 61-65).

A partir de 2006 as intervenções arqueológicas levadas a cabo no sítio de Monte Molião passaram a inserirem-se no projeto plurianual “Monte Molião na Antiguidade”, sob a direção científica da Doutora Ana Margarida Arruda. Este projeto resulta do protocolo elaborado entre a Câmara Municipal de Lagos, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Uniarq (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) e tem como principal objetivo definir e caracterizar as ocupações antigas de Monte

Molião.

À data do início do projeto, existia uma camada de vegetação rasteira em grande parte do terreno, com o afloramento rochoso calcário já perto da superfície em algumas áreas e com indícios de área teria sido agricultada, nas imediações do sector A. Para além disto, havia por toda a elevação dispersão de materiais arqueológicos, nomeadamente ânforas, tesselas e terra *sigillata*.

Logo no ano de 2006, primeiro ano do projeto, foram abertos três sectores (A, B, C). Durante os anos 2007 e 2008 os trabalhos centraram-se nos sectores A e C, pois estes prometiam uma melhor leitura do sítio do ponto de vista funcional e diacrónico. Os trabalhos de 2006 e de 2007, em particular, forneceram dados essenciais para compreender a sequencia ocupacional de Monte Molião, ficando completamente comprovada a ocupação pré-romana no local, documentada principalmente nos Sectores C e D tanto ao nível de espólio como da arquitetura (Arruda *et al.*, 2008).

Os resultados obtidos até à campanha de 2008, inclusive, demonstram a presença de uma densa ocupação romana imperial, plasmada, principalmente, mas não só, na abundante quantidade de materiais recolhidos e na planimetria arquitetónica ordenada (Arruda *et al.*, 2015: 24) Ainda à luz dos resultados obtidos nessas intervenções, em que o sector B revelou uma escassa potência estratigráfica, em 2009 os trabalhos centraram-se apenas no sector A, dos quais resultou evidente que sob os potentes níveis imperiais se conservam níveis e estruturas de ocupações anteriores (Arruda *et al.*, 2015: 24). Em 2011, depois de um ano de interrupção, os trabalhos visaram alargar o sector C e a escavação da área anexa à cisterna, que se prolongou por 2012 e 2014. Por fim, durante a campanha de 2015, só o sector A foi alvo de intervenção, levando a cabo o alargamento do sector para Sul e das ruas A e B, com o objetivo de esclarecer algumas questões e de colocar a descoberto o compartimento 6, visível desde a campanha de 2009, bem como o edifício que integra juntamente com o compartimento 5 (Arruda *et al.*, 2015: 10).

Os trabalhos de 2015 vieram também validar a hipótese colocada aquando da escavação do sector C, de que no sítio de Monte Molião se verifica a reutilização de estruturas de épocas anteriores: no sector C verificou-se reutilização de estruturas da Idade do Ferro em época romana republicana e, no sector A, verifica-se a reutilização de estruturas republicanas em época imperial (Arruda *et al.*, 2015: 25). Os trabalhos da campanha de 2017 tiveram como objetivo o alargamento de algumas áreas intervencionadas.

Será ainda de referir que outras campanhas tomaram lugar até ao presente ano, no

entanto o conjunto em análise não inclui materiais dessas intervenções.

2.3. A dinâmica ocupacional do sítio

Pelo espólio e contextos que têm vindo aqui a ser descritos, durante o século II a.C. eram consumidos em Monte Molião produtos provenientes da Península Itálica, do Norte de África e da Baía de Cádiz, pelo que se intui que o sítio se encontrava plenamente integrado nas correntes comerciais mediterrâneas. Todavia, sabe-se também que esta tradição remonta ao período sidérico, fazendo Monte Molião parte deste universo pelo menos desde o último quartel do século IV a.C. Os indícios recolhidos apontam para uma ocupação bastante densa entre o início do último quartel do século II a.C. e as duas primeiras décadas da centúria seguinte (Arruda, Sousa, 2012: 129-130), ocupação essa que parece depois retrair-se sem que haja um total abandono do local (Pereira, Arruda, 2016).

Regista-se, entre meados da segunda metade do século II a.C. e os meados da primeira metade do século I d.C., uma intensificação do comércio marítimo, continuando as produções gaditanas a dominar o espólio dessa época, ao nível dos grandes contentores e da cerâmica comum (Dias, 2010: 41). No entanto, após as duas primeiras décadas do século I a.C., o sítio perdeu algum do seu poder aquisitivo, facto que poderá estar relacionado com uma crise económica/demográfica, mas que contrasta com a realidade que se observa noutros núcleos habitacionais coevos da região algarvia (Arruda *et al.*, 2006; Sousa, 2009; Viegas, 2011). Outras explicações têm sido também avançadas, nomeadamente a possível ocorrência de um sismo, possivelmente seguido de um tsunami (Arruda, Sousa, 2012:130; Detry, Arruda, 2013). Porém, outros locais que sofreram os mesmos fenómenos naturais não mostram uma quebra económica tao abrupta ou prolongada (Silva *et al.*, 2005). Esta quebra revê-se na ausência de construções e/ou reconstruções, bem como pela pouca expressividade de produtos importados, situação que se manteve até meados do século I d.C., momento em que o sítio volta a destacar-se como um dos mais dinâmicos do Algarve (Pereira, Arruda, 2016).

O local está também associado aos acontecimentos militares que decorreram da conquista romana do extremo Ocidente. Os dados permitem aferir que na primeira metade do século I a.C. o comércio com o mundo itálico se intensificou (Lourenço, 2010: 12), enquanto em meados da mesma centúria o sítio já recebia abundantes importações provenientes não só da Itália, como também do Sul da Gália, da Andaluzia e do Norte de África, essencialmente de produtos alimentares como o azeite e os preparados piscícolas

provenientes da Bética (Arruda, 2007). Situação que parece coerente com o facto de a economia da Hispânia ver o seu maior crescimento durante a dinastia Júlio-Claudia, até meados do século II d.C. (Blázquez Martínez, 1971).

As realidades observadas em Monte Molião após o final da guerra sertoriana podem relacionar-se com o facto de ter sido apoiante do exército de Sertório (Arruda, Sousa, 2012: 130). Com o fim dos conflitos, o Algarve passa a integrar o chamado mundo provincial romano, no qual Monte Molião e toda a sua área envolvente foi integrado. Nas zonas rurais ao longo da ribeira de Bensafrim e nas áreas junto à costa desenvolvem-se inúmeros aglomerados de construções, bem como na área atualmente ocupada por Lagos, sendo que Monte Molião se apresentaria como um local central na área da baía, com um papel de relevo na ocupação dos territórios em seu redor, pelo menos no início do processo (Arruda, 2007: 26). Porém o facto de em Monte Molião não se conhecer equipamentos públicos equivalentes aos das principais cidades romanas e de nunca ter tido a mesma visibilidade que *Ossonoba* ou *Balsa* leva a crer que este sítio teria um papel menos importante nas atividades político-administrativas no quadro da ocupação romana (Pereira, 2012: 176).

A renovação urbanística que decorre em meados do século I d.C., é acompanhada de um notável desenvolvimento da atividade comercial, consubstanciada em numerosas importações, de produtos alimentares (envasados em ânforas) e manufacturados (cerâmica comum e de mesa), com origem, fundamentalmente, na província da Bética (Pereira, Arruda, 2016), o que é bastante frequente no Algarve. Esta renovação parece estar relacionada com a identificação de *villae* nos arredores de Molião e o florescimento de indústrias de transformação piscícola na zona da atual cidade de Lagos, que, por sua vez, remete para uma realidade de reordenamento e reocupação do território (Lourenço, 2010: 13). Os dados indiciam que com a florescente industrialização da salga de peixe na área da baía, Monte Molião parece perder algum destaque, ao passo que a zona da atual cidade de Lagos ganha uma maior importância, na medida que teria mais fácil acesso e melhores condições para a rentabilização dos recursos marinhos (Lourenço, 2010:13). São exemplo desta realidade os complexos industriais localizados na Rua Silva Lopes e na Rua 25 de Abril.

Ao nível do espólio recuperado, pode-se caracterizar a época imperial em Monte Molião pelas importações de ânforas sudgálicas, hispânicas e africanas, pela cerâmica africana de cozinha, pela *terra sigillata* e pela importação de cerâmica de paredes finas da área da Bética, sem esquecer, claro, a também abundante cerâmica comum quer

proveniente da área da Bética, quer de produção local/regional (Dias, 2010: 41).

2.4. Os contextos em estudo

2.4.1. *Ocupação romana imperial*

Datam desta época as estruturas que se encontraram mais bem conservadas em Monte Molião (Arruda *et al.*, 2008). Os dados estratigráficos recolhidos, principalmente no sector A, através de estruturas e de materiais identificados, permitiram colocar o conjunto da época imperial num período compreendido entre o reinado dos Flávios e o início do reinado dos Antoninos (Arruda *et al.*, 2008: 184). É no espólio recolhido no grande edifício localizado no sector A, no lado Este, junto à Rua de Molião, que se centra a análise artefactual realizada neste trabalho, concretamente nos primeiros níveis da ocupação romana imperial (Anexo, Fig. 3). Embora as fases flávia e antonina fossem já bem conhecidas, as que remontam à primeira metade do século I d.C. foram mais difíceis de detetar, atendendo à sua ausência nos sectores B e C e ao investimento até há relativamente pouco tempo nos níveis que se sobrepunham aos níveis júlio-cláudios (Pereira *et al.* 2019: 296).

Embora os resultados obtidos até à campanha de 2008, inclusive, tenham demonstrado a existência de uma densa ocupação durante a época imperial, plasmada na abundante quantidade de materiais recolhidos e na planimetria arquitetónica ordenada (Arruda *et al.*, 2008), os trabalhos de 2009 demonstraram que a ocupação desta área não se cingia à época imperial (Arruda, Lourenço, Pereira, 2009), situação que se viu ainda mais complexa com a descoberta do palimpsesto de sucessivas construções, reparações, aproveitamentos e destruições que foi encontrado na campanha de 2015 (Arruda *et al.*, 2015), os quais nem sempre se conseguem distinguir do ponto de vista estrutural ou estratigráfico (Arruda, Pereira, Sousa, 2020).

A ocupação alto-imperial caracteriza-se pela edificação de patamares ao longo da vertente do Monte Molião, formando compartimentos que foram encaixados em interfaces negativas, truncando os níveis preexistentes, do período Romano-Republicano, bem como pelo aproveitamento recorrente das estruturas dessa cronologia. Os vestígios mais recentes da ocupação romana de Monte Molião caracterizam-se pela reocupação de compartimentos mais antigos, cuja continuidade na sua utilização não parece ter tido grandes alterações das estruturas, o que pode ser comprovado pelos reforços de algumas paredes, colocados diretamente sobre os sedimentos da ocupação anterior (Arruda, Pereira, Sousa, 2020: 186) como o compartimento 1, pelo reaproveitamento de espaços

abandonados, como é o caso do compartimento 3, e pela construção de novos espaços, exemplificado pelo compartimento 5 (Arruda *et al.*, 2008). Estas alterações no aparelho construtivo da fase republicana durante a fase imperial são evidentes quer ao nível dos muros que delimitam os compartimentos, quer ao nível dos muros exteriores. Enquanto nos primeiros o cuidado e qualidade dos materiais aumenta na fase imperial, nos segundos verifica-se a situação inversa, com perda de qualidade dos componentes (Arruda, Pereira, Sousa, 2020: 186).

A ocupação romana imperial pode ser dividida em distintas fases, materializadas num conjunto de construções de considerável dimensão e leitura (Arruda, Sousa, Pereira, 2017: 20; Arruda, Pereira, Sousa, 2020). Os níveis e estruturas de pleno século I d.C. parecem estar confinados a um espaço concreto do sector A, tratando-se a um edifício de forma retangular no qual foram detetados e recolhidos os mais antigos materiais arqueológicos datados do século I d.C./segunda metade do século I d.C. Este grande edifício, embora ainda não esteja definido na sua totalidade, deixa antever uma planta quadrangular, com uma área de cerca de 676 m², estando limitado por paredes espessas e dividido em várias células (12 no total) de variadas dimensões e separadas por muros menos espessos que as paredes (Arruda, Pereira, Sousa, 2020: 185). A sua construção data do período Romano-Republicano, tendo sido utilizado, pelo menos, até ao final da época dos Flávios, sofrendo remodelações e reconstruções durante o seu uso prolongado como se verifica nos casos dos compartimentos 11, 14 e 16. Estes transparecem alterações simples, observando-se apenas o alteamento das paredes pré-existentes e a construção de muros para obstrução de portas e sedimentos republicanos, como se encontra plasmado nos compartimentos 11 e 10 e como acontece com a separação do compartimento 14 dos 12 e 13 (Arruda, Pereira e Sousa 2020:185-186). Também se detetaram casos de alterações mais profundas, como nos casos em que foram feitas demolições integrais que resultaram numa transformação total dos espaços, como acontece nos compartimentos 5 e 6, devido à construção das *cetariae* no primeiro, em meados do século I, ou nos casos em que procederam à obstrução, em momento imperial (*ibidem*).

Desde 2009 foram colocados a descoberto compartimentos destinados a uma unidade produtiva particular, os compartimentos 5 e 6, e as mais recentes campanhas delimitaram espaços do mesmo edifício com outras funções, eventualmente destinadas ao quotidiano dos proprietários. A construção de pavimentos com recurso a materiais plásticos, como no compartimento 11, e a estuques de revestimento pintados, está demonstrado pelos vestígios recuperados entre os níveis de derrubes das paredes ou

grandes quantidades de cerâmicas finas de mesa, como se verificou no compartimento 14 (Arruda *et al.*, 2015). Para além disto, há ainda a recorrente existência de estruturas de combustão nos compartimentos deste edifício, com exceção do compartimento 11, cuja razão de ser não foi ainda possível determinar (Arruda, Sousa, Pereira, 2017: 21).

2.4.2. *Compartimentos 5 e 6*

Na campanha de 2009 (Arruda, Lourenço, Pereira, 2009), na zona Sudeste do sector A e após a remoção de realidades de abandono, nomeadamente o grande derrube pétreo, U.E. [112], relacionado com o colapso da estrutura, foi possível definir um grande edifício, no qual se identificaram três realidades distintas relacionadas com o seu abandono: o derrube pétreo, U.E. [112], diretamente associado ao colapso da parede Oeste do edifício; a U.E. [121] relacionada com o colapso do telhado; a formação da U.E. [117], associada ao espaço de tempo entre o colapso do telhado e o derrube da estrutura U.E. [25]. Foi ainda possível compreender que o grande edifício se encontrava subdividido em dois pequenos compartimentos, denominados compartimento 5 e compartimento 6, sendo que o primeiro se localiza na zona mais a Norte do edifício e o segundo na zona mais a Sul. Esta compartimentação foi definida fisicamente pela construção de duas estruturas pétreas de pequena espessura que correspondem às U.E.s [115] e [134].

O compartimento 5, escavado integralmente até ao afloramento na campanha de 2009, continha níveis do período romano imperial, pelo que se identificaram vários estratos relacionados com a sua ocupação: uma camada de cinzas, U.E. [135], estruturada a Norte por uma fiada de pedras emparelhadas U.E. [136], que corresponde à última fase de utilização; associado à utilização desta lareira foi identificado um piso de terra batida de coloração vermelha (U.E. [137]), cuja remoção permitiu colocar a descoberto outro, também de terra batida, porém de coloração esverdeada, que já não é contemporâneo da lareira U.E. [136], mas que foi utilizado em simultâneo com a lareira e uma placa de argila situada no centro do compartimento (U.E. [141]). Foi também colocado a descoberto um piso composto por pedras de pequena dimensão (U.E. [144]), que deverá corresponder ao primeiro momento de utilização, pois em algumas zonas assenta diretamente sobre o substrato geológico (Arruda, Lourenço, Pereira, 2009).

O compartimento 6 caracteriza-se pela presença de dois tanques relacionados com a produção de preparados piscícolas. Esta interpretação deve-se à identificação de um estrato de enchimento escavado que continha restos de preparados piscícolas,

nomeadamente restos de fauna ictiológica embalada num sedimento arenoso de coloração amarelada (Arruda, Lourenço, Pereira, 2009). Durante a campanha de 2009 apenas um deles foi escavado na sua totalidade (U.E. [118] – cetária 2), dado que o segundo se localizava junto ao corte, impedindo a sua definição total. Ambos os tanques possuem uma forma elipsoidal e estavam revestidos a *opus signinum*, assim como um piso que lhes está associado (U.E. [139]), que seria a plataforma de laboração das cetárias anexas (Arruda, Lourenço, Pereira, 2009).

Assim, para este edifício, foi interpretado que os compartimentos teriam sido utilizados em conjunto, uma vez que o acesso ao compartimento 5 é feito obrigatoriamente através do compartimento 6, pois não existem acesso diretos ao exterior. O compartimento 6 estaria diretamente relacionado com a produção de *garum* e o compartimento 5 com a armazenagem dos preparados, uma vez que foram identificados vários contentores anfóricos da forma Dressel 20, um contentor tipo Beltran 2b e um grande recipiente de tipo *dolium*.

Posteriormente, foi colocada a hipótese de que o compartimento 5, para além da armazenagem, poderia também relacionar-se com a preparação/confeção de alimentos (Arruda, Lourenço, Pereira, 2009). Esta hipótese deve-se à identificação de duas lareiras (de momentos diferentes) no centro do compartimento e a panóplia de cerâmicas de cozinha que foram aqui recolhidas. Apesar da proximidade da área residencial tornar esta possibilidade, no geral, uma hipótese viável, o facto de o acesso ter que ser obrigatoriamente feito através do compartimento 6, onde se localizam as duas cetárias, reforça a leitura de que seriam utilizados em conjunto.

Como se pode ver no gráfico 1, a cerâmica comum, a cerâmica fina de mesa e as ânforas são os materiais recolhidos em maiores quantidades. Existe uma fraca presença de cerâmica de produção local, comparativamente às fases posteriores, existem importações de cerâmica comum da Bética e uma forte presença, como já foi referido, de contentores anfóricos, com destaque da forma Dressel 20 de produções de Guadalquivir (Bética). Como foi já referido num estudo sobre as ânforas alto-imperiais de Monte Molião, nestes contextos foi registado um grande número de ânforas Dressel 20 provenientes do Guadalquivir (Arruda, Viegas, 2016: 449), presença que estará relacionada com a utilização do azeite transportado nos contentores, utilizado na preparação dos preparados de peixe, e com a reutilização dos contentores para armazenamento do produto final (Viegas, Arruda, 2013: 729-730). Há também uma presença residual de terra sigillata hispânica e um grande número de importações de terra

sigillata sud-gálica, das quais as formas Drag. 15/17 e 27 estão bem documentadas, com balizas cronológicas de c. 10/15 a 130/135 d.C. e c. 10/15 a 145/150, respetivamente. Este conjunto de informação permite centrar a ocupação do edifício na primeira metade do século I.

Na campanha de 2015 (Arruda *et al.*, 2015) foi escavado o que restava do compartimento 6, permitindo aferir que ambas as cetárias possuem o mesmo formato, genericamente quadrangular com cantos curvos e um remate inferior em forma de meia cana invertida, bem como uma pequena depressão circular na base destinada a facilitar a sua limpeza. Foi também posta a descoberto a entrada para o compartimento, definida por um vão de cerca de 1 m, localizado a meio da parede Sul.

Estes compartimentos foram abandonados de forma repentina, à semelhança do que se verifica na fase mais antiga do período republicano (Pereira, Arruda, 2016:157). Os dois compartimentos estavam sepultados sob densos e espessos níveis de derrube, das paredes e cobertura, o que veio a possibilitar a sua conservação, não ficando, no entanto, claro qual a razão que levou a que fossem inutilizados (Pereira, Arruda, 2016:157).

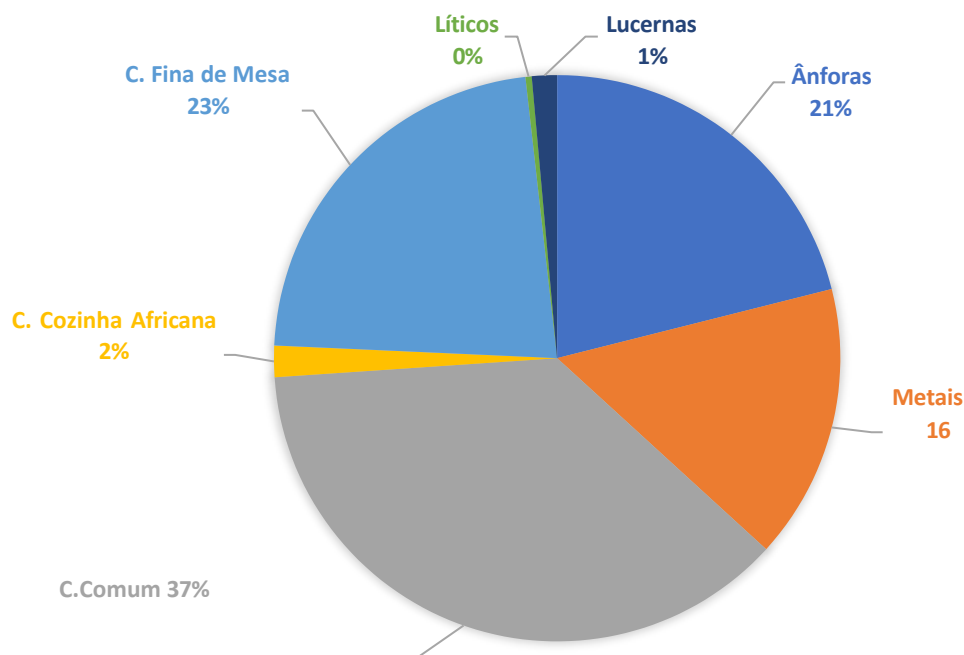


Gráfico 1 - Contabilização dos diversos tipos de materiais registados nos compartimentos 5 e 6 e respetivo colapso

2.4.3. *Compartimento 9*

Durante a campanha de 2015 este compartimento foi alvo de trabalhos minimalistas, que tinham como objetivo destacar os muros que o definem (Arruda, Lourenço, Pereira, 2009). Foi somente na campanha de 2017 que o interior do compartimento foi intervencionado, foi definida a U.E. [320], que cobria toda a área do interior do compartimento. Sob esta foi detetado um derrube que cobria, parcialmente, a estrutura [9], que ficou designado como U.E. [334] (Arruda, Sousa, Pereira, 2017). Após retirar o derrube foi possível identificar a camada U.E. [335] que estava a cobrir um lajeado, a U.E. [344], que a equipa optou por manter, por forma a conservar o nível de ocupação, continuando a intervenção apenas numa pequena área onde já não se encontrava conservado (Arruda, Sousa, Pereira, 2017). Sob o lajeado foram identificados um depósito argiloso avermelhado e a vala de fundação da estrutura [25] (Arruda, Sousa, Pereira, 2017). Os materiais recolhidos permitem integrar o compartimento 9 na fase imperial do sítio, entre o século I d.C. e o século II d.C. (Arruda, Sousa, Pereira, 2017).

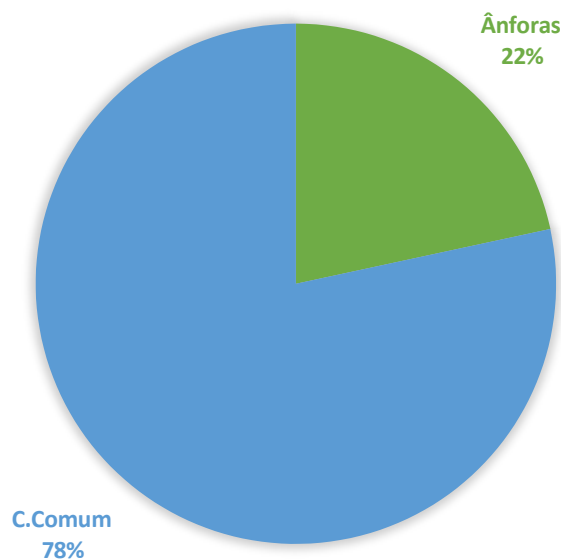


Gráfico 2 - Contabilização dos diversos tipos de materiais registados no compartimento 9

2.4.4. *Compartimento 11*

Na campanha de 2015, a remoção de uma camada superficial (U.E. [219]) possibilitou a descoberta de um compartimento que pertence ao mesmo edifício onde foram identificados os compartimentos 5 e 6, apresentando a entrada aberta na mesma

orientação, ou seja, para Sul. No seu interior foram escavados três níveis estratigraficamente sequenciais, relacionáveis com a fase de abandono (ou de derrocada) do espaço, as U.E.s [226], [227] e a [256], que correspondem ao nível de derrube das paredes e do respetivo telhado. Sob estes níveis foi definida a camada [261], que se apresenta bastante mais limpa e regular (Arruda *et al*, 2015). Sob esta encontrava-se um estrato de derrubes que cobriam o que assume ser restos do pavimento do compartimento (Arruda, Sousa, Pereira, 2017).

Na campanha de 2017, para além do interior do compartimento, foi também escavado o espaço exterior deste compartimento, onde foi identificada uma concentração de pedras e um depósito acastanhado. Ambas as realidades estavam cobertas pela U.E. [268], removida na campanha de 2015 (Arruda, Sousa, Pereira, 2017). Com a remoção destas novas realidades ficou a descoberto um derrube de tégulas, em frente à entrada do compartimento, que se supõe que tenha pertencido aos derrubes do compartimento 11, pois, no interior, também surgiram tégulas e restos de argamassas de revestimento, pelo que se assumiu ser a mesma realidade (Arruda, Sousa, Pereira, 2017).

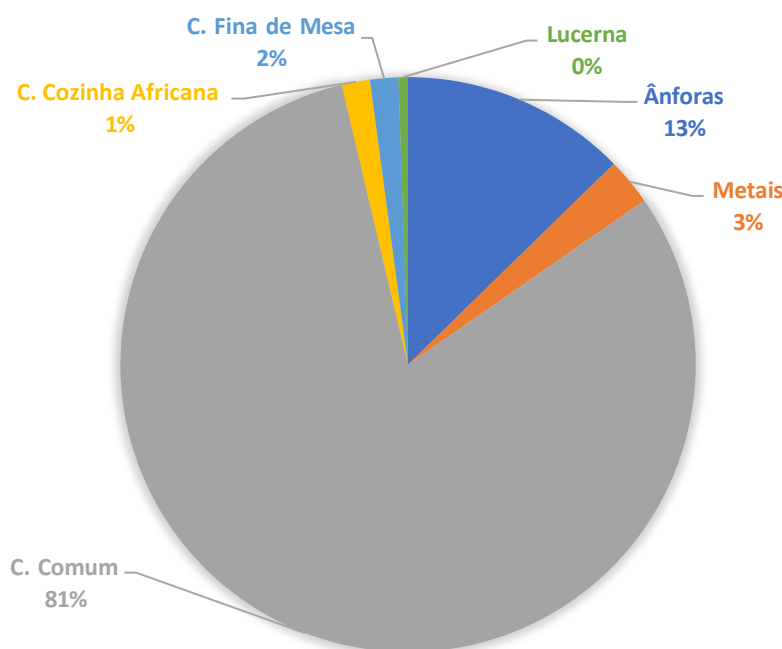


Gráfico 3 - Contabilização dos diversos tipos de materiais registados no compartimento 11

Nestas áreas foram recolhidos diversos materiais, nos quais dominam as cerâmicas comuns, seguindo-se apenas as ânforas com uma presença significativa. Os materiais recolhidos apontam para que a utilização deste espaço tenha ocorrido entre os séculos I e II d.C.

2.4.5. *Compartimento 14*

Durante a campanha de 2015 foi registada uma camada, [249], no espaço que se desenvolve a Sul do compartimento 11, que na altura foi interpretada como sendo uma área exterior do compartimento 11, mas mais tarde compreendeu-se que correspondia a um novo compartimento (relatório 2015).

Após a remoção dos níveis superficiais foram identificadas várias camadas conservadas, das quais as U.E. [336] e [337], que parecem corresponder a níveis de aterro, com bastante entulho e, na primeira, quantidades significativas de fauna mamalógica (Arruda, Sousa, Pereira, 2017). De seguida foi identificada a U.E. [249] que apoiava restos de uma estrutura mal conservada que deverá ser contemporânea à que foi registada no compartimento 11 e sob a qual foram encontrados níveis de argilas (U.E. [345]), de cinzas e carvões (U.E. 355] e [356]) com materiais e restos de estuque (U.E. [364]) (Arruda, Sousa, Pereira, 2017). Estes últimos níveis, foram interpretados como pertencendo a uma estrutura de combustão, de contornos subcirculares fixados com *tegulae* e *laterae* (Arruda, Pereira, Sousa, 2020: 187). Sob estes estratos outros foram identificados, inclusive o estrato [367] que corresponderá ao nível de utilização ou pavimento, mas não foram intervencionados (Arruda, Sousa, Pereira, 2017).

Sabe-se, atualmente, que algumas ânforas, concretamente as Dressel 20, foram reutilizadas no armazenamento de preparados de peixe produzidos localmente (Arruda, Pereira, Sousa 2020: 191). O que, associado ao conjunto encontrado, permite supor que neste espaço fossem levadas a cabo atividades ligadas à produção alimentar, em particular, de preparados de peixe. Os materiais e estruturadas registados permitem incluir o compartimento 14 na primeira metade do século I d.C. Algo que se destacou neste compartimento foi o conjunto de materiais destinados à transformação e contentorização de produtos alimentares, incluindo a presença de uma mó completa, de uma ânfora tipo Dressel 20 na variante *parvae*, entre outras (Arruda, Sousa, Pereira, 2017).

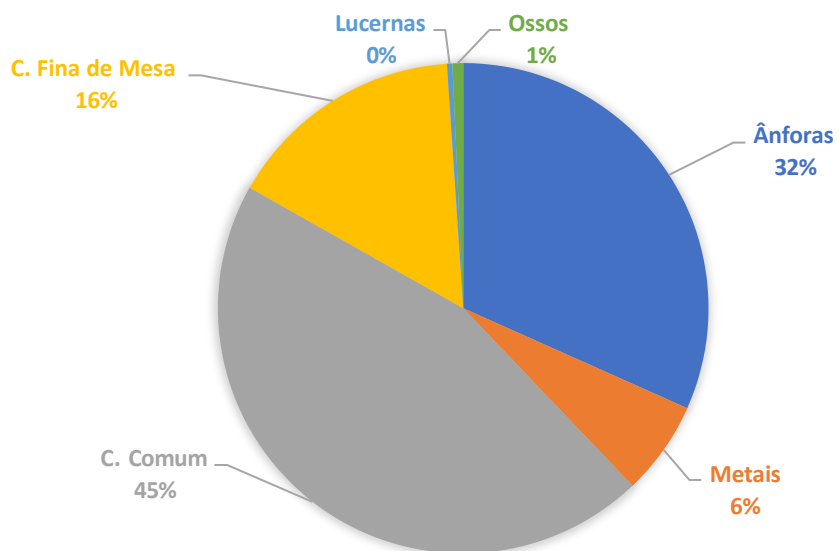


Gráfico 4 - Contabilização dos diversos tipos de materiais registados no compartimento 14

III. CERÂMICA COMUM

3.1. O estudo das cerâmicas comuns

Para a evolução dos estudos da cerâmica comum romana, desde a sua conceptualização e definição de linhas orientadoras de análise à história das investigações em território nacional, foi já realizado um profundo e extenso trabalho por I. Vaz Pinto (2003: 19-58). Afigura-se, portanto, despropositado reproduzir aqui o referido trabalho, muito embora pareça evidente que é necessária uma revisão do estado da arte, processo que, aliás, tem vindo a ser realizado através de trabalhos de cariz regional. O mesmo acontece, grosso modo, para a Andaluzia, com o trabalho de E. Serrano Ramos (Serrano Ramos, 2007). No presente trabalho, procuraremos dar uma perspetiva mais global do que foi a evolução da definição e do estudo desde conceito, focando as regiões afetas ao estudo.

Foram alguns os autores que procuraram abordar o estudo da história da investigação da cerâmica, que, enquanto objeto histórico-arqueológico, foi perspetivada de diferentes formas, seguindo as matrizes científicas da época. Se, por um lado, na Idade Média foi tratada como algo mítico/mágico (quando apareciam fragmentos nos campos durante os trabalhos agrícolas), recentemente tem sido alvo de métodos físicos e químicos para conhecer a sua composição (Orton *et al.*, 1997: 5-13). Destacam-se os trabalhos de Shepard, em 1971, e os de Orton, Tyers e Vince, em 1997. O segundo grupo de investigadores divide o processo do estudo das cerâmicas em três etapas: a primeira entre 1500 e 1888, a fase histórico-artística, quando surgem as grandes coleções de cerâmicas gregas e romanas; a segunda entre 1880 e 1960, a fase tipológica quando a proliferação das escavações tornou necessária uma classificação para estabelecer cronologias relativas; e a terceira, aquela em que nos encontramos atualmente, a fase contextual que, sob a influência da Nova Arqueologia e da Arqueologia Pós-processual, o estudo dos vasos cerâmicos passa a ser complementado por um trabalho etnográfico e simbólico, assim como por técnicas arqueométricas (Orton *et al.*, 1997).

Cada uma destas fases encontra relação com o faseamento proposto anteriormente por Shepard, com a diferença de que este não criou balizas cronológicas para cada momento, mas, na sua conceção, há uma fase que é caracterizada pelos recipientes inteiros tomados como objeto de estudo, uma outra em que os fragmentos de cerâmica recebem um maior interesse consoante a sua tipologia e a possibilidade da sua datação representar a finalidade do estudo e, por fim, a fase que se caracteriza pelos estudos

tecnológicos e pela abordagem ao trabalho do oleiro. O problema deste faseamento, como foi, aliás, referido pelos próprios autores, prende-se com o facto de não ser uma visão universal dos acontecimentos, isto porque as investigações arqueológicas encontraram ritmos diferentes em diferentes países, territórios e regiões, da mesma forma que as diferentes produções cerâmicas e épocas históricas não seguem universalmente a mesma evolução (Peinado Espinosa, 2010: 29).

A cerâmica comum romana é o tipo de material mais abundante no registo arqueológico de época clássica e também aquele menos apelativo à investigação (Girón Anguiozar, 2017: 10). Atualmente, esta categoria é caracterizada por dois aspetos: por um lado, pela sua funcionalidade, pois consideram-se de uso quotidiano, empregues em atividades domésticas – como a preparação de alimentos, consumo, higiene, pequenos trabalhos – e na comercialização de produtos alimentares; por outro, pelo modo de produção, caracterizado, por sua vez, pela utilização de argilas locais/regionais, recolhidas e tratadas consoante o tipo de peça pretendida e a necessidade de uma maior ou menor resistência, dependendo da sua finalidade (Figueira, 2018: 19).

Um conceito é sempre uma construção histórica cujo significado se modifica em função da realidade social ou evolução de pensamento que o rodeia (Girón Anguiozar, 2017: 10) e, portanto, o conceito de “cerâmica comum” não é algo que se deva considerar estanque. Ao longo do tempo, a sua conceção tem-se caracterizado por uma certa ambiguidade, possivelmente devido ao seu papel secundário na investigação, ficando sempre subordinada às categorias cerâmicas de excelência, nomeadamente a *terra sigillata* e outras de cariz mais fino (Girón Anguiozar, 2017: 10). Esta falta de investigação fez com que este conceito carecesse, durante muito tempo, de unanimidade no círculo dos especialistas que o estudavam, pois não existiam critérios estabelecidos, mas apenas a separação entre “cerâmica fina de mesa” e “cerâmica comum” (Guerrini, Mancini 2007: 198 *apud* Girón Anguiozar, 2017: 10). Esta distinção induz em erro, pois leva a pensar que as primeiras terão exclusivamente essa finalidade (Girón Anguiozar, 2017:10). Atualmente esta carência de unanimidade é menos sentida, embora ainda prevaleça.

N. Lamboglia (Lamboglia 1950:57) foi quem primeiro trouxe este conceito para o debate, mas foi M. Vegas quem procurou definir o conceito, dando-lhe um carácter funcional, sem descartar a sua condição polivalente (Vegas, 1973). No entanto, outros investigadores, sem renunciar esta definição do conceito, encontraram-na inadequada (Girón Anguiozar, 2017: 10).

O conceito foi assim evoluindo e ficou dotado de características funcionais precisas. C. Pavolini incluiu na categoria de cerâmica comum todos os recipientes de uso diário, principalmente domésticos, cujo propósito funcional seja dominante e o propósito estético, ausente ou secundário (Pavolini 2000: 17). Autores como M. Zarzalejos (2003: 137 *apud* Girón Anguiozar, 2017: 10) e C. Puerta (1996) consideraram a cerâmica comum como recipientes utilizados na cozinha e como artigos concebidos para transporte, serviço de mesa ou armazenamento, acrescentando Puerta que, quer sejam estas peças de produção local ou importadas, não fazem parte das cerâmicas finas nem das ânforas, mas são, essencialmente, utensílios de cozinha.

Alguns investigadores chegaram a associar este tipo de cerâmica ao sector mais desfavorecido da sociedade romana (Pasqualini 1996: 291 *apud* Girón Anguiozar, 2017: 10), mas vários estudos mostram que esta relação entre a cerâmica comum e classe social é totalmente inadequada e carece de sentido científico, uma vez que as associações deste tipo de cerâmica em numerosas casas luxuosas, nomeadamente em Pompeia e Herculano, oferecem uma imagem da sua utilização nestas casas (Girón Anguiozar, 2017: 10). Outros tentaram também definir cerâmica comum através do ponto de vista tecnológico, ou seja, não envernizado, não decorado e composto por uma pasta grosseira (Bats, 1996: 481). Enquanto outros procuram fazer prevalecer o aspeto funcional, caracterizando-a por uma pasta mais ou menos depurada, ausência de verniz (por vezes substituído por um engobe), ausência de decoração (exceto alguns ornamentos simples gravados com pequenos utensílios) (Guerrini, Mancini 2007: 198 *apud* Girón Anguiozar, 2017:10)

Os primeiros estudos sobre cerâmica romana tinham por objetivo estabelecer tipologias de cerâmica fina, de onde resultaram as primeiras tabelas cronológicas, destacando-se os trabalhos de Lamboglia, Dressel e Morel (Tafalla, 1991: 42). O desenvolvimento a que se assistiu ao nível da investigação levou à criação de um conjunto de metodologias para o estudo da cerâmica comum, a serem seguidas consoante o tipo de “resultados”, que surgem com a revolução tecnológica e a necessidade de um maior rigor científico (Aguarod, Tafalla, Arantegui, 1991: 49). De acordo com estas, foram estabelecidos alguns princípios que deveriam ser seguidos, usando métodos não destrutivos e técnicas rápidas, universais e versáteis, que se dividem entre observações superficiais macroscópicas (cozedura, acabamento, textura, cor, etc....) e outras análises mais profundas, como as químicas e físicas, destinadas a avaliar a proveniência. Estas requerem a utilização de tecnologias avançadas, obviamente com limitação no âmbito da investigação devido ao desconhecimento de alguns aspetos ideológicos e funcionais do

Mundo Antigo que não deixaram vestígios nos elementos materiais estudados pela Arqueologia.

Os estudos que existem sobre cerâmica comum, embora escassos, são relevantes, tendo em conta que, enquanto objeto secundário, conduziu à sua publicação relegada para meros apêndices nos estudos dos materiais dos sítios onde aparecem (Girón Anguiozar, 2017: 8). Por esta razão, e pelo que foi já referido, no que à cerâmica comum respeita, a investigação está ainda um passo atrás em relação a outras categorias cerâmicas, embora as últimas décadas tenham sido frutuosas na publicação de algumas obras que lançaram bases para estudos posteriores (Girón Anguiozar, 2017: 8).

Se por um lado a própria natureza das cerâmicas comuns parece justificar a sua fraca presença no panorama das investigações, por outro, tendo em conta a conceção do termo “cerâmica comum”, pode considerar-se que, pelo menos inicialmente, estava à margem dos grandes estudos sobre cerâmica de época romana (Peinado Espinosa, 2010: 29).

Em 1955, Almagro Basch publicou uma monografia sobre a necrópole de Ampúrias na qual, embora não diretamente, foram pela primeira vez apresentados dados cronológicos para as cerâmicas comuns romanas incluídas no espólio funerário (Almagro Bach, 1955: 12). A razão pela qual o autor incluiu na obra as cerâmicas comuns deve-se ao facto de se tratar, maioritariamente, de enterramentos em urnas de cerâmica comum, objetos sem grande valor estético, mas que, no entanto, ofereciam grande potencial para a datação das sepulturas (Peinado Espinosa, 2010: 30). É este o momento de transição na Arqueologia espanhola, em que se abandona o estudo dos achados pelo seu valor estético e se passa a investigá-los pela informação que transmitem (Peinado Espinosa, 2010: 30). Um dos primeiros estudos sobre cerâmica comum romana terá sido o de Jean Jacques Hatt, em 1949, com um trabalho onde se debruçou sobre a diacronia da cerâmica comum como auxiliar da datação de contextos estratigráficos (Pinto, 2003: 20). Mais tarde, os trabalhos de J.L. Cabostse, incidiram sobre os materiais galo-romanos do Nordeste e de Reanne (Loire) (Girón Anguiozar, 2017: 9). A estes seguiu-se uma série de estudos focados na descrição tipológica da cerâmica comum em regiões concretas, de que o de Erich Gose (1950), para Renânia, é um bom exemplo. Nos trabalhos de Nino Lamboglia, publicados em 1950, que constituíram o ponto de partida para a reflexão acerca deste grupo cerâmico, fala-se, pela primeira vez, em *vasi comuni*, marcando o momento de mudança na metodologia utilizada no estudo das cerâmicas, dando menos importância aos critérios estilísticos a fim de encontrar o valor cronológico destes

materiais o que levou a uma renovação das investigações (Peinado Espinosa, 2010: 31). Uma renovação que se processa de forma lenta e que é visível em Itália, nomeadamente na publicação das cerâmicas de *Sutri*, em 1964 (Duncan, 1964) e, em 1968, no primeiro volume das intervenções em Ostia, mas também na Grécia, um pouco antes, com o estudo dos materiais provenientes das escavações na *Ágora de Atenas* (Robinson, 1959). Para a Península Ibérica, depois dos trabalhos de Almagro Basch, existem apenas dois trabalhos – o de Abascal Palazón, que se debruça sobre algumas questões de produção e comércio das cerâmicas comuns como reflexo da integração do indígena e do romano na Meseta Sul (Abascal, 1968 *apud* Peinado Espinosa, 2010: 31), e o de Mercedes Vegas sobre as cerâmicas comuns de *Pollentia* (Alcúdia, Mayorca)². Todavia, só na década de 70 do século XX surgiram os primeiros trabalhos sobre cerâmicas comuns realmente impulsionadores de um avanço no estudo desta categoria cerâmica (Peinado Espinosa, 2010: 32).

Durante a década de 70, novos estudos mais aprofundados marcam uma nova etapa, de que é exemplo a publicação de Mercedes Vegas sobre a cerâmica comum romana do Mediterrâneo Ocidental, publicado em 1973, no qual realiza um estudo tipocronológico das cerâmicas comuns republicanas e imperiais de todo o Mediterrâneo Ocidental, utilizando os materiais provenientes de *Pollentia* (trabalho já referido) e de outros sítios do Mediterrâneo Ocidental, com o objetivo de completar os dados anteriormente obtidos e de observar a dispersão dos diversos tipos de materiais (Vegas, 1973).

M. Vegas criou quatro grandes grupos para separar os materiais: recipientes de cozinha, de mesa, de conservação de alimentos e de uso variado. Devido à falta de precedentes na definição do conceito “cerâmica comum”, a autora incluiu no seu trabalho também as cerâmicas de paredes finas e as ânforas, categorias que atualmente estão devidamente individualizadas. Para as produções republicanas e para do princípio da época imperial defendeu uma origem centro itálica, com um repertório derivado das formas gregas e helenísticas, apontando uma descentralização da produção a partir do século I d.C., com uma produção provincial que formalmente integra a tradição local. Processo que, no que respeita a cerâmica comum, só afetará a Hispânia e a Gália, pois o

² Este estudo tem por base uma escavação por níveis, cujos materiais são datados por comparação com material recolhido em sítios de cronologia bem definida, limitando-se aos séculos I a.C. e I d.C., um trabalho que mostra que começa a haver preocupação com o estudo das cerâmicas comuns

litoral Mediterrâneo mantém as importações centro itálicas sem que se verifique uma alteração no repertório de formas.

Em 1976, seguiu-se o estudo de Dyson sobre as cerâmicas comuns de *Cosa*. Nesta obra, o autor dividiu as cerâmicas em três conjuntos: a *Kitchen ware*, cerâmicas granuladas com marca de exposição ao fogo e utilizadas na cozinha; a *Coarse ware*, uma cerâmica de tom creme, pouco granulada e de média qualidade, utilizada nas tarefas domésticas, como conter líquidos, preparar alimentos, armazená-los; e a *Domestic ware*, cerâmica de produção mais cuidada e utilizada no serviço de mesa (Dyson, 1976).

Em 1977, foi publicada a monografia dedicada às cerâmicas comuns de Pompeia e Herculano (Annechino, 1977: 105-114 *apud* Peinado Espinosa, 2010: 40), que, para além de só estarem contempladas as peças completas, contém algumas omissões, nomeadamente a ausência da criação de uma tipologia. No mesmo ano, foi ainda publicado o trabalho sobre as cerâmicas comuns de *Luni*, com a realização de análises mineralógicas das pastas de alguns fragmentos (Massari, Ratti, 1977: 595-597 *apud* Peinado Espinosa, 2010: 34)

Em 1978, surgiu o primeiro trabalho sobre um centro produtor de cerâmica comum (Serrano Ramos, 1978) e a primeira edição do manual de cerâmica romana da Península Ibérica, com um capítulo dedicado a estas cerâmicas comuns, da autoria de M. Beltrán (Beltrán, 1978).

Em França, destaca-se o estudo das cerâmicas comuns da Aquitânia, no qual foram analisadas as técnicas de fabrico, as pastas, os fornos, a decoração das peças, tendo sido elaborado um estudo formal, fazendo-as corresponder a outras classes cerâmicas (Santrot, 1979 *apud* Peinado Espinosa, 2010).

No advento da década de 80, ainda em França, deve referir-se o trabalho sobre a cerâmica comum do norte da Gália (Tuffreau-Libre, 1980). Trata-se de uma época em que se assiste a uma diversificação dos temas de estudo, passando as cerâmicas comuns a ser analisadas enquanto elementos datáveis, sendo analisadas questões como a tecnologia cerâmica, a comercialização e os hábitos alimentares e análises arqueométricas para caracterização das pastas (Peinado Espinosa, 2010: 34). Tudo isto encontra o seu expoente na publicação *Pottery in the Roman world: an ethno-archaeological approach* de Peacock, em 1982, a qual, como o título indica, tem uma abordagem mais etnográfica/etnoarqueológica. Segue-se o estudo dos materiais de Cartago, publicado em 1984 (Fulford, Peacock, 1984) e dos materiais de Magdalensberg no final da década (Schindler-Kaudelka, 1989 *apud* Peinado Espinosa, 2010: 34), sendo ainda no início da

década que C. Aguardo publicou o seu estudo sobre as cerâmicas comuns de Aragão, o qual vem na sequência de uma clara tendência na produção científica espanhola que insiste nos fabricos locais de cerâmica comum (Girón Anguiozar, 2017: 8).

Para os anos 90, é de destacar os estudos de Picon e Olcese em 1994 (1994: 105-106) sobre o processo de produção e classificação de cerâmica comum, no qual defenderam que se podem distinguir duas categorias: os recipientes de fogo e os de mesa/armazenamento/preparação. Em 1992, M. A. Sánchez elaborou um estudo prévio sobre alguns tipos de cerâmica comum, surgindo também a tese de doutoramento de C. Puerta López, em 1995, sobre *La cerámica comuna romana. Assaig estratigráfico-analitic a la laietana costera*, que incidiu sobre os sítios de *Baetulo* e *Iluro*, assim como a sua zona de influência.

Os trabalhos focados na cerâmica comum vão gradualmente sendo mais uniformizados, alcançando impulso nos encontros científicos direcionados ao tema, como são os casos dos de Ampúrias e de Nápoles, no ano de 1995, em que foram elaboradas sínteses para a Península Ibérica durante a época alto-imperial. No ano seguinte, decorreram as jornadas organizadas pelo centro Jean Bérard e a Soprintendenza Arqueológica da Província de Nápoles e Caserta, dando-se a conhecer a produção de toda a região, com grande número de estudos apresentados sobre o tema. Ambas as obras destacam dois aspetos fundamentais: a importância crescente desta categoria de cerâmica, muitas vezes deixada para segundo plano em detrimento de outras que ofereceriam uma datação mais precisa, e a dificuldade em definir um termo tão “híbrido” e ambíguo como “cerâmica comum” (Girón Anguiozar, 2017: 10). Ocorreu também a Mesa Redonda do XVII Congresso Internacional de Arqueologia Clássica, celebrada em Roma em 2008.

O panorama atual do estudo da cerâmica comum romana parece encontrar reflexo numa série de monografias coordenadas por D. Bernal e A. Ribera entre 2008 e 2012. Em França, os mais recentes trabalhos sobre cerâmica comum pertencem a R. Brulet, F. Vilvorder e R. Delage, uma obra que atualizou não só a informação quanto à cerâmica comum, mas também no que se refere à *terra sigillata* e à restante cerâmica fina em contextos romanos no Norte da Gália (Brulet, Vilvorder, Delage, 2010). Para Itália, os mais recentes trabalhos que se levantaram são os de G. Olcese sobre a produção, circulação e tecnologia da cerâmica comum de Roma e arredores, os de C. Pavolini, de 2010, intitulado *Scavi di Ostia. La cerámica comune. Le forme in argilla depurata dell'antiquarium* e, por fim, os de T. Bertoldi com a análise de contextos não publicados

dos subúrbios de Roma, que forneceram dados sobre os centros produtores do Lácio e da sua subsequente distribuição (Girón Anguiozar, 2017: 8).

Em Espanha, entre os mais recentes trabalhos, destacam-se os de R. Luezas, de 2002, sobre a cerâmica comum de La Rioja e de A. Martínez (2004), que evidencia grande detalhe na análise da cerâmica comum romana no País Basco e dos respetivos grupos de fabrico e redes de distribuição. Na Bética, os estudos sobre a cerâmica romana têm início nos anos 60 do século XX, embora existam trabalhos anteriores, centrando-se apenas nas províncias de Cádiz e Sevilha e documentavam os centros produtores de ânforas, sendo outros pequenas notícias de vestígios de atividade oleira distribuídos por várias zonas da Bética (Peinado Espinosa, 2010: 41). O panorama mudou a partir da segunda metade do século XX, com a escavação de centros de produção como o de Cartuja (Granada), entre os anos de 1964 e 1970, e de Rinconillo (Algeciras), durante o final de década de 60, ambos sob a direção de M. Sotomayor Muro (Peinado Espinosa, 2010: 42).

Para a Baía de Cádiz, Girón Anguiozar (Girón Anguiozar, 2017:10) reforçou que o estudo da cerâmica romana comum atraiu pouca atenção por parte da investigação, que se concentrou mais noutras categorias cerâmicas, tais como as ânforas. Desde meados do século XX, porém, só foram referenciadas na medida da sua relação com outros materiais produzidos nas olarias gaditanas, sem entrar nas suas qualidades tipológicas ou cronológicas. Também nesta região, a década de setenta marca um ponto de viragem em que passam a ser trabalhadas intensamente as produções cerâmicas recuperadas não só nos centros de produção, mas também nos de consumo, verificando-se um aumento das publicações. Exemplo destas alterações são os trabalhos sobre Pajar del Artillo (Santiponce, Sevilha), onde se incluíram as cerâmicas recuperadas ao longo de todas as intervenções no sítio e a análise das cerâmicas visando obter uma cronologia (Luzón, 1973 *apud* Peinado Espinosa, 2010: 42); e os trabalhos do Instituto Arqueológico Alemão, no ano de 1967, em Muniga (Mulva, Sevilha), sob direção de Mercedes Vegas (Peinado Espinosa, 2010: 42).

Ainda durante a década de 70, surgem os primeiros trabalhos dedicados à análise dos materiais recolhidos nos centros produtores, nomeadamente, sobre a cerâmica comum do de Cartuja (Granada), de Encarnación Serrano Ramos (Serrano Ramos, 1976: 215-233; 1978: 243-272). Este trabalho foi pioneiro no que respeita ao estudo da cerâmica comum na Bética, seguido apenas do estudo das cerâmicas comuns de Mercedes Vegas, sobre Muniga (Mulva, Sevilha). O fim desta nova etapa é marcado pela primeira edição de um livro dedicado à cerâmica romana na Península Ibérica, o qual contém informação sobre a cerâmica comum e sobre a Bética, muito por influência dos trabalhos de J. de

Alarcão (Beltrán, 1978). É nas atas do congresso *Figlinae Baeticae*, sobre centros de produção e fabricos de cerâmica na Bética entre os séculos II a.C. e VII d.C., que se reúnem os principais avanços no estudo das cerâmicas romanas desta província hispânica (Bernal, Lagostena, 2004).

Como se pode ver nas obras elencadas, o estudo da cerâmica comum ganhou protagonismo quando começou a estar presente nas principais monografias dedicadas a diferentes locais que tratavam e estudavam a cerâmica comum (Peinado Espinosa, 2010: 42). O que se torna evidente aquando da sua leitura, é que apesar de não existirem trabalhos dedicados exclusivamente à cerâmica comum, o estudo desta categoria decorre paralelamente ao das outras.

No que respeita a trabalhos mais recentes, destacam-se os trabalhos de E. Serrano Ramos sobre a cerâmica comum romana (e também a importada) produzida entre os séculos II a.C. e VII d.C. em Málaga (Serrano Ramos, 2000) e sobre as cerâmicas comuns romanas alto-imperiais da Hispânia (Serrano Ramos, 2008), bem como a tese de doutoramento de L. Girón Anguiozar (Girón Anguiozar, 2017) sobre a da baía gaditana. Já para o Alto-Guadalquivir, encontramos a tese de doutoramento de M^a Peinado Espinosa sobre as cerâmicas comuns produzidas em Los Villares de Andújar (Peinado Espinosa, 2010).

O avanço que se fez sentir nos estudos da cerâmica comum romana durante a década de 70 por toda a Europa coincidiu com o despertar para este campo de investigação em Portugal.

Surgem primeiro os trabalhos de J. de Alarcão sobre a cerâmica comum de Conímbriga em 1974, datando do mesmo ano a análise do espólio da necrópole de Monte do Farrobo (Alarcão, 1974a). Os trabalhos do autor vieram valorizar a origem da produção cerâmica e, simultaneamente, questionar o uso do termo “cerâmica comum” (Dias, 2014: 62). No seu trabalho sobre a cerâmica comum de Conímbriga, o autor valorizou a análise das pastas e dos fabricos, fazendo comparações com outras regiões, resultando evidente a grande escassez, à época, de trabalhos sobre esta categoria cerâmica em Portugal. No conjunto de Conímbriga encontrou afinidade apenas com algumas formas de outras províncias romanas, com formas mais populares e de carácter genérico dentro do império (Dias, 2014: 62)

Os anos anteriores, as décadas de 50 e 60, são, essencialmente, marcadas pela abordagem de espólios de necrópoles, onde a informação morfológica se sobrepôs aos fabricos e à crono-estratigrafia, devido à dificuldade de preservação sedimentar e ao

maior valor atribuído ao artefacto (Dias, 2014: 62). Registam-se os trabalhos de Abel Viana e António Dias de Deus nas necrópoles de Elvas (Dias, 2014: 62). Em 1966, Jorge e Adília Alarcão estudaram o espólio romano da necrópole romana de Valdoca, que constitui a coleção do Museu das Minas de Aljustrel, contribuindo para a elaboração de uma tipologia e cronologia de ocupação (Alarcão e Alarcão, 1996).

A década de 80 foi marcada pelos trabalhos sobre a cerâmica comum romana das necrópoles do Alto-Alentejo de Jeannette Nolen, publicado em 1985, que completavam o que havia sido feito anteriormente por Abel Viana e António Dias de Deus, fornecendo dados quanto à proveniência. Seguem-se, em 1987, os estudos de Amílcar Guerra e Carlos Fabião sobre a Lomba do Canho (Arganil), que contribuíram para o conhecimento da cerâmica comum romana dos meados do século I a.C.

Em 1990, foi publicada a monografia sobre as *villae* de São Cucufate, Vidigueira, Beja (Alarcão, Etiénne, Mayet, 1990), que incluiu a cerâmica comum, estudo que foi posteriormente consolidado por Inês Vaz Pinto, em 2003, tendo-se este último tornando num dos trabalhos base para o estudo desta categoria. Durante os anos noventa, houve uma renovação dos contributos algarvios através dos trabalhos sobre Torre de Ares (*Balsa*) (Nolen, 1994) e Quinta do Marim (Olhão) (Silva, Soares, Coelho-soares, 1992), que apresentam o Sul do atual território português, o Algarve, como mais uma região produtora (Dias, 2014: 68). Durante as décadas de 90 e primeira de 2000, as referências à cerâmica comum multiplicaram-se, não estando, contudo, enquadradas no âmbito de projetos de investigação, uma vez que resultam de intervenções levadas a efeito em contexto de arqueologia de salvamento (Dias, 2014: 61). Porém, a escavação da Praça da Figueira (Lisboa) originou uma publicação sobre cerâmica comum, bem como a da Rua dos Correeiros, em Lisboa (Figueira, 2018: 22).

Em âmbito académico, os estudos sobre a cerâmica comum romana foram realizados no quadro de algumas dissertações de mestrado, a título de exemplo, a que incidiu sobre a necrópole romana da Rouca (Alandroal) (Rolo, 2010), a que focou a cerâmica comum de produção local no centro oleiro da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011), o estudo da cerâmica comum da *Ammaia* (Dias, 2014), a que tratou a Quinta da Bolacha (Figueira, 2018) e a que tratou a cerâmica comum de uma oficina de salga em Tróia (Santos, 2018).

Resta, pois, referir que, apesar de toda a evolução e trabalho desenvolvido para definir o que é a cerâmica comum, o conceito é ainda usado de forma “livre”. Peinado Peinado Espinosa (2010) incorporou nas *cerâmicas comunes romanas* todas as cerâmicas

que não se encaixavam nas restantes categorias já bem definidas, separando dentro deste grupo as de cozinha das de *cerâmica comun*. As cerâmicas de cozinha incluem todos os recipientes utilizados na confeção de alimentos ao fogo, estando a função das segundas centrada na conservação, preparação, apresentação e, por vezes, consumo de alimentos. Em *Bracara Augusta* (Delgado, Morais, Ribeiro, 2009), porém, as cerâmicas comuns englobam uma série de formas relacionadas com atividades do dia-a-dia e não só, tendo sido divididas em dois grupos: cerâmica comum fina, caracterizada pelas pastas finas, de tom creme, que inclui recipientes destinados ao serviço de mesa, sendo também conhecidos casos em que são utilizados em contextos funerários; cerâmica comum grosseira, com pastas com abundantes inclusões e superfícies menos cuidadas, onde se incorporaram formas para consumo, confeção, armazenamento e transporte de alimentos, sendo grande parte destas utilizadas na cozinhas, ao lume.

Para outros autores, como Aguarod Otal (2003), a cerâmica comum corresponde a recipientes ligados à alimentação, divididos em três categorias: cozinha, que inclui confeção e preparação; mesa; transporte e armazenamento.

3.2. A cerâmica comum da Bética

As cerâmicas comuns da Bética são, regra geral, descritas como cerâmicas de pasta clara, muito calcária, com pouco e.n.p. e de cozedura uniforme. Porém, esta descrição parece ser apenas válida para as produções do litoral gaditano, não englobando outras, fabricadas em distintos locais da província da Bética.

Sabe-se, atualmente, que as pastas calcárias tomam tons rosados quando mal-cozidas, ficando brancas quando o processo de cozedura é completo e esverdeadas quando sobre-cozidas (Pinto, 2006: 168). Uma cozedura irregular ou o empilhamento das peças dentro do forno é o suficiente para que as mesmas fiquem com as superfícies mais bem cozidas do que o interior das pastas e haja variações na coloração das mesmas (Pinto, 2006: 168).

De uma forma geral, as pastas calcárias têm, por definição, uma percentagem de óxido de cálcio superior a 7 ou 8%, pelo que não são uma boa cerâmica para ir ao fogo. Por outro lado, se tivessem sido cozidas a uma temperatura inferior a 600/700° ficavam muito frágeis em relação aos choques mecânicos, enquanto com uma cozedura efetuada na ordem dos 750/800° de temperatura a possibilidade da sua desagregação é alta, devido à instabilidade das partículas de calcite. Se o forno atingir os 900° a estrutura torna-se tão rígida que as peças não resistem a quaisquer

oscilações de temperatura, ou seja, o aquecimento/arrefecimento que a exposição ao lume implica (Picon e Olcese, 1994: 107).

Nas produções cerâmicas béticas, existem dois grandes grupos regionais: o da Bética Costeira, que representa as produções do sul da Andaluzia, mais perto da linha de costa; e o da Bética Guadalquivir, que, como o nome indica, representa as produções da região do vale do Guadalquivir. A característica mais diferenciadora está na presença e quantidade de inclusões não plásticas, sendo que, nas produções costeiras, estas são raras, aumentando a sua quantidade à medida que nos deslocamos para Norte, apresentando as peças fabricadas no alto-Guadalquivir maior número destas inclusões, que são também de maior dimensão.

A porosidade das peças segue igualmente esta lógica: nas produções costeiras, as peças apresentam-se pouco porosas; no baixo-Guadalquivir, é possível encontrar uma significativa variabilidade na porosidade das peças. Mesmo quando altamente calcárias ao toque é possível sentir algum relevo.

Para as da Bética costeira, com base nas obras de Lourdes Girón Anguiozar para a Baía de Cádiz e de Serrano Ramos para a área de Málaga, ficamos com a ideia de que as cerâmicas produzidas nesta ampla região se caracterizam, em termos gerais, por pastas claras, feitas a partir de argilas com alto teor de óxido de cálcio de tons laranjas vivos, laranjas rosados, amarelados e esbranquiçados havendo algumas produções de pastas acinzentadas, e por serem peças bastante depuradas que podem ou não apresentar revestimento nas superfícies externa e/ou interna (Girón Anguiozar, 2017). As pastas das peças de Málaga e as da baía gaditana diferenciam-se, contudo, entre si, pelas tonalidades mais escuras das, maior abundância de e.n.p., presença de xistos e pastas mais porosas das primeiras, em relação às tonalidades esbranquiçadas, considerável menor porosidade e pela escassez de e.n.p. visíveis a olho nu das segundas.

Nas pastas do baixo-Guadalquivir, as inclusões são, na sua maioria, de pequena dimensão, principalmente naquelas mais calcárias que facilmente se atribuem à zona costeira, podendo ser distinguidos dois subgrupos: um, geograficamente mais afastado da zona costeira que apresenta alguma diversidade quanto à porosidade das peças, variando entre peças de porosidade média e média/baixa, de componentes não plásticos sempre presentes em grandes quantidades, podendo ser finos e muito pequenos ou mais grosseiros e de pequena/média dimensão; outro, cuja localização será mais a Sul, perto da zona de costa, e que corresponde a uma faixa de transição entre duas zonas, com pastas claras,

extremamente calcárias, lisas, com forte presença de componentes não plásticos muito finos e de dimensão inferior a 1 mm.

V. Peinado Espinosa (2017), no seu estudo sobre a cerâmica comum do centro produtor de Los Villares de Andújar (alto-Guadalquivir), distinguiu três grupos de fabrico: aquele que designou de cerâmica comum romana bética; o de cerâmica de cozinha oxidante; e o de cerâmica de cozinha redutora. O primeiro é descrito como tendo pastas de cor bege, que podem alcançar várias intensidades, havendo também produções com pastas mais rosadas, homogêneas em toda a fratura, embora haja casos em que esse tom se observa na zona mais interior da fratura; as inclusões são poucas, mas detetáveis macroscopicamente, não superiores a 1 mm, estando bem distribuídas pela fratura. Estas inclusões são brancas, em alguns casos brilhantes, surgindo, por vezes, algumas negras e brancas de dimensão superior a 1 mm; são pastas de aspeto duro, compacto e uniforme, com baixa porosidade e a superfície é cuidada sem tratamento adicional (Peinado Espinosa, 2017: 110). A cerâmica de cozinha oxidante caracteriza-se pela pasta vermelha, na maioria dos casos a tender para o castanho e por vezes para o laranja. Tem inclusões idênticas ao do grupo anterior, havendo em alguns casos outras douradas e de maior dimensão. As pastas são bastante porosas e as superfícies apresentam-se cuidadas, por vezes com brunido acentuado, especialmente nos vasos abertos. As formas fechadas têm um aspeto menos cuidado, existindo ainda algumas que exibem uma patine cinzenta na parede exterior (Peinado Espinosa, 2017: 111). O último grupo caracteriza-se pelos tons cinzentos com nuances e cinzento acastanhado, repetindo-se, ao nível das inclusões o que já foi dito para os grupos anteriores, assim como a elevada porosidade da pasta e o cuidado das superfícies (Peinado Espinosa, 2017:111).

3.2.1. Centros de produção

A informação disponível sobre a produção de cerâmica comum na Bética é relativa ao Alto-Império e Baixo-Império na Andaluzia Oriental e, sobretudo, à época republicana na Ocidental. Nesta última, a investigação tem-se centrado no Guadalquivir, no seu curso através das províncias de Córdoba e Sevilha, e especialmente na Baía de Cádiz, (Peinado Espinosa, 2010: 341; Saez Romero, 2005). O que se procura nesta secção do trabalho é destacar alguns dos principais centros produtores no espaço geográfico ao qual se atribui a origem de muitas das peças estudadas.

Na atual província de Cádiz, conhecem-se dezenas de centros produtores de cerâmicas comuns, a sua maioria com atividade durante o Alto-Império, mas destes resultaram escassas publicações e estudos, havendo, na maioria dos casos, apenas referência à existência de produção de cerâmica comum e apresentação das formas (Peinado Espinosa, 2010: 341). Além disto, apesar de ser já conhecido um número significativo de centros produtores na baía gaditana, não é ainda possível determinar inequivocamente a origem destas cerâmicas (Pinto, 2006: 169).

Os centros produtores gaditanos produziram uma grande variedade de recipientes, desde ânforas, a cerâmica comum, lucernas e materiais de construção (Lagóstena, Bernal, 2004: 39-124), e a maioria funcionou durante a época romana alto-imperial, tendo alguns destes continuado a produzir até ao final do século III/princípio do século IV, mas também, em raros casos, até ao início do século V (Serrano Ramos, 2007: 220). Já os centros produtores das zonas interiores fabricam principalmente cerâmica comum e material de construção (Serrano Ramos, 2007: 221).

No caso de Málaga, as olarias localizadas na costa fabricaram principalmente ânforas para conteúdos piscícolas, “salazoneras”, para além da cerâmica comum e dos materiais de construção, havendo ainda alguns que produziram ânforas oleícolas, como é o caso do centro produtor de Manganeto, Almayate Bajo (Vélez- Málaga) e o de Almansa-Cerrojo (Serrano Ramos, 2007: 221). Alguns dos centros produtores de Málaga interromperam a sua atividade durante a época romana alto-imperial, nomeadamente os que se encontravam junto ao rio Vélez e a maioria dos sítios localizados nas duas margens do rio Guadalmedina (Serrano Ramos, 2007: 221). Há também aqueles que, ao contrário, só começaram a produzir a partir do século III, como é caso de Los Molinillos, em Benalmádena (Serrano Ramos, 2007: 221).

No baixo-Guadalquivir, o panorama é bem diferente, estando documentada uma série de centros produtores de cerâmicas comuns alto-imperiais (Peinado Espinosa, 2010: 342). Os estudos disponíveis englobam análises pormenorizadas da produção de Arva e El Tejarillo (Alcolea del Río), com descrição de pastas e com uma classificação das formas que foram divididas em bacias, *dolia*, pratos, tampas, potes, caçarolas, copos, taças e taças grandes (Remesal *et al.*, 1997: 165-167 *apud* Peinado Espinosa, 2010: 342), e de El Hospital de las Cinco Llagas-Parlamento de Andalucía, em Sevilha (Huarte Cambra, 2003). Para o segundo, embora a produção principal fosse de ânforas, existe um volume significativo de peças destinadas ao

consumo doméstico, para as quais foi apresentada uma sistematização que compreende a caracterização das pastas, distinguindo-se uma avermelhada com muitos desengordurantes para a cerâmica de cozinha, uma bege ou laranja para a cerâmica comum de armazenamento, preparação e consumo de alimentos e uma cinzenta, menos frequente. Quanto às formas, apresentam uma tipologia bastante ampla, com maior presença de formas fechadas, como jarras, potes, garrafas ou cantis, e das formas abertas destacam-se os almofarizes e alguidares (bacias) (Huarte Cambra, 2003: 220-236).

No alto-Guadalquivir encontramos Los Villares de Andújar, um centro produtor de cerâmicas, localizado na província de Jaén, na margem direita do Guadalquivir e que esteve ativo durante o Alto-Império (Peinado Espinosa, 2010). Neste foram produzidas *terra sigillata* hispânica, pela qual foi principalmente conhecido, cerâmica pintada de tradição indígena, lucernas, paredes finas e cerâmica comum.

Próximos de Los Villares de Andújar, pertencendo ao mesmo complexo, localizam-se outros centros produtores. Os vestígios identificados no de Arjonilla (Jaén), onde foram encontrados cinco fornos cerâmicos, indicam uma produção de materiais de construção (tégulas e ladrilhos), sem ser descartada a possibilidade de ter produzido também cerâmica comum (Peinado Espinosa, 2010: 293). Em outro, localizado em Arjona (Jaén) e no qual foram escavados três fornos, a cerâmica comum produzida localmente foi dividida entre cerâmica comum de mesa e de cozinha (Fernández García, 2004a).

Outro centro produtor que deve ser destacado é o mais recentemente localizado na cidade de Córdoba, onde foram descobertos três fornos (dois circulares e um quadrangular) em que foram fabricadas cerâmicas comuns, para além de *terra sigillata* hispânica. O estudo realizado sobre esta produção resultou uma tipologia de almofarizes, tachos e panelas, tampas, pratos-tampa, as caçarolas, os potes, jarros de diferentes formas e/ou as garrafas (Valera Pérez, 2005: 67-77).

Para a província de Granada, existe um excelente trabalho de síntese de todos os centros produtores e respetivas produções cerâmicas da autoria de María Isabel Fernández García (2004). Após a leitura deste trabalho alguns aspetos tornam-se evidentes, nomeadamente que em todos os centros produtores identificados se regista produção de cerâmica comum, por vezes em grandes quantidades, como se verificou em Cartuja (Peinado Espinosa, 2010: 298). Esta produção estava, contudo, quase

sempre associada a outras, nomeadamente à de *terra sigillata* hispânica, como acontece em Carmen de la Muralla, principalmente conhecido pelos recipientes deste último fabrico (Peinado Espinosa, 2010: 318-319). Os estudos da cerâmica comum destes centros oleiros são quase sempre escassos ou mesmo inexistentes, uma vez que, como sucede em Carmen de la Muralla por exemplo, onde foram identificadas três formas distintas, esta categoria não foi estudada de forma pormenorizada, referindo os trabalhos publicados apenas a sua abundância (Sotomayor et al., 1984).

No centro produtor de Cartuja (Granada), encontra-se uma grande diversidade de materiais. Dentro da categoria de cerâmica comum de mesa, foi produzido um fabrico de boa qualidade, quer quanto à pasta quer nos acabamentos, com algumas formas inovadoras (Peinado Espinosa, 2010: 298). Este centro oleiro terá estado em pleno funcionamento por volta do terceiro quartel do século I, de acordo com a análise dos materiais, em particular de um vaso de *terra sigillata* sudgálica e uma marca de oleiro, e terá extinguido a sua atividade algures no século II (Serrano Ramos, 1999: 141 *apud* Peinado Espinosa, 2010: 302-303; Fernández García, 2004: 214).

Também no sítio de Los Matagallares, em Granada, encontraram-se vestígios de produção de cerâmica comum, com uma variedade formal que confirma o importante papel das estruturas produtivas, e possivelmente comerciais, que inclui cerâmica comum de mesa, de cozinha, de armazenamento, grandes recipientes e alguns acessórios (Fernández García, 2004: 227).

Para as restantes províncias da Andaluzia é muito menor o número de centros produtores conhecidos (Serrano Ramos, 2007: 221).

3.2.2. *Relações interprovinciais entre a Bética e a Lusitânia*

O registo arqueológico mostra-nos que o Ocidente peninsular, depois da sua integração na esfera romana, adotou hábitos e costumes romanos e participou ativamente no complexo sistema de intercâmbio interprovincial (Fabião, 2015: 205), ganhando um maior protagonismo com a conquista da Grã-Bretanha, pois passou de finisterra a ponto de comunicação entre o Mediterrâneo e o Atlântico (Fabião, 2015: 205). Aliás, antes mesmo da conquista romana, as relações entre os povoados algarvios e a metrópole gaditana nos finais da Idade do Ferro eram fortes, como revelam os dados de Castro Marim, Faro e Monte Molião, que registam, a partir do século IV a.C., um aumento exponencial de importações provenientes de Cádiz, quer

de produtos alimentares, envasados em ânforas, quer de produtos manufaturados, como cerâmicas de mesa e comuns (Sousa, Arruda, 2010).

Por outro lado, na descrição da Turdetânia, Estrabão incorpora todo o território algarvio (III, 2.4) o que evidencia relações privilegiadas entre a Andaluzia ocidental e o Algarve (Arruda, 1999/2000: 59). Porém, a Lusitânia meridional, apesar de possuir uma série de núcleos urbanos plenamente integrados na cultura mediterrânea, não pode ser comparada com a Bética, ao nível da exploração agrícola, artesanal, e da exportação de produtos alimentares e manufaturados, tendo sido atribuídos, ainda durante a República, privilégios a uma série de cidades localizadas no curso do Guadalquivir (Arruda, Gonçalves, 1994: 455-7 e 463; Viegas, 2011: 25). Uma marca importante do Império Romano é a ampla e extensa rede de comércio que contribuiu para a relação entre as várias regiões, não só dentro do Império, mas também em pontos geográficos remotos como a China ou o Báltico. Porém, de muitas destas relações constam apenas notícias ou relatos literários devido ao carácter perecível de muitos dos artigos trocados, não havendo evidências de algumas destas relações no registo arqueológico (Fabião, 2015).

Na província da Lusitânia, durante a mudança da Era, o panorama do consumo era dominado por produtos provenientes da Bética, apesar de continuarem a chegar produtos itálicos e da Tarraconense (Fabião, 2015: 202). Na fase republicana de Monte Molião, regista-se a presença de cerâmica comum, cuja análise macroscópica das pastas da maioria dos recipientes aponta para uma área de importação centrada na província Ulterior litoral, dominando as formas abertas, particularmente as tigelas (Arruda *et al.*, 2008: 174).

A análise das cerâmicas associadas aos fornos escavados no sítio permitiu reconhecer diferentes fabricos associados a, essencialmente, duas produções: uma local/regional e outra da Bética. No âmbito das proveniências da Bética foi ainda possível distinguir as produções do vale do Guadalquivir e as produções da Baía de Cádiz, pertencendo às primeiras, principalmente, alguidares e estando as restantes formas mais associadas à segunda região (Arruda *et al.*, 2008: 182).

O *oppidium* indígena de Monte Molião mostra uma clara influência mediterrânea, nomeadamente através das características construtivas visíveis nas estruturas das unidades habitacionais, onde é utilizada a prática do afeiçoamento do afloramento rochoso, formando depressões quadrangulares que desenham compartimentos, à semelhança do que se conhece na zona de Cádiz (Arruda *et al.*,

2008). Nas primeiras fases de ocupação do sítio, existe uma fraca variedade de ânforas, contudo atesta-se a presença de produções gaditanas, com destaque para as formas Maña Pascual A4, D de Pellicer e Tiñosa (Arruda *et al.* 2011), para além de existirem cerâmicas de tipo Kuass de produção gaditana (Sousa e Arruda, 2013) e um grande número de cerâmica comum proveniente da Baía de Cádiz (Sousa, Arruda, 2014; Sousa, Pereira, Arruda, 2019).

Avançando para o período imperial, reconhece-se uma enorme quantidade de ânforas provenientes da Bética no registo arqueológico dos sítios romanos do Algarve (Fabião, 1998: 720). Situações como a da Quinta do Marim, em Olhão, em que as ânforas do tipo Keay XVI, inicialmente atribuídas à produção local, foram posteriormente consideradas uma produção da Bética, o que reforça a ideia de uma dependência para com a província da Bética, quer ao nível dos contentores, quer das cerâmicas de construção, pois registam-se materiais do mesmo tipo e com a mesma marca em todo o Algarve (Fabião, 1998: 723).

Posto isto, o fluxo de produtos não seguia apenas num sentido. Regista-se na segunda metade do século I e durante o século II uma intensificação da exportação de ânforas lusitanas, encontradas por toda a Península Ibérica, desde a Galiza à Andaluzia e até Roma (Fabião, 2015: 204).

IV. CERÂMICA COMUM DE MONTE MOLIÃO: A CERÂMICA COMUM BÉTICA DE MONTE MOLIÃO

4.1. Metodologia

O estudo do conjunto sob análise neste trabalho foi realizado através de procedimentos desenvolvidos em várias fases que apresentamos de seguida.

Começou por se proceder à divisão dos fragmentos entre os classificáveis e os inclassificáveis, sendo o critério para esta separação a presença e/ou ausência de características que permitissem determinar a forma. Para a realização deste estudo usámos todos os bordos e fundos de cerâmica comum que possibilitassem a classificação formal e funcional das peças a que pertenceram. No entanto, alguns fragmentos eram demasiado incharacterísticos pelo desgaste que apresentavam para se poder arriscar uma classificação, tendo-se considerado indeterminados quanto à forma, apesar de ter sido possível caracterizá-los do ponto de vista da produção.

De seguida, estabeleceram-se diversos grupos de fabrico, segundo uma observação pormenorizada a olho nu e macroscópica das pastas, enquadrando posteriormente nestes mesmos grupos os fragmentos em estudo. Estes foram comparados com os previamente estabelecidos para os territórios béticos, de forma a esclarecer, com a maior precisão possível, quais foram os centros oleiros, ou pelo menos as regiões, que mais contribuíram para o abastecimento de Monte Molião destes produtos manufaturados.

No que diz respeito à classificação formal, não se procurou estabelecer uma tipologia concreta para a cerâmica comum bética de Monte Molião, tendo-se recorrido como referência às tipologias criadas por Lourdes Girón Anguiozar e Maria Victoria Peinado Espinosa para as produções da Baía de Cádiz e do alto-Guadalquivir, respetivamente. Apesar dos focos regionais dos autores, aqui consideramos toda a província da Bética e os seus centros produtores, pois cremos que os resultados destas obras podem ser replicados, com a sua devida cautela.

Por outro lado, entendeu-se que fazia sentido uma divisão morfológica que tivesse por base a funcionalidade de cada uma das peças, independentemente de estarmos conscientes da multiplicidade de usos que, pelo menos, alguns vasos podem ter assumido no seu processo de consumo. Não esquecemos também que certos recipientes podem ter sido utilizados quer na cozinha, quer no serviço de mesa. Em

alguns casos tornou-se, igualmente, impossível efetuar uma separação funcional entre formas morfológicamente idênticas, mas que podem ter desempenhado funções distintas, como é, por exemplo, o caso dos “potes/panelas”.

Os gráficos e tabelas que acompanham o texto, pretendem ser uma síntese dos dados deste estudo, tendo por base a contagem dos fragmentos e a leitura dos números contidos no inventário geral do sítio.

No estudo dos contextos, os materiais que apresentam uma correlação estratigráfica com a cerâmica comum são também referidos, embora apenas em termos quantitativos, sem definir grupos técnicos ou as suas características formais. Com a incorporação destes grupos pretende-se obter uma leitura integrada, tendo em conta a sua cronologia, quantificação e proveniência, de forma a distinguir padrões, seja da funcionalidade do espaço, seja de preferências de consumo.

4.2. Grupos de Fabrico

Como já foi referido, este trabalho consiste na análise de um conjunto de cerâmica proveniente da Bética, atual Andaluzia. As cerâmicas comuns béticas são, regra geral, descritas como cerâmicas de pasta clara, muito calcária, sem intrusões e de cozedura uniforme (Pinto, 2006: 169). Mas esta descrição não engloba a totalidade das produções, como também foi já afirmado anteriormente. Existiam vários centros produtores em diferentes áreas da província que, por diferentes técnicas ou simplesmente pela diferença na matéria-prima, resultaram em produções distintas umas das outras.

Através da observação macroscópica da pasta foi possível identificar vários fabricos neste conjunto algarvio. Para tal foi organizada uma ficha em que foram tidos em conta diversos critérios (tipo de pasta, dureza, grão, cor, revestimento, inclusões, porosidade), descritos de seguida em pormenor com base nas obras consultadas (Stienstra, 1986) e, principalmente, com auxílio dos princípios estabelecidos durante o Curso de Iniciação à Cerâmica Romana em Portugal – compreensão das técnicas de fabrico e observação e descrição das pastas, proferido por Anne Schmitt e Inês Vaz Pinto em 2005. Optou-se pela adaptação e utilização deste modelo de ficha por este priorizar uma simplificação da análise das pastas e dos seus componentes, permitindo, assim, ao arqueólogo(a) fazer uma descrição simples e literal do que observa. Um passo seguinte passaria pela observação ao microscópio polarizante, através de lâminas delgadas, ou a uma análise química, uma

vez que permitiria uma caracterização mais correta dos componentes das pastas. Infelizmente, a lupa binocular foi o único recurso disponível para esta abordagem.

Um exemplo da importância das análises microscópicas e químicas revê-se nas palavras de Olcese e Picon, que atribuem percentagens superiores a 7/8% de carbonato de cálcio a produções cerâmicas calcárias que contêm argilas de alto teor em calcite (Olcese, Picon, 1994). Tendo em conta que no presente estudo não foram realizadas nenhuma destas análises, afirmar a existência de pastas calcárias é uma afirmação feita a partir da observação de um conjunto concreto de características que comprovam a natureza calcária das pastas. Em todo o caso, verificou-se existirem pastas de características calcárias, ainda que com variação na percentagem de carbonato de cálcio, e pastas siliciosas.

Para a definição da cor da superfície e do núcleo foi utilizada como referência o Munsell Color System. Verificou-se que neste conjunto a grande maioria apresenta tons muito próximos, quer no núcleo quer nas superfícies externas, variando entre bege (7.5YR 8/6 segundo o código de Munsell), que pode ter várias intensidades, alaranjado (entre o 5YR 5/10 e o 5YR 7/10 segundo o código de Munsell), havendo as produções de tom mais esbranquiçado/creme (10YR 8/4 segundo o código de Munsell), e ainda produções de tons cinzas (2.5PB7/2 ou 2.5PB6/2 segundo o código de Munsell). Será de referir que embora a maioria dos fragmentos apresente a mesma tonalidade nas superfícies e na fratura, existem aqueles em que isto não se verifica. Nos poucos casos em que as superfícies apresentam tonalidades cinzentas os núcleos mostram pastas laranjas e beges. A cor da pasta pode dar importantes informações quanto ao tipo de argila utilizado, modo de cozedura e temperaturas. Porém, atente-se que variações de tom podem ocorrer não apenas por utilização de barros diferentes, como pelo processo de cozedura o que dever-se-á à distribuição de ar e/ou temperatura dentro do forno. Para além destes fenómenos, a cor das peças pode alterar-se com a sua utilização e por processos pós-deposicionais (Stienstra, 1986:36).

Quanto ao revestimento, apesar da bibliografia indicar que algumas produções apresentam revestimento nas superfícies externas, e por vezes nas internas, particularmente produções da baía de Cádiz, verificou-se que a superfície destas peças é, por norma, cuidada sem que, no entanto, apresente tratamentos adicionais.

A observação das inclusões ou componentes não-plásticos incluiu a descrição da sua forma e frequência com base em tabelas recolhidas da bibliografia. Quanto à

forma observou-se que apresentam variadas formas, tendo um aspeto irregular, umas vezes mais arredondo, outras mais anguloso. A frequência foi traduzida em rara (presença inferior a 5%), frequentes (entre 5% e 10%), muito frequentes (entre os 20% e os 40%) e abundantes (presença superior a 40%) (Stienstra, 1986: 44). Na maioria são muito pequenos, não superiores a 1 mm. Todavia, encontraram-se algumas exceções, nomeadamente fosseis, quartzos ou elementos ferruginosos, que, quando surgem, localizam-se quase sempre na zona do bordo. Encontram-se também alguns elementos brancos, possivelmente quartzos, opacos por norma, havendo também alguns com brilho. Por vezes surgem alguns elementos negros, com características semelhantes aos brancos. A sua distribuição parece sempre relativamente homogénea, havendo algumas peças em que a sua concentração na zona do bordo se destaca. Uma vez que a observação foi feita à lupa binocular, como foi já referido, não é possível uma descrição precisa dos elementos não plásticos presentes. O que facilitaria a relação entre os fabricos e a sua área de proveniência, dado que as duas obras utilizadas como referência neste trabalho apresentam análises químicas e petrográficas.

Por último, a porosidade foi identificada segundo três graus: alta, média, baixa. Correspondendo a última às peças tipicamente da Bética costeira e as primeiras às que são tipicamente do vale Guadalquivir.

Expostas estas linhas orientadoras, houve uma primeira separação, com base nas características mais conhecidas das pastas de cada região. As pastas que são tipicamente da zona do vale do Guadalquivir são caracterizadas por pastas mais grosseiras, com grande quantidade de componentes não plásticos, inclusões de considerável dimensão e tendencialmente de tons mais escuros, acastanhados. Enquanto as pastas atribuídas à área costeira da província são peças de tons mais claros, grão fino, superfícies lisas e a característica mais notória é serem pastas muito calcárias. Separação esta permitiu constatar desde logo que o conjunto é dominado em 53% por produções da Bética costeira (Gráfico 5) e que o mau estado de conservação do conjunto não permitiu a análise das pastas em todos os fragmentos, nomeadamente naqueles que apresentam uma camada de terra agarrada às superfícies que não se conseguiu remover. Depois, dentro de cada um destes grupos foram utilizados critérios que permitiram criar mais partições dentro de cada grupo, nomeadamente: caracterização da pasta, tipo de cozedura, revestimento, caracterização das inclusões (frequência, forma, dimensão, tamanha do grão),

porosidade (alta, média, baixa) e a cor da peça. Quanto aos três primeiros critérios, são relativamente homogêneos em todos os grupos, as pastas são todas compactas, na sua maioria calcárias, havendo as que são siliciosas, apresentam ainda na sua maioria uma cozedura de tipo A e não existe revestimento em nenhuma peça. Por fim, verificou-se que a porosidade e o tipo/forma de inclusões presentes nas pastas são dos elementos que melhor permitem a diferenciação entre grupos. Embora se tenha considerado importante abordar o tipo de cozedura e tom das pastas, sabendo que uma mesma pasta crua pode ter diferentes colorações depois de cozida, estes não são fatores que permitam a distinção dos tipos de fabrico (Pinto, 2003: 67).



Gráfico 5 – Distribuição do conjunto em estudo por área de produção

As produções da Bética costeira (Anexo, tabela 2) dividiram-se em três grupos, aos quais é comum um conjunto de pastas compactas e com muito calcário, de cozedura tipo A, sem revestimentos, mas com um bom tratamento/alisamento das superfícies, sempre com presença de inclusões. Todavia, distinguem-se, no caso do Grupo 1, pela frequência abundante de inclusões de formas variadas e pequena dimensão, pela oscilação entre média e baixa porosidade e pelas pastas de tom bege, branco-creme e laranja. Para o caso do Grupo 2, destaca-se uma menor frequência das inclusões, e uma maior variabilidade de tonalidade das pastas, concretamente, bege, em algumas peças num tom mais alaranjado e noutras mais rosado, branco-creme, laranja (acastanhado, cor tijolo) e laranja. Havendo algumas peças que apresentam uma tonalidade diferente nas superfícies, um cinza. Por último, o Grupo 3 varia dos demais pela sua raridade na frequência de inclusões, que se apresentam em pequena e média dimensão, e num leque de cores que abrange o bege, branco-creme e laranja. Também neste grupo se registam algumas peças com tonalidade cinzenta nas superfícies.

Para as pastas do Guadalquivir (Anexo, tabela 3), verificou-se que são compactas e siliciosas, embora por vezes também se apresentem calcárias. Estas pastas também se formam numa cozedura de tipo A, assim como se mantêm ausentes os revestimentos, notando-se um menor tratamento das superfícies em relação às outras produções. As inclusões também estão sempre presentes, em maiores quantidades do que se verifica na produção costeira, e a sua dimensão é maior, sendo comum a presença de grãos grosseiros, mas variável em função dos grupos identificados. Assim, à imagem das produções costeiras, aqui também se diferenciaram três grupos de pastas: concretamente, o Grupo 4 distingue-se pela abundante frequência, variada forma e dimensão oscilante entre pequena e média das inclusões, cujo grão também oscila entre fino e grosseiro. Observou-se que a porosidade destas pastas vai de média a alta e que a sua tonalidade varia entre bege, por vezes num tom mais rosado, branco-creme e laranja. O Grupo 5 caracteriza-se por inclusões semelhantes ao grupo que anterior, mas, ainda que surjam numa frequência menor, a sua presença é significativa. Relativamente à porosidade das pastas, verificou-se que, neste grupo, esta característica é menos acentuada, variando entre baixa e média, tomando tons como bege, branco-creme e laranja. Por último, o Grupo 6 materializa-se em pastas cujas inclusões são pouco frequentes, das quais os grãos são finos, de forma variada, mas com dimensões que não ultrapassam a média. Tal como no Grupo 5, a porosidade destas pastas é igualmente baixa ou média, com cores variadas, oscilando entre bege e branco-creme. Também nestes grupos, concretamente no 4 e 6 foram se registaram casos em que o tom cinzento das superfícies não coincide com as tonalidades das pastas.

Numa primeira abordagem, tendo em conta o que se tem vindo a verificar no grupo do Guadalquivir, pode-se avançar que quanto maior a quantidade e dimensão das inclusões mais a montante se terá localizado a produção. Em relação à porosidade verificou-se que a maioria apresenta um nível de porosidade alto ou médio, ou seja, trata-se de pastas que não apresentam qualquer tratamento da superfície, são rugosas, nas quais é possível sentir as inclusões. Inclusive, em alguns fragmentos de almofariz, detetou-se grãos mais grosseiros que criam um género de camada sobre a argila, não parecendo estar integrados na pasta, mas sim aplicados apenas na superfície.

Embora todas as peças tenham sido analisadas durante o processo de inventariação e se tenha procurado ter cuidado em identificar fragmentos que pertencessem à mesma peça, não se ignora o facto de a certos fragmentos da mesma

peça terem sido atribuídos números diferentes. Esta questão veio permitir identificar casos em que dois fragmentos com fraturas coincidentes, aos quais foram atribuídos diferentes números de inventário, não tivessem características macroscópicas idênticas.

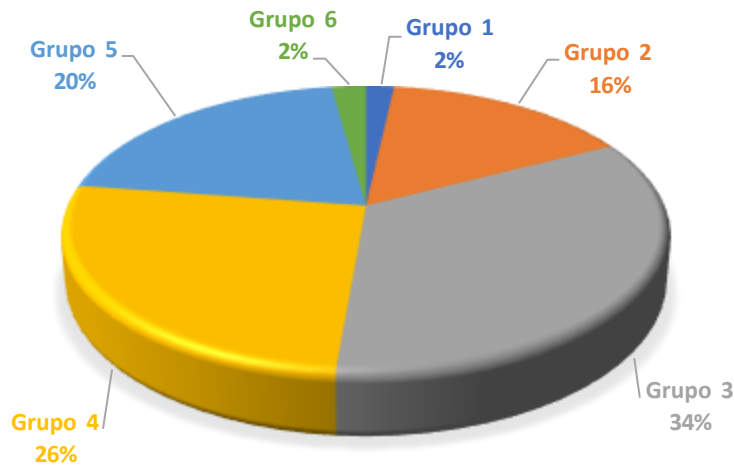


Gráfico 6 - Grupos de fabrico identificados

4.3. Aspetos formais e funcionais

Como já afirmámos, não é o intuito desta abordagem criar uma tipologia para o conjunto em análise, optando-se por seguir duas obras de referência para cada uma das áreas de proveniência das peças. Surgiu assim, à imagem das referidas obras, a necessidade de criar uma divisão morfológica com base na funcionalidade atribuída a cada forma. Isto porque certos aspetos de um recipiente, concretamente da sua forma, são determinados pela sua função, pelo que a sua divisão em conjuntos funcionais parece algo razoável e cuja leitura poderá, eventualmente, elucidar acerca das atividades realizadas em determinados espaços. No entanto, nem todos os recipientes eram utilizados exclusivamente na função para a qual foram originalmente produzidos, podendo alguns ser reutilizados noutras funções/atividades depois de cumprir o seu objetivo original (Orton, Hughes 2013:81). Dito isto, atribuir-se formas e/ou classes funcionais associadas tipicamente a determinadas atividades e espaços pode levar a interpretações com uma certa margem de erro (*ibidem*).

Evidencia-se complexa a divisão a que nos propusemos, tendo em conta a multiplicidade de usos durante o seu processo de consumo, bem como a reutilização de algumas formas noutras funções. Deste processo de divisão, obtiveram-se três categorias: a categoria de cozinha, onde se incluem todas as formas utilizadas na confeção e preparação dos alimentos; a categoria de mesa, destinada a todas as formas utilizadas no serviço e consumo dos alimentos e bebidas; e a categoria de armazenamento, onde se incluem todas as formas destinadas a manter/guardar os alimentos e bebidas.

Enquanto grupo, a cerâmica comum define-se pela sua ligação íntima às atividades do quotidiano. Não só a observação do presente conjunto, como também de outros, permitiu ainda evidenciar que esta categoria cerâmica não apresenta características estéticas que as definam, mas sim características técnicas como a resistência a altas temperaturas e a choques mecânicos. Concretamente sobre as pastas calcárias cozidas a baixa temperatura e por isso mais débeis (designadas pelos autores como “ceramica da fuoco di qualità mediocre”), Picon e Olcese defenderam que eram também exportadas por razões estéticas, particularmente pela sua cor, e também por razões socioeconómicas (1994:106-112).

Tendo em conta as considerações dos referidos autores sobre as pastas calcárias, dever-se-á olhar para alguns exemplares com colorações e características divergentes do típico com maior atenção, pois podem corresponder a estas pastas mencionadas por Picon e Olcese, de menor qualidade e que seriam ou vendidas juntamente com as restantes, de melhor qualidade, ou seriam vendidas por menor valor a grupos de menor poder económico. Todavia, as intenções destes agentes não transparecem no registo arqueológico e artefactual, pelo que é impossível conceber se estas eram produções intencionais de menor qualidade ou se seriam produções defeituosas. Mais complicado será ainda intuir como seria o seu processo de comercialização.

A cerâmica era também uma forma de expressão de posição social e de riqueza (Orton, Hughes 2013:82), pelo que o valor seria medido pela sua idoneidade para ser exibido e utilizado. Este valor dependia da presença e tipo de decoração, mas também poderia influenciar a escolha de utilização vs exposição das peças. Neste sentido, a importação quanto mais distante fosse, mais valiosa seria, especialmente pela sua possível raridade (*ibidem*). Posto isto, cerâmicas não decoradas usualmente serviriam propósitos mais utilitários (*ibidem*).

Aparentemente, nas regiões onde estas estão facilmente disponíveis, as cerâmicas calcárias têm tendência a cumprir as funções não culinárias, ou seja, para serviço de mesa, preparação e armazenamento, enquanto as pastas não calcárias serviriam para a confeção dos alimentos, como se verifica na cerâmica comum de *Balsa* (Torre de Ares, Tavira) (Nolen, 1994:135-139). Neste conjunto de *Balsa*, por sua vez, encontram-se algumas formas associadas tipicamente à confeção de alimentos, e em alguns fragmentos podem distinguir-se evidências da sua exposição ao fogo. Sem que, no entanto, seja claro tratar-se de marcas resultantes da sua utilização ou se são fruto de um evento associado ao fim de vida do edifício ou ainda de processos pós-deposicionais.

Segue-se, então, a descrição dos grupos funcionais identificados na cerâmica comum bética de Monte Molião.

4.3.1. Cozinha

A categoria de peças utilizadas em contexto de cozinha, poder-se-ão dividir ainda em duas subcategorias, dependendo da sua natureza funcional: as formas que foram utilizadas na preparação e as que foram utilizadas na confeção. Essencialmente, esta separação tem na sua génese a exposição, ou não, ao fogo.

Neste sentido, a preparação dos alimentos pode ser decomposta em três fases: o trabalho preliminar, como a preparação da carne, dos cereais ou de outros alimentos, partir, descascar, moer; a de cozinhar, através da exposição ao calor ou a outros agentes de transformação (frio, vinagre, sal, etc.); e por fim a apresentação (que se reflete na categoria seguinte, o serviço de mesa).

As formas identificadas como artigos de cozinha, atribuídos a processos culinários que envolvem fogo, foram colocadas na categoria de confeção. Os principais vestígios desta atividade surgem na carbonização das superfícies das peças ou pelo conhecimento de peças com paralelos provenientes de outros sítios. Esta última situação é recorrente no conjunto em estudo, pelo que foi com base noutros espólios que se intuiu alguns dos dados obtidos. Assim, numa primeira abordagem, pôde-se observar que o reportório formal para este conjunto não apresenta significativas alterações ao longo de toda a ocupação do sítio (Arruda, Pereira, Sousa 2020:191).

No sítio de Chao Samartín, a título de exemplo, os autores defendem que não parece ter havido uma procura de formas concretas para os processos de preparação de

alimentos que não envolvem exposição ao fogo. Esta necessidade deverá ter sido assegurada por formas pertencentes ao que seria o serviço de mesa e, provavelmente, por utensílios feitos de materiais perecíveis, nomeadamente madeira, e cuja utilização ainda hoje se encontra em todo o Noroeste, onde certos tipos como tigelas, funis, queijeiras, coadores, argamassas e pratos de manteiga estão praticamente ausentes (Hevia González et al, 1999:155).

5.1.1. Preparação

A preparação é a fase associada principalmente à transformação dos alimentos com o objetivo de fabricar um produto para consumo. Podendo ser logo o produto final, pronto a consumir, ou um produto que consiste na adaptação de um alimento ou de um preparado com ingredientes capazes de modificar o seu sabor e/ou textura (Balfet, Pelras 1983: 34 *apud* Bats, 1988:21) que terá de ser sujeito a algum método de confeção antes de consumido. Estes preparados são conservados ou apresentados em recipientes especiais, que garantem uma maior facilidade de utilização em pequenas doses (Bats, 1988: 21).

Segundo Bats (*ibidem*), as operações destinadas a modificar a forma ou as características físicas dos alimentos podem ser divididas em quatro subgrupos: extração, separação e triagem, que engloba a debulha de cereais, descaroçamento de leguminosas, limpeza de grãos, incluindo ainda a filtragem, com peneiras e filtros vegetais; fracionamento (corte, prensagem, tritura) dos produtos alimentares animais ou vegetais, incluindo também a moagem ou trituração com o recurso a mós ou outros objetos cerâmicos, nomeadamente o pilão conjugado com o almofariz; mistura e incorporação, que seriam realizadas em recipientes, cuja classificação depende dos alimentos processados, ou seja, nuns casos são misturados noutros recipientes antes da cozedura, noutros a cozedura é realizada no próprio recipiente onde é feita a mistura; por último, modelação e disposição que poderia ocorrer pela prensa manual ou por moldes.

Ainda nesta fase, enquadra-se a transformação de alimentos através de processos bioquímicos, isto é, fermentação, maceração, secagem, fumagem; processos que visam prolongar a conservação de alguns produtos, bem como, potenciar o seu sabor (Bats, 1988: 21). Estes processos requerem a utilização de recipientes que variam de acordo com a natureza do produto em questão, tratando-se de sólidos ou líquidos, e o recipiente em que são preparados não é necessariamente o mesmo em que são conservados.

5.1.1.1. Alguidar/Bacia (Anexo, Fig.4)

Trata-se de uma forma aberta de grandes dimensões, bordo vertical e paredes oblíquas. Esta é uma forma com grande diversidade, trata-se, de recipientes abertos de grandes dimensões, cujo bordo pode ser arredondado exvertido pode ser vertical ou horizontal. É difícil definir quanto ao tipo de corpo que estes teriam uma vez que os fragmentos são muito pequenos apresentando apenas o bordo e dando alguns indícios de como se ligava ao corpo do recipiente. Tipicamente esta forma possui paredes oblíquas, troncocónicas ou retas e, geralmente, fundo plano.

Os seus diâmetros variam entre os 12 e os 54 cm, no conjunto de Monte Molião, facto que contrasta com os valores mínimos de cerca de 20 cm que se verificam normalmente neste grupo cerâmico. Porém, no estudo de Girón Anguiozar, constatou-se que a cerâmica comum da Baía de Cádiz inclui também peças desta forma com diâmetro de 15 cm, o que leva a supor que nas produções da Baía de Cádiz esta forma era produzida em menores dimensões que a norma (Girón Anguiozar, 2017: 304).

As variações que muitas vezes se verificam no comprimento máximo desta forma, a robustez e morfologia das abas, bem como a aparente ergonomia da forma, são características que podem estar relacionadas com o tipo de utilização, que, para além da mais comum como alguidar, pode ser também, menos frequentemente, como recipiente utilizado na higiene pessoal (Sousa, 2009: 83; Girón Anguiozar, 2017: 39).

Quanto às regiões de produção destas formas, a sua distribuição ocorre no vale do Guadalquivir em 77% dos casos e 23% na Bética Costeira (Gráfico 4).

Destacam-se as peças 29396 e 18491, as quais têm paralelos nos sítios de La Canada de Vargas e em Los Villares de Andújar Relativamente à segunda peça, do tipo COM-RO-BET 4.1., cronologicamente esta formas não

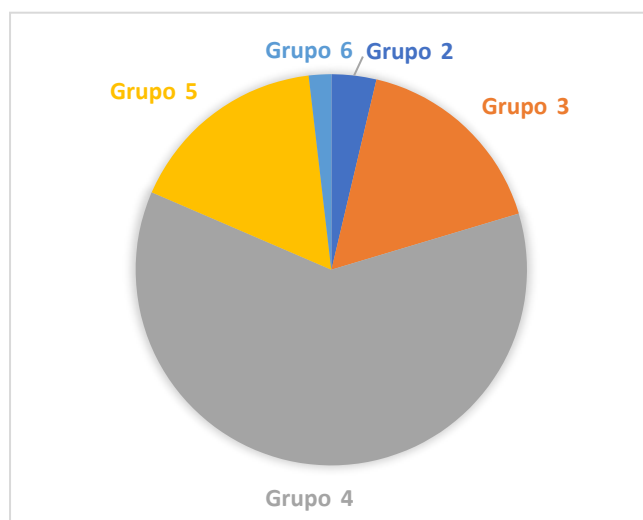


Gráfico 7 - Distribuição da forma Alguidares/Bacia pelos grupos de fabrico identificados

parece ir muito além da época de Cláudio (Peinado Espinosa, 2010:204). Encontram-se também paralelos com a forma COM-RO-BET 4.2. em Los Villares de Andújar (Peinado

Espinosa, 2010:206) para as peças 29297 e 29294 e em Cartuja (Serrano Ramos, 1978:262). Para as formas atribuídas à Bética costeira, representadas nomeadamente pelo fragmento 29195, para o qual se encontrou paralelo no Hospital Cinco Llagas, em Sevilha, (Huarte Cambra, 2003: 227, -fig 14/desenho 14).

5.1.1.2. *Almofariz (Anexo, Fig.5 e 6)*

As características mais comuns dos almofarizes de Monte Molião são o estriado na parede interna do recipiente e o bico vertedor sob o bordo. Todavia, nem todas as peças apresentam estes elementos, quer em simultâneo quer individualizados, existindo também fragmentos cujos elementos estão ausentes, mas pertencendo o perfil claramente a estes recipientes. Estas são características diferenciadoras das formas itálicas e estão presentes tanto na Andaluzia como na Lusitânia (Serranos Ramos, 2008: 475; Huarte Cambra, 2003: 222).

Por volta da segunda metade do século I d.C., na província da Bética, dá-se uma mudança na produção desta forma. Os almofarizes da Bética passam a ser recipientes pouco profundos, de fundo plano ou pé pequeno, paredes grossas e cobertas de sulcos no interior, muito próximos entre si ou agrupados de forma a criar a superfície de atrito, de bordo espessado, horizontal “*con visera*” e bico vertedor. São conhecidos exemplos destes com diferentes pastas e, por vezes, com as faces engobadas (Serranos Ramos, 2008: 475). As produções de Andújar, bem como as de Mérida, servem de ponto de contacto entre as anteriores e as novas tipologias, com um bordo espessado, paredes oblíquas e base de secção triangular (Serranos Ramos, 2008: 475).

Antes de aparecer esta forma e se difundir por toda a província existe uma forma de “*borde engrossado, baquetón exterior y estrias en el interior*” (Serranos Ramos, 2008: 475), a qual tem presença em Sevilha, Muniga e, entre outros, em Málaga, concretamente no sítio de Los Castillones de Campillos, nos níveis fechados da época de Tibério-Cláudio (Sola 1985: 200 *apud* Serranos Ramos, 2008: 475).

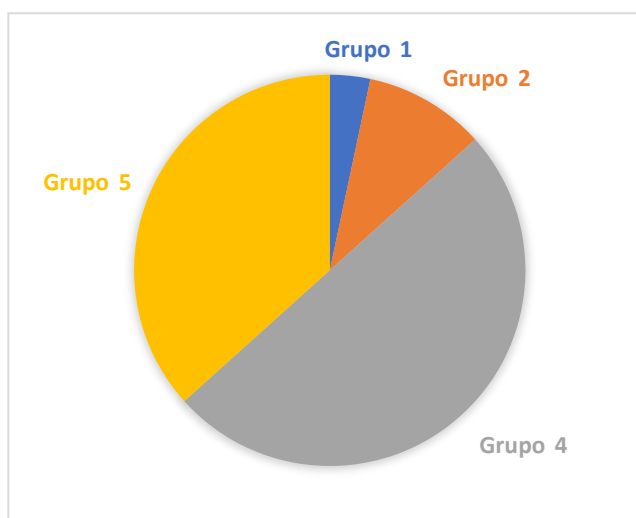


Gráfico 8 - Distribuição dos Almofarizes pelos grupos de fabrico identificados

No presente conjunto distinguiram-se algumas variantes da forma, nomeadamente as que apresentam curvatura interna do bordo superior à curvatura externa, as que tem asa ou apoio incorporada a arrancar do extremo do bordo, as que apresentam curvatura interna do bordo sempre abaixo da reentrância presente na parte externa do bordo, as que têm uma curvatura externa e interna ao mesmo nível, representado um estrangulamento onde o bordo acaba e uma que só apresenta curvatura na parte interna do bordo. Nos fragmentos deste conjunto registam-se diâmetros que variam entre os 20 e os 40 cm.

Quanto à proveniência das pastas, estas são maioritariamente do vale do Guadalquivir, correspondendo a 84%, e os restantes 13% são provenientes da Bética costeira, distribuindo-se pelos grupos de fabrico 1, 2, 4 e 5 (Gráfico 4). As pastas apresentam tonalidades bege, branco/creme e cinzento. Destaca-se que alguns dos fragmentos apresentam indícios de exposição ao fogo, não sendo claro se estes são resultado da sua utilização ou de fenómenos pós-depositivos.

Ao longo do processo de investigação de Monte Molião, a equipa do projeto MOLA já tinha referido que a maioria dos fragmentos de almofarizes deste sítio teria a Bética como origem, bem como que a sua chegada ocorreu por via marítima (Arruda *et al*, 2009)

A produção de almofarizes na província da Bética é conhecida em Cartuja (Granada), Andújar (Jaén), El Castillón (Antequera), Teba e em Torrox-Costa (Málaga) (Serranos Ramos, 2008: 475).

5.1.1.3. Funil (Anexo, Fig.7)

Esta forma tem uma morfologia muito própria, nomeadamente ser oca, a sua forma de cone que acabar num tubo, um dos lados ter uma abertura ampla e, do outro, um tubo estreito (Girón Anguiozar, 2017: 32). Os *infundibulum* eram utilizados em atividades relacionadas com a cozinha, bem como na medicina e na agricultura, e serviam para transferir líquidos ou semilíquidos (Girón Anguiozar, 2017: 31-32). Estes eram utilizados, por exemplo, colocando no seu interior algum tipo de tecido para filtrar e eliminar impurezas dos preparados antes de serem armazenados (Bernal y Sáez 2006: 203 *apud* Girón Anguiozar, 2017: 32) e/ou para simplesmente transferir o conteúdo das ânforas para outros recipientes (Vegas, 1973: 55).

As suas formas nas produções de cerâmica comum não apresentam diferenças significativas em relação aos produzidos em *terra sigillata* (Vegas, 1973: 55).

Apesar desta forma estar bem documentada no registo arqueológico (Girón Anguiozar, 2017:32; Vegas 1973: 55), a sua fraca expressão nos centros produtores da Baía de Cádiz pode estar relacionada com a dificuldade em associar fragmentos de bordos a esta forma, uma vez que os seus bordos são muito semelhantes a outras formas, nomeadamente tigelas (Girón Anguiozar, 2017: 194). Idealmente, para que se classifique como funil, o perfil da peça deve estar conservado pelo menos em dois terços (*ibidem*).

Neste conjunto registam-se apenas dois fragmentos aos quais foi atribuída esta classificação. Apresentam um bordo redondo, paredes curvas que parecem desenhar um corpo semicircular e umas caneluras na parede externa sob o bordo. Contam com diâmetros de 20 cm e 25 cm. Ambos são atribuídos a produções costeiras, correspondendo um ao grupo de fabrico 3 e ou outro ao grupo 2.

A sua classificação deve-se às semelhanças encontradas com a forma 10, concretamente a 10.1, apresentada por Girón Anguiozar (2017: 195, fig. 163). Particularmente as caneluras sobre o bordo. A autora afirma que nesta forma distinguem-se dois grupos com base no diâmetro, os que estão entre os 13 e os 15 cm, que estariam ligados a atividades mais cotidianas, e os que estão entre os 18 e os 25 cm, mais associados a atividades industriais. A localização de ambos os fragmentos em divisões associadas a produção alimentar parece ir ao encontro destes dados.

Não se pode deixar de referir que poderia tratar-se também de um tipo de taças, identificadas como tipo 17.2 pela mesma autora. No entanto, pela curvatura, que parece desenhar um corpo que vai estreitando, ao contrário do que sucede com as taças que têm um corpo abalado, e pelos diâmetros superiores ao que é apresentado como típico para as taças, optou-se por seguir com a classificação de funil.

5.1.2. *Confeção*

Os processos de confeção são processos através dos quais os alimentos são submetidos a calor suficiente para que ocorra uma transformação propícia para o consumo. A maioria das vezes estes dependem da utilização do fogo, podendo ser direta, em que o alimento é submetido a ação imediata da chama, através de um espeto ou grelha; ou indireta, em que é utilizado um recipiente intermediário, o qual fica em contacto direto com a chama. Tratando-se o presente trabalho de uma análise de um conjunto de cerâmica, serão apresentados elementos apenas do segundo tipo.

O vocabulário básico dos processos de cozedura é fornecido por Varrão (L.L. V, 109), especialmente no que diz respeito à carne, embora estes se apliquem a todos os tipos

de alimentos (carne, peixe, crustáceos, vegetais) que possam ser grelhados, assados, cozidos ou fritos (Bats, 1988: 65). Processos para os quais existem contentores especiais e que requerem que estes sejam colocados na lareira, ao seu lado ou suspensos acima das chamas, contendo água, óleo ou gordura (Bats, 1988:21).

5.1.2.1. *Caçoila* (Anexo, Fig.8)

Definem-se morfologicamente por serem recipientes pouco profundos, de forma aberta, com bordo arredondado e preparado para receber uma tampa, de paredes curtas, verticais, retas ou oblíquas e com fundos planos ou ligeiramente côncavos, que ajudariam a que fossem mais resistentes aos choques térmicos (Peinado Espinosa, 2010: 68) e seriam sempre acompanhadas de uma tampa (Girón Anguiozar, 2017: 24). Neste conjunto identificaram-se duas morfologias de bordo, um bordo arredondado, inclinado para dentro, com um sulco para receber a tampa e um bordo horizontal, espessado internamente sob o qual há uma ligeira carena.

Embora Bats as inclua na categoria *caccabus*, atribuindo a sua origem às formas púnicas, caracterizadas pelos fundos côncavos e a sua função à fritura ou cozedura de alimentos (1988: 69). Girón Anguiozar coloca as peças com esta morfologia na categoria de *catinus*. As duas morfologias que se registam neste conjunto enquadram-se na forma 6.16 da autora, concretamente nas variantes a e d.

Tal como acontece com algumas formas de *terra sigillata*, não será de descartar que estas pudessem ser utilizadas no serviço de mesa para além das suas funções na confeção. Ou que exista uma distinção entre formas que se destinariam exclusivamente à confeção ou no serviço de mesa. Existem, ainda, alguns modelos com três ou quatro pés, para que sejam colocados sobre a lareira (Bats, 1988: 67). Segundo as fontes literárias, estes recipientes eram habitualmente utilizados para cozinhar peixe (Bats, 1988: 67-68).

Em Monte Molião estas formas encontram-se presentes em todos os níveis, tratando-se de importações itálicas, peças de fabrico local/regional e também norte-africanas (Arruda, Pereira, Sousa, 2020:191), o que cria alguma estranheza à identificação desta forma no conjunto em análise. Embora a sua fraca expressão, apenas dois fragmentos, não pareça colocar em causa a afirmação anterior.

Esta forma está representada neste conjunto por três fragmentos cuja proveniência se atribui à Bética Costeira, com diâmetro na ordem dos 42 cm.

5.1.2.2. Pote/Panela (Anexo, Fig.9 e 10)

Esta designação, que engloba mais que uma forma de peças, advém da impossibilidade de distinguir, formalmente, os recipientes que foram utilizados exclusivamente ao fogo, de outros destinados a outras atividades relacionadas com o serviço, preparação ou armazenamento de alimentos.

São recipientes fechados e profundos, um perfil tendencialmente globular/esférico ou ovóide, com fundos planos ou ligeiramente côncavos. Este tipo de recipientes detém, regra geral, um diâmetro de bordo inferior ao seu diâmetro máximo e uma vasta variedade de bordos podendo ser exvertidos, reentrantes ou horizontais e apresentar, ou não, ranhura para encaixe de tampa. Neste conjunto registaram-se bordos exvertidos, arredondados e espessados na parte interna, outros alongados, também exvertidos, e ainda alguns de bordo exvertido amendoado, com asa que arranca onde o bordo termina. Os seus diâmetros variam entre os 4 e os 34 cm.

Apresentam pastas compactas, duras, homogêneas com 64% dos fragmentos originários de produções gaditanas e 36% provenientes do vale do Guadalquivir, distribuindo-se por todos os grupos de fabrico identificados (Gráfico 5). As pastas apresentam tom bege, laranja, branco/creme e cinzento-esverdeado. Registou-se que várias peças têm cores diferente na superfície e no núcleo.

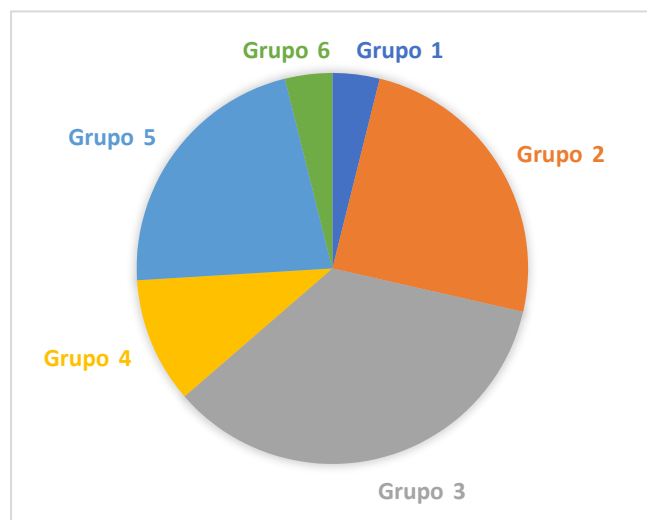


Gráfico 9 - Distribuição da forma Pote/Panela pelos grupos de fabrico identificados

Este tipo de recipiente destinar-se-ia a cozinhar alimentos, fossem legumes ou carnes, função que obriga a que a peça fosse tapada (Bats, 1988: 65). Em PI. Hospital-Anfiteatro (Cartagena), observou-se que a presença de ranhura para encaixe de tampa é introduzida durante a fase augusta, coexistindo com versões da forma em que a ranhura não existia (Borredá Mejías, Cebrián Fernández, 1993: 208). Pela sua morfologia de base plana, estes recipientes seriam colocados sobre uma superfície plana no meio das brasas, para uma cozedura rápida, ou perto das brasas, para uma cozedura mais lenta e poderiam depois ser colocados diretamente na mesa (Bats, 1988: 65).

Os potes e panelas foram recipientes de excelência da cozinha romana, sendo descritos na literatura como utensílios de cozinha diários (Bats, 1988: 66-67), cuja principal função seria cozer os diversos alimentos e fazer as típicas papas que eram a base da alimentação romana.

5.1.2.3. Tacho (Anexo, Fig.11)

Esta é uma das formas mais comuns em contextos de época romana. Em Monte Molião destacam-se os tachos de bordo horizontal, largo e aplanado, quase todos de produção local (Arruda, Pereira, Sousa 2020: 191). O repertório formal para este conjunto não apresenta grandes alterações ao longo de toda a ocupação do sítio (Arruda, Pereira, Sousa 2020:191). No entanto, no conjunto em análise, encontram-se fragmentos que facilmente se enquadram nesta descrição, mas cujas pastas têm origem na província vizinha.

Do latim *caccabus*, esta forma parece ter origem em Cartago e na sua esfera de influência, tornando-se numa forma comum no mundo romano apenas nos séculos I e II d.C., particularmente por influência da cerâmica de cozinha africana, este era um recipiente para ferver, fritar e cozer (Bats, 1988:69).

Este conjunto caracteriza-se pela forma fechada em que o diâmetro de abertura se aproxima do diâmetro máximo do bojo, registando-se diâmetros entre os 15 e os 30 cm. As peças possuem bordos horizontais, por vezes ligeiramente rebaixados, com uma pequena concavidade no início do bordo, na parte exterior ou uma ligeira projeção no bordo na parte interior para a colocação de uma tampa.

Embora cumpram, mais ou menos, a mesma função que a forma anterior, distinguem-se dela por serem menos profundos.

Quanto às produções, a sua maioria é proveniente do Guadalquivir, havendo dois fragmentos atribuídos a produções costeiras. Estranha-se um pouco a existência desta forma em produções costeiras uma vez que as pastas mais calcárias não são as

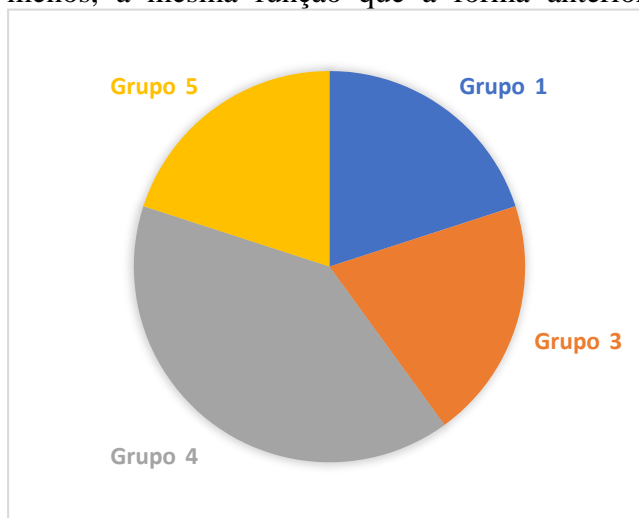


Gráfico 10 - Distribuição da forma Tacho pelos grupos de fabrico identificados

mais funcionais para a confeção de alimentos por não suportarem o sobreaquecimento resultante da exposição ao fogo.

Encontram paralelos na forma 3.23 de Girón Anguiozar (2017:148-150) em Puente Melchor 2008 (Puerto Real); La Florida, Buena Vista (El Puerto de Santa María); calle Sagasta 28 (Cádiz).

5.2. Serviço de Mesa

A fase de consumo corresponde à refeição, a qual tem lugar com ou sem membros da família ou da comunidade e implica uma pausa nas funções diárias, e um certo número de atitudes e gestos, ligados ou não ao uso de um certo número de utensílios (Bats, 1988: 21). O consumo dos alimentos numa mesa romana podia dar-se de duas formas: ou a comida era servida em um ou mais recipientes e consumida diretamente daí, ou haveria um recipiente individual em que cada pessoa se serviria e desse é que consumia (Bats, 1988: 23). É possível que, dependendo da presença de recipientes individuais na loiça utilizada e descartada pelos habitantes de um sítio arqueológico, se possa deduzir que pertenceram a um ou outro dos casos considerados (*ibidem*).

O consumo de alimentos em época romana tem também sido descrito como um processo de quatro etapas: começa num recipiente bastante grande (prato, garrafa), passa por um recipiente de transporte (concha, jarra) para um recipiente mais pequeno (prato, copo) do qual é finalmente extraído por um quarto recipiente de transporte (colher, garfo) (Leroi-Gourhan, 1973: 184-185 *apud* Bats, 1988: 23).

No mundo clássico o serviço de mesa contava com produções muito elaboradas, por vezes ricamente ornamentadas (Vázquez Labourdette; Tabales, 2003:220). A partir da dinastia Júlio-Claudia passam a dominar nos serviços de mesa as *terra sigillata*, as peças itálicas e as sudgálicas, destacando-se também as importações hispânicas de paredes finas (Arruda, Pereira, Sousa 2020:191).

5.2.1. Jarro (Anexo, Fig. 12 e 13)

Esta é uma forma cuja função está particularmente associada ao serviço de líquidos, ao contrário dos potes, mas não se exclui que pudesse ser também utilizada na cozinha para guardar algum tipo de líquido.

Neste conjunto registou-se uma grande variedade de formas quanto aos bordos: bordos maioritariamente virados para fora, simples arredondados ou com um perfil triangular, alguns apresentam uma pendente exterior e interior, outros são invertidos com o topo do bordo horizontal, havendo os que apresentam um espessamento do bordo. Há ainda um fragmento que apresenta uma espécie de carena, uma ondulação na parte externa do bordo. Os seus diâmetros variam entre os 4 e os 18 cm.

Dois dos fragmentos parecem ser jarros trilobados, mas, novamente, a dimensão e desgaste dos fragmentos não permite garantir esta classificação.

Regista-se que 61% dos fragmentos são provenientes da região litoral da Bética e só 45% é proveniente do vale do Guadalquivir. Distribuem-se por todos os grupos de fabrico, maioritariamente pelo segundo.

Foram encontrados paralelos na forma 11,7 A-B de Girón Anguiozar (2017: 206), que engloba *Lagoenae*.

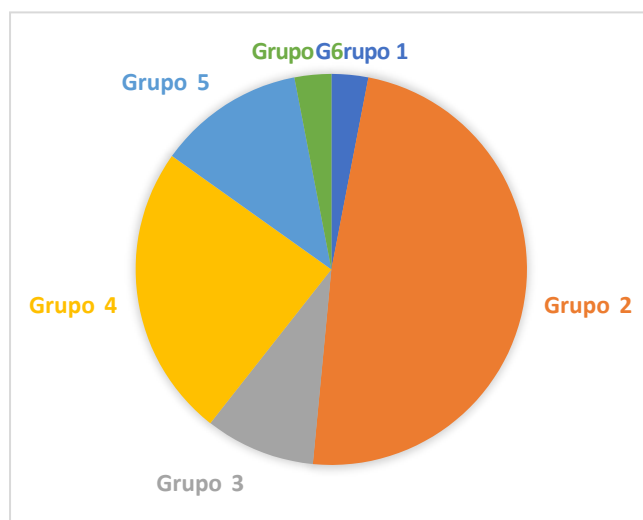


Gráfico 11 - Distribuição da forma Jarros pelos grupos de fabrico identificados

5.2.2. Taça/tigela (Anexo, Fig.14)

Para esta forma, o que se encontra no conjunto são na maioria bordos simples arredondados, alguns espessados internamente ou de perfil ligeiramente triangular, outros virados para dentro, de paredes curvas semicirculares, os fundos são em anel ou planos. Estas características remetem para a forma latina *poculum*, uma designação muito geral para todas as suas formas e tipos de utilização, podendo-se afirmar que era, principalmente, um recipiente para beber (Girón Anguiozar, 2017: 41). Trata-se de uma forma bastante comum nos sítios arqueológicos, sendo certas tipologias imutáveis no tempo, ao longo da época romana, pelo que carecem de uma cronologia concreta (Girón Anguiozar, 2017: 318). Pode também tratar-se da forma latina *acetabulum*, a qual, segundo Peinado Espinosa, difere dos alguidares pelas paredes pouco exvasadas e pelos diâmetros iguais ou inferiores a 18 cm (2010: 70). Esta forma latina define recipientes pouco profundos e sem pés destacados (*ibidem*). Os diâmetros variam entre os 9 e os 18

cm, um pouco acima daquilo que regista Girón Anguiozar, que apresenta um intervalo entre os 7 e os 16 cm (2017: 320).

Quanto aos fabricos, a maioria, 61% dos fragmentos são provenientes do vale do Guadalquivir, com as pastas porosas e substancial presença de componentes não plásticos, os restantes 39% são fabricos da baía gaditana, com pastas bem depuradas e escassez de componentes não plásticos. O tom das pastas varia entre várias nuances de bege, laranja e o branco/creme.

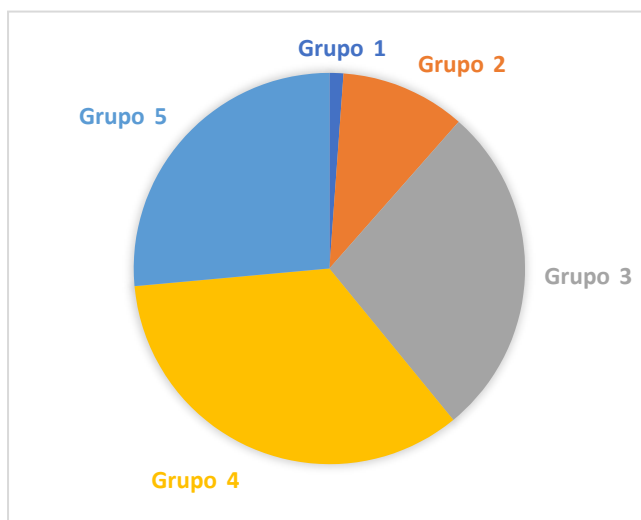


Gráfico 12 - Distribuição da forma Taça/Tigela pelos grupos de fabrico identificados

Alguns fragmentos apresentam marcas de exposição ao fogo no topo do bordo e face externa, o que leva a supor que fossem utilizadas como tampa. Uma das peças inteiras (18392) apresenta no fundo um furo centrado, uma indicação clara desta reutilização.

5.3. Armazenamento / Transporte

Durante a fase alto-imperial, em Monte Molião foram usados sobretudo contentores de grande capacidade, sendo os *dolia* os mais frequentes. Todavia, também os potes importados da Bética e fabricados na região, de menores dimensões, foram abundantemente utilizados no armazenamento. Da mesma forma, devemos recordar que inclusive as ânforas, nomeadamente as de tipo Dressel 20, foram reutilizadas com essa função (Arruda, Pereira, Sousa 2020: 191).

Durante a fase alto-imperial em Monte Molião foram usados contentores de ampla capacidade, tipo *dolium*, e outros de menores dimensões, como os potes, sendo que os primeiros correspondem a importação da Citerior e os segundos da Bética ou a produções locais (Arruda, Pereira, Sousa 2020: 191).

5.3.1. Garrafa (Anexo, Fig.15)

Foram recolhidos dois fragmentos de bordo cuja morfologia remete para a classe das garrafas, independentizando-as dos jarros. De acordo com as obras consultadas

(Girón Anguiozar, 2017: 195-238; Peinado Espinosa, 2010: 141-144; Vegas, 1973), estas classes enquadram-se na forma latina *lagoena*, todavia, nesta abordagem, uma vez que se procura criar classes com base na morfologia e função, optou-se por separar garrafas de jarros, por uma ser vocacionada para o transporte de líquidos, enquanto a outra ser para armazenamento.

Um dos fragmentos apresenta um bordo exvertido, moldurado, com colo cilíndrico que perfila um corpo esférico. Foi, através da colagem, possível conhecer o perfil integral desta peça. Apresenta fortes semelhanças à forma 11, tipo 11.7 criada por Girón Anguiozar, caracterizada por um perfil globular, bordo exvertido e moldurado, colo cilíndrico e base simples (2017: 205-206, figura 175), conseqüentemente ao tipo 37.6 de Vegas (Vegas, 1973: 89-91, figura 30, 7) e à forma TIPO IV do Antiguo Hospital de las Cinco Llagas (Sevilha) (Huarte Cambra, 2003: 221). Os diâmetros desta forma costumam oscilar entre os 4 e os 17 cm (Girón Anguiozar, 2017: 205), pelo que este fragmento tem um diâmetro de 14 cm.

Este tipo de recipientes serviria originalmente para conter vinho, funcionalidade que se mantém por toda a época romana, e, segundo diversas fontes do século I d.C., para conter água ou neve (Girón Anguiozar, 2017: 32). No que à sua cronologia concerne, os fragmentos atribuídos a estas formas recolhidos em Puente Melchor (Puerto Real) fornecem dados que os balizam entre a mudança da Era e o final do século IV d.C., mas em Troilo (Cádiz) surge um único fragmento desta forma que indicia que a sua produção terá sido iniciada um pouco antes, em finais do século I a.C., sendo a sua cronologia de referência o século I d.C. (Girón Anguiozar, 2017: 205). Cronologia reforçada pelos dados do Antiguo Hospital de las Cinco Llagas (Sevilha), que apontam a produção desta forma na segunda metade do século I d.C. (Huarte Cambra, 2003: 221), concretamente entre os anos 50-70 d.C., com base no conjunto de ânforas Dressel 20 que lhes estava associado (Garcia, 2000: 273-241 *apud* Huarte Cambra, 2003: 221).

O segundo fragmento apresenta um bordo arredondado, espessado na parte interna, vertical e que segue para desenhar um colo estreito, com um diâmetro de 4 cm. Não encontrando paralelos exatamente idênticos, algumas peças apresentam semelhanças muito sugestivas, concretamente a forma 11.24 de Girón Anguiozar (2017: 223-224, figura 198) e a forma 42 de Vegas (Vegas 1973: 98-101, figura 34). Tipicamente os diâmetros destas formas oscilam entre 2, 4 e os 6 cm, dividindo-se depois em dois grupos que separam os que apresentam alturas entre os 24 e 25 cm dos que estão entre os 40 e os 41 cm (Anguiozar, 2017: 223). Quanto à altura, não é possível retirar informação

do fragmento. A presença desta forma é registada em Puente Melchor em contextos que colocam a sua cronologia entre meados do século I d.C. e o século V (*ibidem*). Porém, Vegas afirma que esta forma tem uma maior presença em fase tardo-romana entre os séculos III e V d.C. (Vegas, 1973: 99), coerente com os dados existentes na Catalunha e Granada, em Los Matagallares, que colocam esta forma na segunda metade do século III d.C. (Anguiozar, 2017: 224). Já em Portugal esta forma regista-se em São Cucufate (Beja) em meados do século IV d.C. (Pinto 2003: 438-440). Também esta forma serviria para conter vinho (Bonifay 2004: 285).

Da etnoarqueologia é possível obter informação importante quanto às cerâmicas dedicadas a conter vinho ou água, pois estas requerem características específicas, nomeadamente boa qualidade de barro, a sua dimensão, a grossura das paredes e a porosidade, entre outras (Schütz 1992: 173; Vázquez 2000: 132 *apud* Girón Anguiozar, 2017:33).

Quanto à produção, foram atribuídos à Bética costeira, concretamente ao Grupo 3.

5.3.2. *Grandes Recipientes / Talha (Anexo, Fig.16)*

Estes recipientes, no latim *dolium*, caracterizam-se por serem recipientes grandes, muito largos, em que o seu diâmetro máximo se localiza, mais ou menos, ao centro do recipiente, tem uma abertura ampla, frequentemente uma tampa associada (Girón Anguiozar, 2017: 30), fundo plano e não tem asas (Peinado Espinosa, 2010: 72).

Existem dezoito fragmentos de grandes recipientes, dos quais apenas um fragmento tem pastas da Bética costeira, atribuído ao Grupo 3 de fabrico, e os restantes são provenientes do vale do Guadalquivir, dividindo-se entre os grupos de fabrico 4 e 5 (Gráfico 3). Sabe-se atualmente que estes recipientes em Monte Molião serviriam para guardar água (Arruda, Pereira, Sousa 2020: 191).

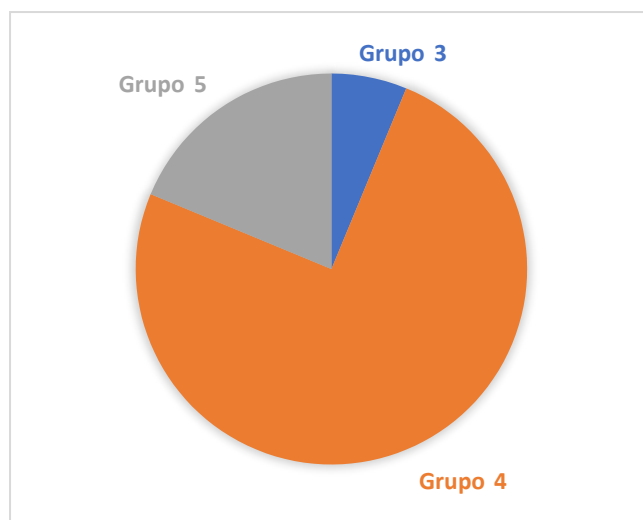


Gráfico 13 - Distribuição da forma Grandes Recipientes pelos grupos de fabrico identificados

São conhecidos, através das fontes clássicas, principalmente pela sua capacidade de armazenar líquidos, por exemplo

no seu uso para guardar vinhos, azeites e água (Girón Anguiozar, 2017: 28-29). Todavia, eram também utilizados para armazenar outros produtos, como cereais (Cat. Agr. 10, 4 *apud* Girón Anguiozar, 2017: 29), frutas (Cat. Agr. 143, 3 *apud* Girón Anguiozar, 2017: 29), até mesmo queijo (Col. Re Rust. XII, 44, 2 *apud* Girón Anguiozar, 2017: 29). É também referida, nas obras clássicas, a sua utilização na salmoura (Col. Re Rust. XII, 6, 1 *apud* Girón Anguiozar, 2017: 29) e na salga das carnes (Cat. Agr. 162, 1 *apud* Girón Anguiozar, 2017: 29). Vegas, reconhece também a possibilidade de serem utilizados para lavar, se bem que a sua morfologia não parece desenhada para essa função (1973: 41). Para além destas funções, como contentores de alimentos, as fontes também referem a sua utilização noutras atividades que não serão aqui referidas uma vez que o trabalho se foca na componente doméstica/culinária.

A sua tipologia não apresenta alterações significativas ao longo do tempo (Peinado Espinosa, 2010: 144). Registam-se fragmentos de bordo arredondado voltado para fora, que segue para desenhar um corpo que alarga em relação ao limite do bordo. Mas a maioria apresenta bordos arredondados virados para dentro, que seguem para desenhar um corpo esférico.

5.4. Tampas / Opérculos (Anexo, Fig. 17)

Apesar da homogeneidade desta forma, com base no seu uso óbvio como tampas, não é possível atribuir esta forma a nenhum dos principais grupos funcionais para além do recetáculo ao qual estão associadas, o que é também raro salvo quando encontradas em conexão.

Estas são peças, cuja função é auxiliar a outros tipos, foi concebida para cobrir recipientes que, em certos casos, apresentam um bordo especialmente configurado com um encaixe para receber a tampa (Peinado Espinosa, 2010:132). Geralmente, as tampas apresentam um diâmetro superior ao dos opérculos, sendo que as primeiras se destinariam à cobertura de recipientes de armazenagem e os segundos cobriam diversos recipientes de cozinha (panelas, potes, etc...). Esta é uma forma muito comum no mundo romano (Peinado Espinosa, 2010: 132).

São caracterizadas por um bordo ligeiramente espessado ou por um rebordo rombo com um lábio reto, por vezes espessado, sempre com paredes oblíquas. Os seus diâmetros variam entre os 6 e os 29 cm. As variações encontradas no destaque dos fundos devem ser tidas em consideração uma vez que os fundos largos e totalmente planos

poderão corresponder a uma forma de dupla funcionalidade, os pratos-tampa. As tampas distinguem-se dos pratos por terem uma prensa ou pela presença de estrias no interior, marcadas pelo torno, e que indicam um fundo mais cónico (Borredá Mejías, Cebrián Fernández, 1993: 212).

As produções aqui em estudo são maioritariamente, segundo a análise feita, provenientes da Bética costeira, totalizando 71% dos fragmentos. Apresentam variações de tonalidade: 41 % dos fragmentos têm uma coloração branco/creme, 48% tem cor bege, 5% são cor de laranja, 4% são cinzentas e 2% são rosadas. Algumas peças apresentam um tom no núcleo diferente da superfície.

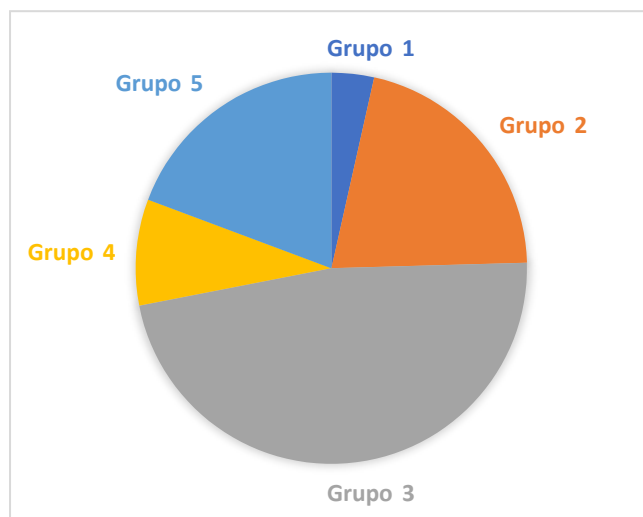


Gráfico 14 - Distribuição da forma Tampa/Opérculo pelos grupos de fabrico identificados

Destaca-se ainda que nalgumas das peças foram identificadas evidências de exposição ao fogo, principalmente localizadas na parte externa do bordo, o que leva a colocar a hipótese de para além de servirem para fechar recipientes de armazenamento seriam também utilizadas na confeção de alimentos.

Encontram-se paralelos em Los Villares de Andújar, onde se registaram peças com pastas rosadas e de cor bege, em Cartuja e na Baía de Cádiz.

5.5. Síntese da análise

A análise deste conjunto permitiu compreender que as importações béticas recolhidas nos contextos em análise correspondem a formas atribuídas às funções de serviço, confeção e preparação de alimentos.

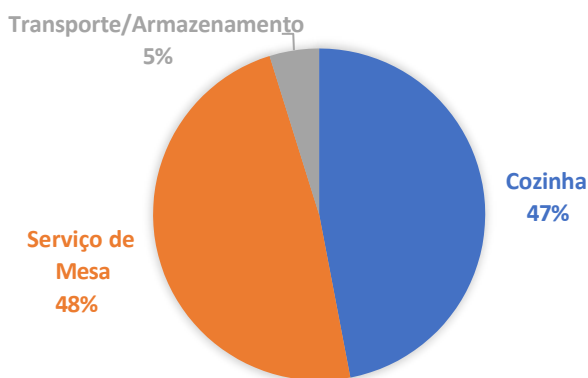


Gráfico 15 - Percentagem de cada categoria

Quanto à relação das formas com a alimentação. A alimentação romana tem por base as massas de cereais, cereais sob forma de papas e o pão, o que implica a adoção do prato raso. No qual eram cozidos e servidos à mesa (Pinto, 2003: 334), segundo Bats (1988) os que se destinavam a cozinhar alimentos podiam apresentar uma pega. Também um maior consumo de carne e peixe marca a alimentação romana e implica recipientes de preparação relativamente baixos como tachos, pratos covos e pratos rasos. Estes alimentos pediam molhos e condimentos, preparados em almofarizes, e molhos de peixe como o garum (Pinto, 2003: 334). Em toda a bacia mediterrânea, a alimentação tradicional era à base de sopas, cozidos, purés, alimentos líquidos e semilíquidos à base de vegetais, pouco exigentes na preparação que seria feita em panelas (Pinto, 2003: 334). O peixe, a carne e os seus derivados eram consumidos, mas as suas quantidades variavam de acordo com a situação geográfica e os recursos das populações.

Para o consumo de líquidos, são tipicamente romanos os jarros, as bilhas e os potinhos. Estes seriam utilizados como copos, pelo que são de utilização individual.

No que respeita à loiça de cozinha, nota-se no gráfico 15 a predominância dos potes/panelas em relação aos pratos e tachos. Este pode ser um indicador de que a população de Monte Molião em época alto-imperial praticava uma alimentação influenciada pelos hábitos romanos. A insignificância do prato sugerida pelo conjunto pode não corresponder à realidade, uma vez que se registaram quatro fragmentos de pratos de peixe, uma forma típica da época romana-republicana e que, por isso, não foram contabilizados, para além da dificuldade em classificar fragmentos de fundos pela sua deterioração. Na vila romana de São Cucufate (Vidigueira), em níveis da segunda metade do século I d.C. e primeiro terço do século II d.C., os pratos de fundo raso já representam 7,3% (Pinto, 2003: 647-648).

Quanto à loiça utilizada à mesa impera a tigela, que devia servir não só para comer como também para beber (Pinto, 2003: 334). A análise deste conjunto permite verificar que se mantém o domínio das taças (gráfico 16), tal como acontece no conjunto de cerâmica comum importada da Bética de época republicana (Sousa, Arruda, 2014: 66), mostrando uma continuidade com o que acontece durante esta fase da ocupação. As tipologias das tigelas não parecem modificar-se profundamente, as tigelas de bordo simples e arredondado, corpo semiesférico continuam a ser a forma predominante. Deve-se realçar que a utilização da tigela neste período tanto é típica do mundo romano como do Sudoeste peninsular. Por outro lado, a fraca presença de jarros poderá sugerir que os potes tinham, também, a utilidade de servir líquidos. A predominância de taças no grupo de cerâmica comum é algo que se verifica noutros sítios da costa algarvia, nomeadamente Faro ou o Castelo de Castro Marim (Sousa, 2009; Sousa e Arruda, 2011).

Como se pode ver ao longo do trabalho há uma significativa dependência das importações vindas da Bética ao nível das cerâmicas ao nível das cerâmicas associadas a funções culinárias e ao consumo de alimentos. A qual se faz sentir até na cerâmica de iluminação, que a partir do século I correspondem essencialmente a importações béticas (Arruda, Pereira, Sousa 2020:191). No sítio de Monte Molião os alguidares, as taças/tigelas, bem como recipientes destinados a conter líquidos mostram a tendência de se tratar maioritariamente de produções do Guadalquivir e logo a seguir de produções locais, sendo que para os últimos registam-se também alguns de origem gálica (Arruda, Pereira, Sousa 2020: 191). No conjunto estudado, estas formas, apresentam esta mesma tendência, 52% são do vale do Guadalquivir e 48% do conjunto aponta uma proveniência da área costeira.

Por último, quanto ao elevado número de inclassificáveis resta dizer que se trata essencialmente de fundos e asas que não permitiram compreender a forma a que pertenciam. Os fundos principalmente apresentaram o problema de terem fraturas muito roladas não deixando claro se seria um recipiente de paredes curtas.

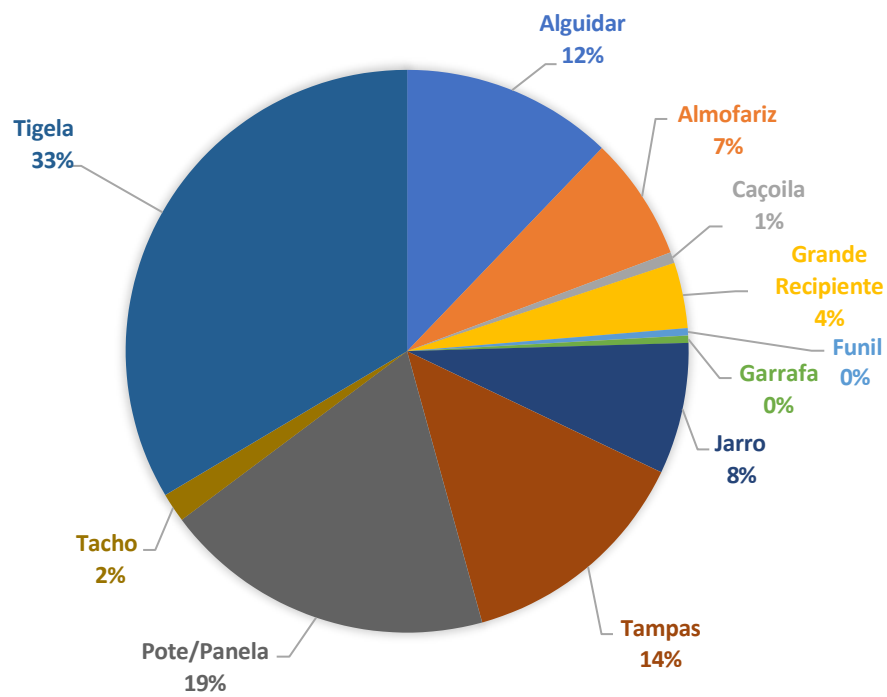


Gráfico 16 - Percentagem dos diferentes tipos de recipientes de cerâmica comum

I. O CONTRIBUTO DO CONJUNTO DE MONTE MOLIÃO PARA O CONSUMO DA CERÂMICA COMUM BÉTICA NO OCIDENTE PENINSULAR: DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise macroscópica para identificação das produções e suas origens, embora seja o método mais acessível, encontra diversas limitações, seja porque existem depósitos argilosos semelhantes em grandes áreas, nomeadamente no vale do Guadalquivir, na costa atlântica e na costa mediterrânea (Peinado Espinosa, 2017: 112), seja porque se verificam fortes semelhanças entre pastas avermelhadas, designadas de cozinha oxidante por Peinado Espinosa, ou as pastas cinzentas, redutoras, e as produções locais/regionais algarvias. O facto de existirem depósitos semelhantes em grandes áreas, embora afastadas umas das outras, gera uma alta probabilidade de sítios diferentes produzirem pastas semelhantes, com teores diferentes de cal, com misturas de componentes diferentes, mas com características ainda assim semelhantes. Estas importantes diferenças químicas nas peças, mas difíceis de identificar, revêm-se em características como o toque polvorento, tipicamente associado com as pastas béticas. Cremos que, mais importante do que estes elementos macroscópicos, sejam os microscópicos e químicos que definem as pastas e que as permitem associar a centros produtores.

Em Portugal, somente as cerâmicas consideradas béticas de Braga foram alvo de um estudo arqueométrico, para a caracterização química e mineralógica, tratando-se a amostra de uma ânfora de características tipologicamente bética, uma Dressel 7-11, e três fragmentos de cerâmica comum. Os resultados provaram a semelhança entre as quatro amostras e a sua diferenciação da cerâmica comum de Braga (Prudêncio, 2000: 701 apud Pinto, 2006: 169). Já em São Cucufate toda a cerâmica comum foi sujeita a análises petrográficas que mostraram que 2,1% correspondem a cerâmicas produzidas em regiões distantes, nas quais estão incluídas as produções béticas (Pinto, 2006: 178).

Para que seja possível atribuir a origem das cerâmicas a um centro produtor em concreto é necessário que sejam realizadas mais análises químicas que comparem as cerâmicas encontradas nos diversos sítios arqueológicos e as recuperadas nos centros produtores.

Outra característica que poderá ser definidora dos locais de produção é o processo de cozedura das peças, uma vez que, por exemplo, diferentes temperaturas surtem diferentes impactos nos elementos químicos. Para este efeito, tem-se considerado que as cerâmicas calcárias ou não calcárias, com elevada quantidade de desengordurantes,

quando são cozidas a baixa temperatura são resistentes ao choque térmico, porém, pouco resistentes aos choques mecânicos. Enquanto as cerâmicas calcárias cozidas a altas temperaturas tornam-se resistentes aos choques mecânicos, mas são quase impossíveis de utilizar ao fogo. As cerâmicas não calcárias cozidas a elevada temperatura mostram-se resistentes aos choques mecânicos (Olcese, Picon, 1994).

Afigura-se necessário, ainda assim, referir a possibilidade de certas produções locais/regionais algarvias de pastas calcárias serem semelhantes às pastas da Bética costeira. Um estudo recente sobre a caracterização geoquímica e mineralógica das transformações térmicas das argilas da bacia algarvia mostrou que as pastas calcárias podem ter origem no próprio território algarvio (Trindade, 2007). Tal acontece porque existem no Algarve formações geológicas calcárias semelhantes às que estarão na origem das argilas típicas das pastas claras da Bética costeira, que, como foi já referido, existem por toda costa Sul da Península Ibérica. Neste estudo as amostras sujeitas a análises revelam que depois de sujeitas a temperaturas de 1000°C ou superiores, a coloração das argilas se altera para cores esbranquiçadas e beges (Trindade, 2007). Contudo, as evidências arqueológicas não revelaram ainda a sua utilização em sítios de produção algarvios e ainda que se venha a provar a existência de uma produção algarvia de pastas claras, não invalida que a maioria seja proveniente da Bética e tenha sido comercializada juntamente com as ânforas (Pinto, 2006: 170; Pinto, Morais, 2007: 238).

Parece também relevante relembrar a discussão em torno da hipótese defendida por alguns autores de uma produção algarvia de contentores anfóricos, particularmente da ânfora “Almagro 50” / Keay XVI, de pasta clara, para a qual não foram ainda encontradas provas (Fabião, Carvalho, 1990: 52 apud Pinto, 2006: 170). É possível que essa ânfora seja bética (Mayet, Schmitt, 1997: 79), e foi colocada a hipótese de a sua abundância no Sul de Portugal se explicar pelo facto de ser importada dessa região, com o objetivo de envasar preparados piscícolas de fábricas de salga do Sul da Lusitânia (Mayet, 2000: 651-652; Fabião, 2000). Se é possível que o Algarve tenha produzido cerâmicas de pasta calcária, é ainda mais provável que a maioria da cerâmica de pasta clara que aparece um pouco por todo o território português seja proveniente da Bética, comercializada a partir da baía gaditana com as ânforas produzidas na província (Pinto, 2006: 170).

Havendo ainda outras possibilidades, nomeadamente, cerâmicas com pastas semelhantes, como é caso das caulíníticas que, tratando-se de pastas feitas a partir de argilas compostas por caulim, apresentam também tonalidades claras, inclusive brancas

(Silveira et al., 2016). Este tipo de produções surge também em Monte Molião (Pereira, Arruda, Ribeiro, 2019), pelo que, na ausência de análises químicas, alguns dos fragmentos do conjunto em estudo poderão ser erroneamente identificados como produções béticas.

A questão da cozedura e dos efeitos que tem na aparência das pastas calcárias, bem como estas possibilidades de outras produções semelhantes às da Bética costeira, interessam particularmente para um conjunto de fragmentos de taças/tigelas cujas pastas brancas (definidas como branco-creme), numa análise macroscópica, apresentam semelhanças às pastas claras da Bética, mas que não aparentam ser as típicas pastas calcárias. São mais duras e compactas, são mais brancas, não apresentam um tom amarelado como as restantes do conjunto, e somente estes fragmentos de taças/tigelas apresentam evidências de exposição ao fogo. O que faz querer que tenham sido utilizadas na confeção de alimentos, como tampa.

Por estes motivos, no mundo Clássico a aquisição destas peças também poderá ser algo premeditado, consoante a utilização prevista para as mesmas. Uma vez que é um período caracterizado pela marcada separação entre a cerâmica de fogo e cerâmica não ignífuga, algo que não sucedia noutras áreas geográficas (Olcese, Picon, 1994).

No estudo sobre a cerâmica africana de cozinha e as suas imitações em Monte Molião, C. Viegas e A. M. Arruda (2014:253-258), mostram a evolução das importações nas diversas fases de ocupação do sítio. Os dados que apresentam mostram que durante a época dos Flávios dominam as produções de *terra sigillata* do Sul da Gália e no conjunto de cerâmica comum a maioria corresponde às produções calcárias da Bética (61.72%). Este grupo era composto por tigelas, pequenas bilhas, almofarizes, potes/panelas, alguidares e grandes recipientes. Para o final do século I d.C. e a primeira metade do século II d.C., a cerâmica importada da Bética mantém valores elevados, correspondendo a 49.19% da cerâmica comum, mas assiste-se a um pequeno aumento da presença da cerâmica africana de cozinha. E no momento final da ocupação e de abandono do conjunto de estruturas do sector A, datado de meados do terceiro quartel do século II d.C., passam a dominar as cerâmicas africanas de cozinha, embora as importações da Bética continuem presentes de forma significativa. Há um aparente equilíbrio que se vai estabelecendo entre cerâmicas provenientes da Bética, que não se destinariam à confeção de alimentos, e a cerâmica africana de cozinha, desenhadas para suportar os choques térmicos.

Efetivamente, a forte presença de importações da vizinha província é algo que está bem registado na estratigrafia de Monte Molião, indicando que os contactos com essa área têm início em momentos anteriores ao final do primeiro quartel do século I a.n.e., apesar de se materializarem apenas na importação de recipientes de cerâmica comum nesta primeira fase, até que comecem a surgir contentores anfóricos (Sousa, Arruda, 2014: 70). Em época republicana, em Monte Molião, no conjunto de cerâmica comum 63.38% corresponde a importações da baía de Cádiz e somente 8.7% corresponde a produções do vale do Guadalquivir (Sousa, Arruda, 2014). Já durante o Alto-Império, com base nos contextos analisados neste estudo, a cerâmica comum corresponde a 50% dos materiais recolhidos. Dentro da categoria de cerâmica comum, as importações da Bética correspondem a 72%. Embora não se possa generalizar esta informação para o período alto-imperial de Monte Molião, pois outros níveis desta cronologia carecem ainda de análise, é possível afirmar que a presença de importações da vizinha província aumenta com a viragem da Era.

A fraca presença de produções do Guadalquivir pode ser explicada pela cronologia dos contextos republicanos de Monte Molião, centrados entre finais do século II e começos do I a.n.e., momento em que as produções no interior da Andaluzia estavam ainda a iniciar-se (Sousa, Arruda, 2014: 70). Por outro lado, a forte expressividade das importações da baía de Cádiz poderá dever-se não só à proximidade geográfica entre a baía de Cádiz e Monte Molião como também pela posição de destaque da metrópole gaditana, pelo menos a partir da segunda metade do primeiro milénio a.n.e. nos circuitos comerciais do Extremo Ocidente (Sousa, Arruda, 2014: 66).

Relativamente à distribuição das cerâmicas comuns de possível origem bética em território português, os estudos de alguns investigadores permitem ter uma imagem da sua importância no quadro das importações e consumo.

Segundo Carlos Fabião, durante o período tardo-republicano verifica-se uma especialização, algo acentuada, nas importações de origem bética, que consistiam em almofarizes, tigelas e bilhas (Fabião, 1998: 143). Uma tradição que em São Cucufate se manteve, bem como em Monte Molião. Na cerâmica comum importada da Bética, em São Cucufate, regista-se uma tendência para importar formas cujas funções parecem mais adequadas às pastas calcárias (Pinto, 2006: 178), ou seja, que não envolvem choques de temperatura. Esta tendência verificou-se também no conjunto estudo. O expoente máximo da sua presença ocorre durante o segundo terço do século II d.C., embora estejam presentes desde o início da ocupação, em meados do século I d.C. (Pinto, 2003: 550-552).

A presença destas cerâmicas no território português atesta-se especialmente nos níveis do Alto-Império, o que fortalece o argumento de que as cerâmicas de pasta clara acompanhavam as ânforas béticas que afluíram ao nosso território com alguma intensidade durante esse período (Pinto, 2006: 169). O conjunto estudado provém de níveis atribuídos à primeira metade do século I, associados a quantidades significativas de ânforas. No norte do país sítios como o Alube (Porto) confirmam a presença e importância destes produtos em período tardo-republicano e augustano, revelando a importação de potes, almofarizes e bilhas² (Pinto, 2006: 169). Além de Conímbriga (Alarcão, 1976, p. 71-74, 136-137 *apud* Pinto, 2006: 169) e Braga (Morais, 2000, 2004 *apud* Pinto, 2006: 169). Para o sul, os estudos destas cerâmicas em Castelo de Lousa (Mourão), em São Cucufate (Pinto, 2006: 169), em Torre de Ares (Nolen, 1994), Vidigal (Pereira, 2012), na Ammaia (Dias, 2014), Alcácer do Sal (Silva et al. 1980), Ilha do Pessegueiro (Sines) (Silva et al., 1984), villa de Povos (Vila Franca de Xira) (Grilo, Santos, 2017), Santarém (Arruda, Viegas, 2004), Cabeça de Vaiamonte, Abul (Pinto, Morais, 2007), Quinta do Marim (Silva, Soares, Coelho-Soares, 1992)

Este grupo de fabrico tem, pelo território português, uma fraca expressão, com exceção do Algarve. O modelo costeiro algarvio próximo do identificado na costa alentejana, vales do Sado e Tejo é demonstrado pela frequência de cerâmica bética e africana, bem como pela raridade da produção local e das cerâmicas ferromagnesianas que Nolen e Vaz Pinto consideram originárias do alto Alentejo. A escassez de produção autóctone é geralmente associada a um forte dinamismo comercial marítimo e a uma célere aculturação dos gostos romanos, por via mediterrânica (Dias, 2014: 69).

² Bilhas ou jarros, recipientes com a função de servir líquidos, sendo que no estudo da autora os recipientes de colo estreito são considerados bilhas (Pinto, 2003).

BIBLIOGRAFIA

Documentação gráfica consultada

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 602 [material cartográfico] /serviços cartográficos do exército – Escala 1: 25000. Lisboa. S.C.E., 1970.

CARTA GEOLÓGICA DE PORTUGAL: FOLHA 52-A [Material Cartográfico]/ Serviços Geológicos de Portugal. – Escala 1:200 000. Lisboa: S. G. P., 1992.

Relatórios técnico-científicos

ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; LOURENÇO, P. (2006) – Relatório final.

ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; LOURENÇO, P.; BARGÃO, P. (2007) – Relatório final.

Arruda et al, 2008: ARRUDA, A. M.; LOURENÇO, P.; PEREIRA, C. (2008) – Relatório final dos trabalhos arqueológicos.

ARRUDA, A. M; LOURENÇO, P; PEREIRA, C. (2009) – Relatório final dos trabalhos de campo.

ARRUDA, A. M; SOUSA, E; (2011) - Relatório final dos trabalhos de campo.

Arruda et al, 2015: ARRUDA, A. M; OLIVEIRA, C.; SOUSA, E; PEREIRA, C. (2015) - Relatório final de trabalhos arqueológicos.

Fontes e estudos publicados

ACERO PÉREZ, J. (2019) - O ciclo urbano da água no Portugal Romano / Urban water cycle in Roman Portugal. Anais Leirienses – estudos & documentos 4, pp. 137-168.

AGUAROD OTAL, M. C. (2003) - Cerámica común romana: cocina, conserva, preparación de alimentos, almacenaje y mesa. In Al-qannis: boletín del Taller de Arqueología de Alcañiz, (10), 127-165.

ALARCÃO, A. M.; ALARCÃO, J. de (1966) – O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel). Conímbriga, 5, p. 7-104. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/45924/1/O_espolio_da_necropole_luso-romana_de_Valdoca.pdf

ALARCÃO, J. de (1974) - Cerâmica Comum local e Regional de Conímbriga. Suplementos de Biblos, 8, Coimbra.

ALARCÃO, J. de (1974a) - A necrópole do Monte do Farrobo (Aljustrel). Conímbriga, 13, p. 5-32. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/45837/1/A_necropole_do_Monte_do_Farrobo.pdf

- ALARCÃO, J.** de (1975) - *Fouilles de Conimbriga. La céramique commune locale et régionale*. Paris, Boccard
- ALARCÃO, J.** de (1999). Três notas sobre o Alentejo Romano. *AI Madan*. 2ª serie 8, Almada, p. 72-74.
- ALMEIDA, R.; RAMOS, A. C.** (2005) – O complexo industrial conserveiro de época romana d Rua Silva Lopes. Principais resultados de uma intervenção de emergência no centro histórico de Lagos. *Xelb*. Silves. 5:1. pp.101-118.
- Arruda et al, 2008:** ARRUDA, A. M; BARGÃO, P; LOURENÇO, P; SOUSA, E. (2008) – Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. In *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, Outubro 2007). *Xelb* 8: 1. Silves: Câmara Municipal de Silves. pp. 161-192.
- ARRUDA, A. M.** (2000) – *Fenícios e mundo indígena no centro e sul de Portugal: séculos VIII-VI a.C.: em torno às histórias*. Tese de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. 2 Volumes
- ARRUDA, A. M., PEREIRA, C., SOUSA, E.** (2020) - Laccobriga: estruturas romanas de Monte Molião (Lagos, Portugal). In Antonio Pizzo (Ed.), *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana* (Mytra 6). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida. pp. 183-194
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.** (2012) – Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL*, 21, pp. 93-113
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.** (2004) – Les mortiers de l’Alcáçova de Santarém (Portugal), *SFECAG, Actes du Congrès de Vallauris*, pp 341-349
- BARGÃO, Patrícia** (2008) – Intervenção de emergência na Rua do Molião: primeiras leituras. In *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve*, (Silves, Outubro de 2007). *Xelb*. 8:1. Silves: Câmara Municipal de Silves. pp.169-190.
- BATS, M.** (1988) - Vaisselle et alimentation à Olbia de Provence (v. 350-v. 50 av. J.-C.). Modèles culturels et catégories céramiques. In: *Revue archéologique de Narbonnaise*. Supplément au tome 18, 1988. Vaisselle et alimentation à Olbia de Provence (v. 350-v. 50 av. J.-C.). Modèles culturels et catégories céramiques. pp. 5-72; doi : <https://doi.org/10.3406/ran.1988.1669> https://www.persee.fr/doc/ran_0153-9124_1988_sup_18_1_1669
- BELTRÁN, M. L.** (1978) - *Cerámica romana, tipología y clasificación*, Zaragoza.
- BERNAL D. C.; LAGÓSTENA, L.** (coords.) (2004) - *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. - VII d.C.)*, B.A.R.

International Series 1266, Volumen I y II, Oxford.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (1971) - Economía de Hispania al final de la República romana y a comienzos del Imperio según Estrabón y Plinio. In *Estudios de Historia Económica I* (Revista de la Universidad de Madrid 20, n.º 78, 1971), Madrid 1971, pp 57-143

BONIFAY, M. (2004) Études sur la céramique romaine tardive d’Afrique. Oxford: Archaeopress , British Archaeological Reports. International Series.

BONNET, C.; MESQUITA, J. C. V.; VIEGAS, M. A. T. R. (1990) - *Memória sobre o Reino do Algarve, Descrição Geográfica e Geológica*. Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura

BRULET, R.; VILVORDER, F.; DELAGE, R. (2010) - La ceramique romaine en Gaule du Nord. Dictionnaire des ceramiques. La vaisselle a large diffusion. Turnhout, Brepols.

Casasola et al., 2016: CASASOLA, D.B., ALAOU, M.K., ROMERO, A.M., RODRÍGUEZ, J.J., GIMÉNEZ, R.G., LUACES, M. (2016) - Atlas de pastas cerámicas del Círculo del Estrecho (APAC). En busca de nuevas herramientas arqueológicas para la identificación visual de talleres alfareros. In Ramon, J., Piero, B. (eds.) (2016) – Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo. Monografías Ex Officina Hispana III, pp. 362-375

DELGADO, M.; MORAIS, R.; RIBEIRO, J. (2009) – Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta. CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar – Cultura, Espaço e Memória).

DETRY, C.; ARRUDA, A. M. (2013) – A fauna da Idade do Ferro e da época Romana de Monte Molião (Lagos, Algarve): continuidades e rupturas na dieta alimentar. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 16, pp 213-226

DIAS, V. (2010) - *A cerâmica campaniense do Monte Molião (Lagos)*. Lisboa: [s.n.], 2010. Tese de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, orientada por Ana Margarida Arruda dos Santos Gonçalves

DIAS, V. (2014) - *A cerâmica comum de Ammaia*. Évora: [s.n.], 2014. Tese de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Évora, orientada por Filipe Barata e Carlos Fabião, pp. 313

DIOGO, M; MARQUES, J. (2008) – Sistemas defensivos do Molião – resultados preliminares de intervenção arqueológica na urbanização do Molião. *Xelb*, Silves. 8:2. Pp. 59-65.

- DYSON, S.L.** (1976) - *Cosa: The utilitarian pottery*, MAARome XXXIII.
- ESTRELA, Susana** (1999) - Monte Molião, Lagos: intervenção de emergência (1998) e problemas da gestão do património em sítios arqueológicos classificados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 2, nº. 1, pp. 199-234
- FABIÃO, C.** (1998) - O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português. Vol. II. Lisboa: Universidade (tese policopiada).
- FABIÃO, C.** (2015) – Lusitania en el contexto de la globalización romana. In J. M. Álvarez Martínez, A. Carvalho, C. Fabião (Eds.) (2015) - *Lusitania Romana. Origen de dos pueblos*. *Studia Lusitana* 9, pp 201-205
- FABIÃO, C.; GUERRA, A** (1987) - Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento militar da Lomba do Canho, Arganil. *Separata Da Pré-História à História, homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*, Lisboa, Editorial Delta, p. 287-308. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10034/1/CComumLombadoCanho.pdf>
- FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I.** (2004) - Alfares y producciones de cerámica en la provincia de Granada. Balance y perspectivas In D. Bernal y L. Lagóstena (coords.): *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana* (ss. II a.C. - VII d.C.), Volumen I, B.A.R. International Series 1266, Oxford, pp. 195- 238.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I.** (2004a) - Alfares y producciones en la provincia de Jaén. Balance y perspectivas, In D. Bernal y L. Lagótena (coords.): *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana* (ss. II a.C. - VII d.C.), B.A.R. International Series 1266, Volumen I, Oxford, pp. 239-272.
- FIGUEIRA, A. A.** (2018) – A cerâmica comum da *villa* romana da Quinta da Bolacha (Amadora, Portugal). Lisboa: [s.n.], 2009. Tese de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, orientado por Carlos Fabião, pp. 245
- FULFORD, M.G.; PEACOCK D. P.S.**(1984) - *Excavations at Carthage, The British Mission vol I,2: The Avenue du President Bourgiba, Salamambo: the Pottery and other Ceramic Objects from the Site*, Sheffield
- GOMES, F. B; PEREIRA, C.; ARRUDA, A. M.** (2019): A cisterna de Monte Molião (Lagos, Portugal). *Spal* 28:2, pp. 235-278
- GOMES, Rosa Varela** (2004) – Silves (Xelb), uma cidade do Garb Al-Andalus: a Alcáçova. *Trabalhos em Arqueologia* 35. Lisboa: Instituto Português da Arqueologia. 526p.
- GRILO, C., SANTOS, C.** (2017) - A cerâmica comum da villa romana de Povos, Vila

Franca de Xira. *Cira Arqueologia*, 5, pp. 86-115.

Hevia González et al, 1999: HEVIA GONZÁLEZ, S.; BENÉITEZ GONZÁLEZ, C.; MONTES LÓPEZ, R. (1999) - Cerámica común romana del Chao Samartín (Grandas de Salime-Asturias): vajilla de cocina y almacenamiento. In *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología: BSAA*, 1999, N.65, pp.153-196.

HUARTE CAMBRA, R. H. (2003) - Las producciones de la figlina. Cerámicas comunes. In Vázquez Labourdette, A.; Tabales, M. Á. (2003). *Arqueología y rehabilitación en el Parlamento de Andalucía: investigaciones arqueológicas en el Antiguo Hospital de las Cinco Llagas de Sevilla*. Parlamento de Andalucía, Servicio de Diario de Sesiones y Publicaciones no Periódicas. pp. 220-237.

LAMBOGLIA, N. (1950) - Gli scavi di Albintimilium e la cronología della cerâmica romana, Bodighera.

LOURENÇO, P. R. (2010) - A pesca na Antiguidade - o caso de Monte Molião (Lagos). Lisboa: [s.n.], 2010. Tese de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, orientada por Ana Margarida Arruda, pp. 65

MEJÍAS, R. B.; FERNÁNDEZ, R. C. (1993). Cerámica de cocina local y de importación en Pl. Hospital - Anfiteatro (Cartagena) s. II a. C. - I d. C. Uso y función. *Sagvntvm*, 26,

MERCEDES, V. (1973) - Cerámica común romana del Mediterráneo occidental, Barcelona, Instituto de Arqueología y Prehistoria, Universidad de Barcelona.

NOLEN, J. U. S. (1985). Cerâmica comum de Necrópoles do Alto Alentejo. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança. Lisboa.

NOLEN, J. U. S. (1994). Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, Incluindo o espólio ósseo e medieval. Lisboa: Instituto Português de Museus.

NUNES, J (1900) - A necrópole Luso romana dos arredores de Lagos. *Archeologo Português*. Lisboa. S1, volume 5. pp.102-103.

ORTON, C.; HUGHES, M. (2013). *Pottery in Archaeology* (2nd ed., Cambridge Manuals in Archaeology). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511920066

PAVOLINI, C. (2000) - Scavi di Ostia. La ceramica comune. Le forme in argilla depurata dell'Antiquarium. Roma, Istituto poligrafico e Zecca dello Stato.

PEACOCK, D.P.S. (1982) - Pottery in the Roman world: an ethno- archaeological approach, Nova Yorke.

PEINADO ESPINOSA, M. V. P. (2010) - Cerámicas comunes romanas en el Alto Guadalquivir: el alfar de Los Villares de Andújar. Granada: Universidad de

Granada,2010. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Granada orientada por María Isabel Fernández-García, pp 511

PEREIRA et al., 1994: PEREIRA, A. R.; DIAS, J. M.; LARANJEIRA, M. M. (1994) - Contribuições para a geomorfologia e dinâmicas litorais em Portugal. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa. Rel. n.º 35, p. 75-89.

PEREIRA, C. (2012): “O sítio romano do Vidigal, Aljezur”. Revista Portuguesa de Arqueologia 15: pp. 155- 179. <http://hdl.handle.net/10451/10178>

PEREIRA, C., SOUSA, E., DIAS, Í., AGOSTO, F., ARRUDA, A. M. (2022). As importações altoimperiais de Monte Molião (Lagos, Portugal) através de contextos domésticos seleccionados. In Carmen Fernández Ochoa, César Heras Martínez, Ángel Morillo Cerdán, Mar Zarzalejos Prieto, Carmelo Fernández Ibañez, & M. Rosa Pina Burón (Eds.), De la costa al interior. Las cerámicas de importación en Hispania. V Congreso Internacional de la SECAH, Vol. I. Madrid: SECAH-EX OFFICCINA HISPANIA / Museo Arqueológico Regional. pp. 295-308

PEREIRA, C.; ARRUDA, A. (2016) – As lucernas romanas do Monte Molião, Lagos, Portugal. SPAL. Sevilha, 25, pp. 149-181. DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/spal>

PICON, M.; OLCESE, G. (1994) - Per una classificazione in laboratorio delle ceramiche comuni. In OLCESE, G., ed. - Cerâmica romana e archeometria: lo stato degli studi: atti delle Giornate Internazionali di studio, Castello di Montegufoni (Firenze), 26-27 aprile 1993. Firenze: All’Insegna del Giglio, pp. 105-114.

PINTO, I. V. (2003) – A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

PINTO, I. V. (2006) - A cerâmica comum bética das villae romanas de São Cucufate: uma revisão. In Revista Portuguesa de Arqueologia. volume 9. número 1. pp. 167-184

PINTO, I. V.; MORAIS, R. (2007) - Complemento de comércio das ânforas: cerâmica comum bética no território português. In Arévalo González, A.; Lagóstena Barrios, L.; Bernal Casasola, D. (coord.) (2007) - Actas del congreso internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la Antigüedad. Universidad de Cádiz, Noviembre de 2005, B.A.R. int. ser. 1686, Oxford, pp. 235-254

QUINTELA, A.; CARDOSO, J.; MASCARENHAS, J. (1986) - Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo. Contribuição para a sua inventariação e caracterização. Lisboa : MPAT. Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais. Dir. Ger. dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos. pp. 103-106

RIBEIRO, O. (1998) – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da

Costa. pp. 189.

ROBINSON, H. S. (1959): Pottery of the Roman Period. Chronology. The Athenian Agora, volumén V, Princeton.

ROCHA, A. S. (1906): Necrópole luso-romana do Molião. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. Figueira da Foz. Tomo I, n.º 3, pp. 103-105.

RODRIGUES, Sandra (2002) – A Rede Viária Romana do Algarve. Tese de Mestrado em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. 2 volumes.

RODRIGUES, Sandra (2004) – As vias romanas do Algarve. Faro: Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve. pp. 108.

ROLO, A. (2010) - A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora). Lisboa: [s.n.], 2010. Tese de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, orientada por Carlos Fabião, pp. 224

SÁEZ ROMERO, A. (2005) - “Aproximación a la tipología de la cerámica común púnico-gadirita de los ss. III-II”, *Spal* 14, pp. 145- 178.

SANTOS, C. (2012) - As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol. Lisboa: [s.n.], 2012. Tese de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, orientada por Catarina Viegas e Carlos Fabião, pp. 383

SANTOS, F. (2018) - A cerâmica comum da oficina de salga 1 de Troia (Grandola, Portugal): contextos da primeira metade do século V. Lisboa: [s.n.], 2018. Tese de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, orientada por Carlos Fabião, pp. 377

SANTOS, M. (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 404

SERRA, M; SOUSA, E. (2006): Resultado das intervenções arqueológicas realizadas na zona de protecção do Monte Molião (Lagos). *Xelb. Silves*. 6: 1,

SERRANO RAMOS, A. C. (2008) – Novos dados sobre a ocupação antiga do Centro Histórico de Lagos. A intervenção na Rua 25 de Abril, nºs 53-55. *Xelb. Silves*. 8:2. pp.87-98.

SERRANO RAMOS, E. (1976) - La cerámica romana de los Hornos de la Cartuja (Granada). *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada* 1, pp. 215-233.

SERRANO RAMOS, E. (1978) - Cerámica común romana del alfar de Cartuja (Granada). *Baetica* 1, Málaga, pp. 243-272.

SERRANO RAMOS, E. (2007) - La cerámica romana de la Bética. *Mainake* 29, pp.

215-225.

SERRANO RAMOS, E. (2007) – La Cerámica romana de la Bética. In *Tiempos de púrpura. Málaga antigua y antigüedades hispanas II*. Revista MAINAKE nº 29, pp. 215-225

SILVA et al, 2005: Silva, P.; Borja, F.; Zazo, C.; Goy, J.; Bardají, T.; De Luque, L.; Lario, J. e Dabrio, C. (2005): “Archaeoseismic record at the ancient Roman city of Baelo Claudia (Cádiz, south Spain)”. *Tectonophysics* 408, pp.129-146. doi:10.1016/j.tecto.2005.05.031

Silva et al., 1980: Silva, C. T; Soares, J.; Beirão, C. M.; Dias, L. F.; Coelho-Soares, A (1980) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica VI-VII*, pp. 149-218

Silva et al., 1984: Silva, C. T; Soares, J.; Dias, L. F.; Coelho-Soares, A (1984) – Escavações Arqueológicas na Ilha do Pessegueiro (Sines). *Notícia da segunda campanha (1981)*. *Arquivo de Beja*, vol. 1, II série, pp. 11-45

SILVA, C. T.; SOARES J.; COELHO-SOARES A., (1992) - Estabelecimento de produção de salga da época romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica IX-X*, Setúbal, p. 335-374.

SILVA, C. T; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A (1992) – Estabelecimento de produção de salga da época romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica, IX-X*, Setubal, pp 335-374

Silveira et al, 2016: SILVEIRA, G.; ACCHAR, W.; GOMES, U.; LABRINCHA, J.; MIRANDA, C.; SILVEIRA, R. (2016) - Avaliação do mineral caulinita presente em argilas portuguesas para uso em grês porcelanato. 22º CBECiMat - In Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciência dos Materiais, pp. 999-1010

Sotomayor et al, 1984: SOTOMAYOR MURO, M.; ROCA ROUMENS, M.; CONTRERAS CORTES, F.; MORENO ONORATO, A. y FERNÁNDEZ GARCÍA, M^a I. (1984): “El centro de producción de terra sigillata hispánica de Los Villares de Andújar, Jaén. Campaña de 1982”, *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada* 9, pp. 235- 260

SOUSA, E. (2009) – A cerâmica de tipo Kuass no Algarve. *Cadernos da Uniarq*, 4. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

Sousa, E.; Arruda, A. M. (2010) – A gaditanização do Algarve. In *Mainake XXXII (II)*. pp. 951-974

SOUSA, E.; SERRA, M. (2006) - Resultados das intervenções arqueológicas realizadas

na zona de protecção do Monte Molião (Lagos). *Xelb.* 6. pp. 5-20.

STIENSTRA, P. (1986) – Systematic macroscopic description of the texture and composition of ancient pottery: some basic methods. Leiden: Department of Pottery technology. Newsletter IV. pp.29-48

TRINDADE, M.J.F. (2007): Geoquímica e mineralogia de argilas da bacia algarvia: transformações térmicas, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro.

TUFFREAU- LIBRE, M. (1980) - La céramique commune gallo-romaine dans le nord de la France (nord, Pas de- Calais, Presses universitaire de Lille.

VALERA PÉREZ, R. (2005) - Producciones realizadas en el alfar localizado en la parcela 2.12 del plan Parcial de RENFE. *Arte, Arqueología e Historia*, Nº 12, Córdoba, pp. 67-77.

VEIGA, E. da (1910) - Antiguidades monumentaes do Algarve. Cap. V: Tempos históricos. *Lacobriga. O Arqueólogo Português*. Lisboa. XV, pp. 220-222.

VIANA, A.; FORMOSINHO, J; FERREIRA, O. V. (1952) – Alguns Objectos Inéditos do Museu Regional de Lagos, Monte Molião. *Revista Guimarães*. Guimarães. Nº62. pp.133-142.

VIEGAS, C. (2011) – A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e Oriental no período romano. *Estudos e Memórias* 3. Lisboa: Uniarq

VIEGAS, C. (2012) - Imports and local production: common ware from urban sites in southern Lusitania (Algarve). In *Rei Cretariae Romanae Fautores Acta* (Belgrado 2010), p. 407-417.

ANEXOS

Compartimentos	Unidades			
Compartimento 5	121	131	135	
	136	137	140	
	141	144	148	
Compartimento 6	139			
	Cetária 1	129	Cetária 2	119
		228		130
		232		132
		238		133
		239		138
				142
Compartimento 9	281	285	294	
	295	308	311	
	312	317	318	
	319	320	334	
	335	344		
Compartimento 11	255	256	257	
	261	282	283	
	286	289	293	
	299	302	309	
	313			
Compartimento 14	249	250	336	
	337	345	355	
	356	364	366	
	367	368	369	

Tabela 1 - Compartimentos e respectivas unidades



Figura 3 - Planta de síntese das estruturas escavadas no Sector A de Monte Molião

Orig. Fabrico	Pasta	Cozedura	Revestimento	Inclusões				Porosidade	Cor	Grupo
				Frequência	Forma	Dimensão	Grão			
Bética Costeira	Compacta e calcária	A	Ausente	Abundantes	Variada	Pequena	Fino	Média/Baixa	Bege Branco-creme Laranja	1
				Frequentes	Variada	Pequena	Fino	Média/Baixa	Bege Bege alaranjado Bege rosado Branco-creme Castanho alaranjado (cor tijolo) Laranja	2
				Raras	Variada	Pequena e Média	Fino	Média/Baixa	Bege Branco-creme Laranja	3

Tabela 2 - Grupos de fabrico da Bética Costeira

Orig. Fabrico	Pasta	Cozedura	Revestimento	Inclusões				Porosidade	Cor	Grupo
				Frequência	Forma	Dimensão	Grão			
Bética Guadalquivir	Compacta, siliciosa, por vezes calcária	A	Ausente	Abundantes	Variada	Pequena e Média	Finos e grosseiros	Alta/Média	Bege Bege rosado Branco-creme Laranja	4
				Muito frequentes/ Frequentes	Variada	Pequena e Média	Finos e grosseiros	Média/Baixa	Bege Branco-creme Laranja	5
				Pouco Frequentes	Variada	Pequena e Média	Finos	Média/Baixa	Bege Branco-creme	6

Tabela 3 - Grupos de fabrico do vale do Guadalquivir

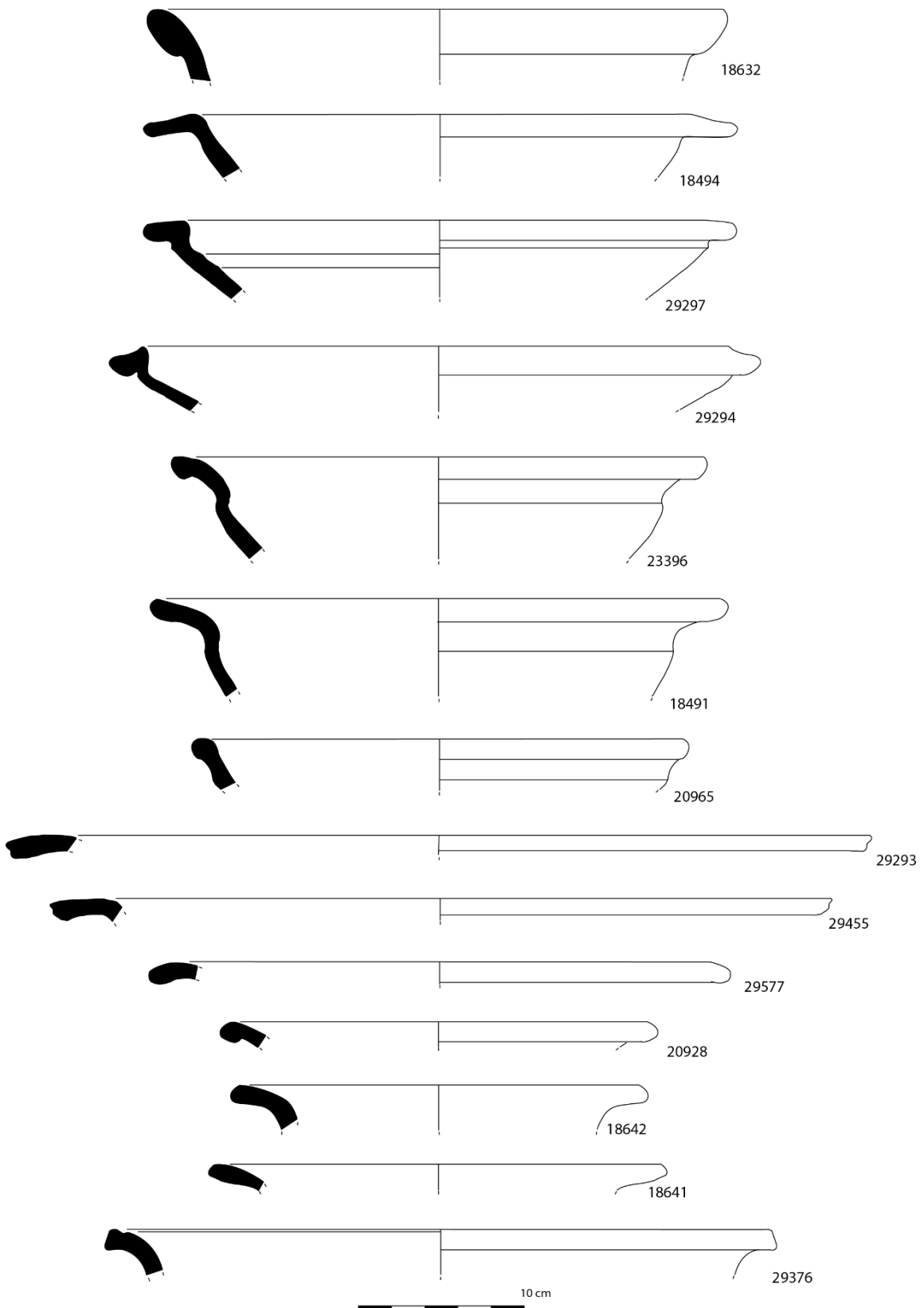


Figura 4 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: alguidares / bacias

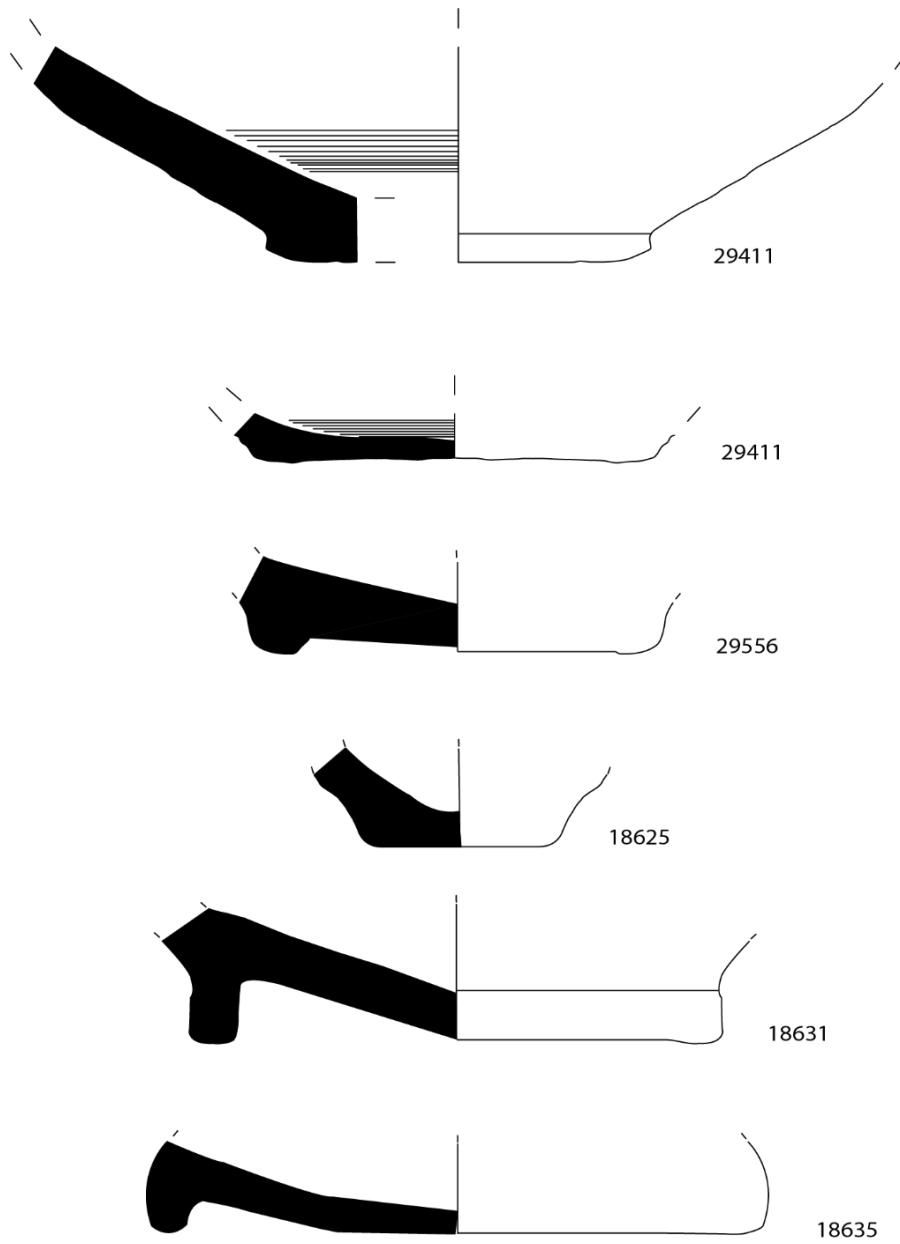


Figura 5 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: fundos de almofariz

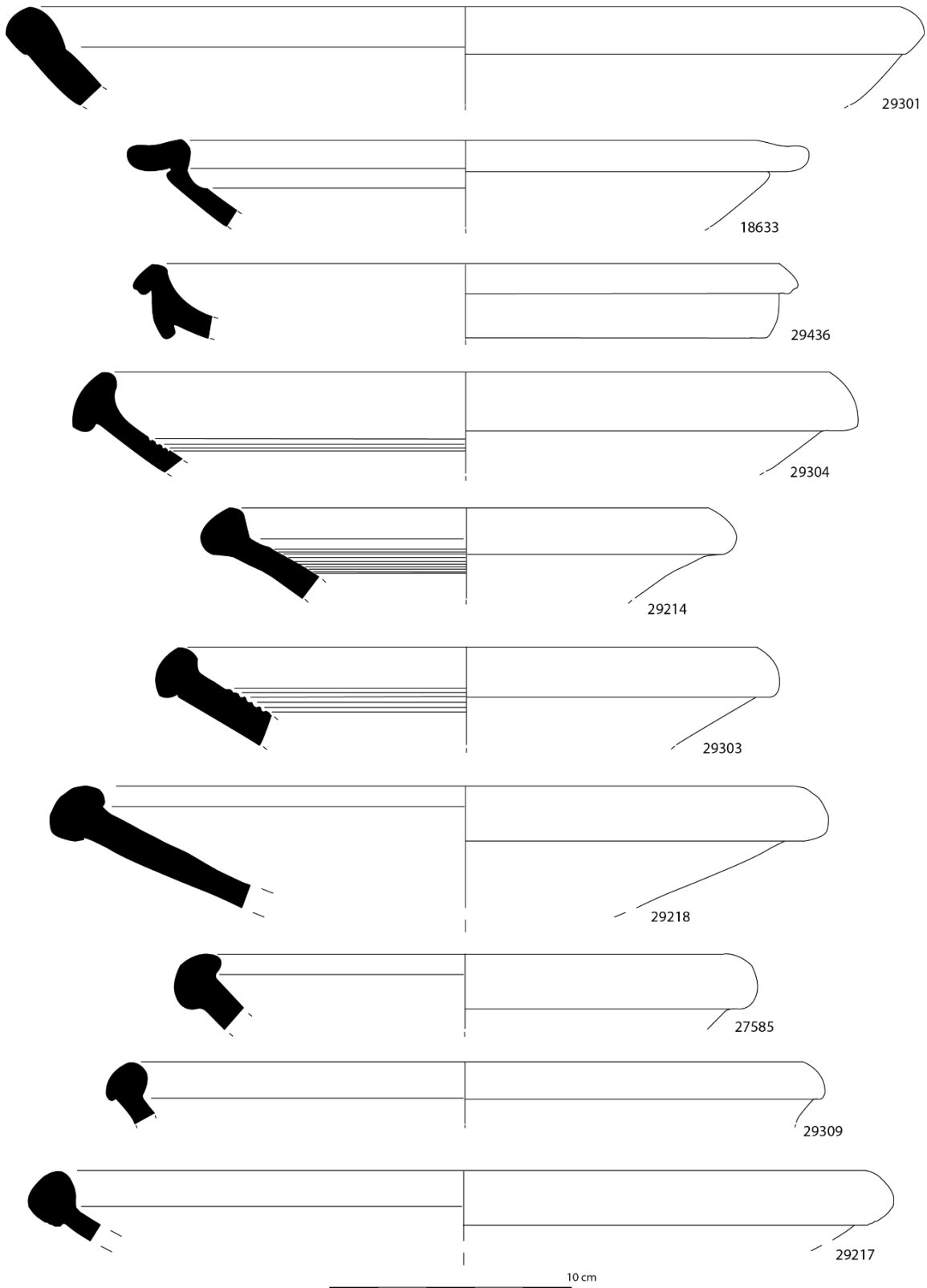


Figura 6 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: Alfariz

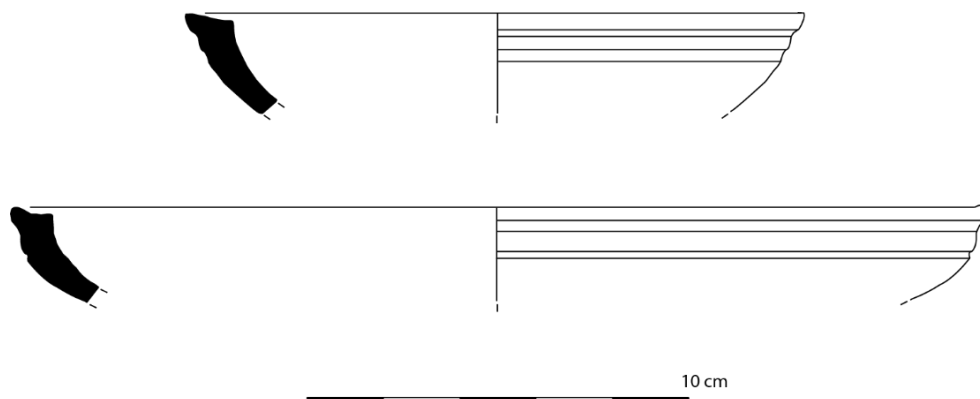


Figura 7 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: funil

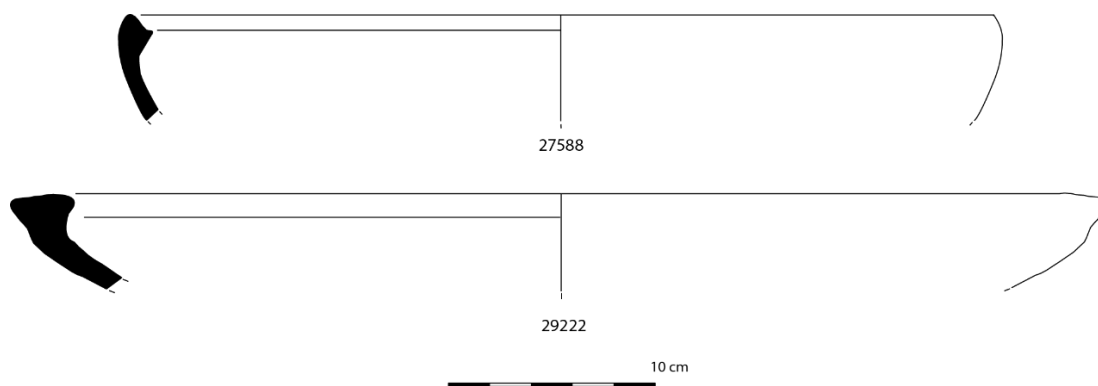


Figura 8 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: Caçoila

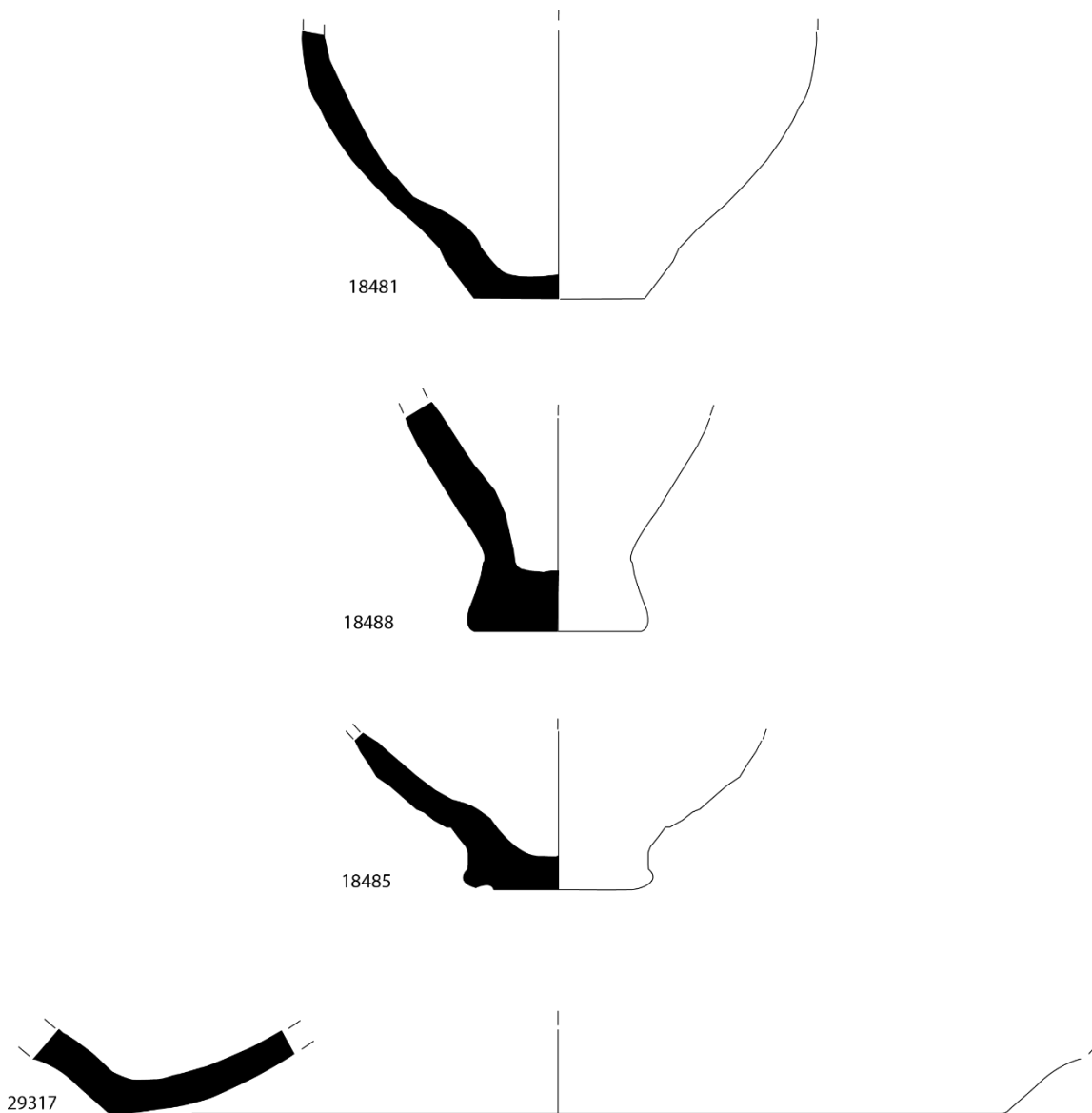


Figura 9 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: fundos de Potes/Panelas

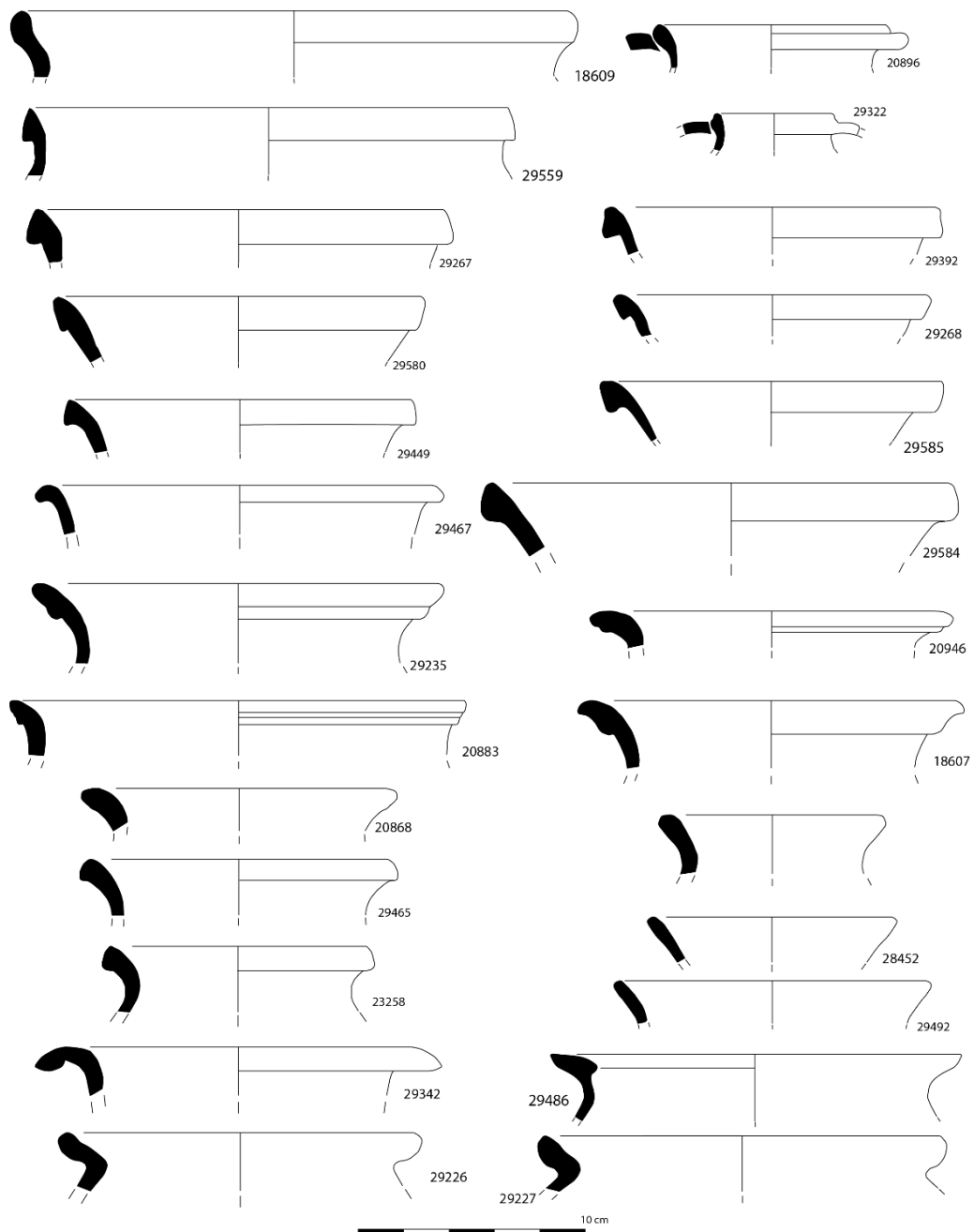
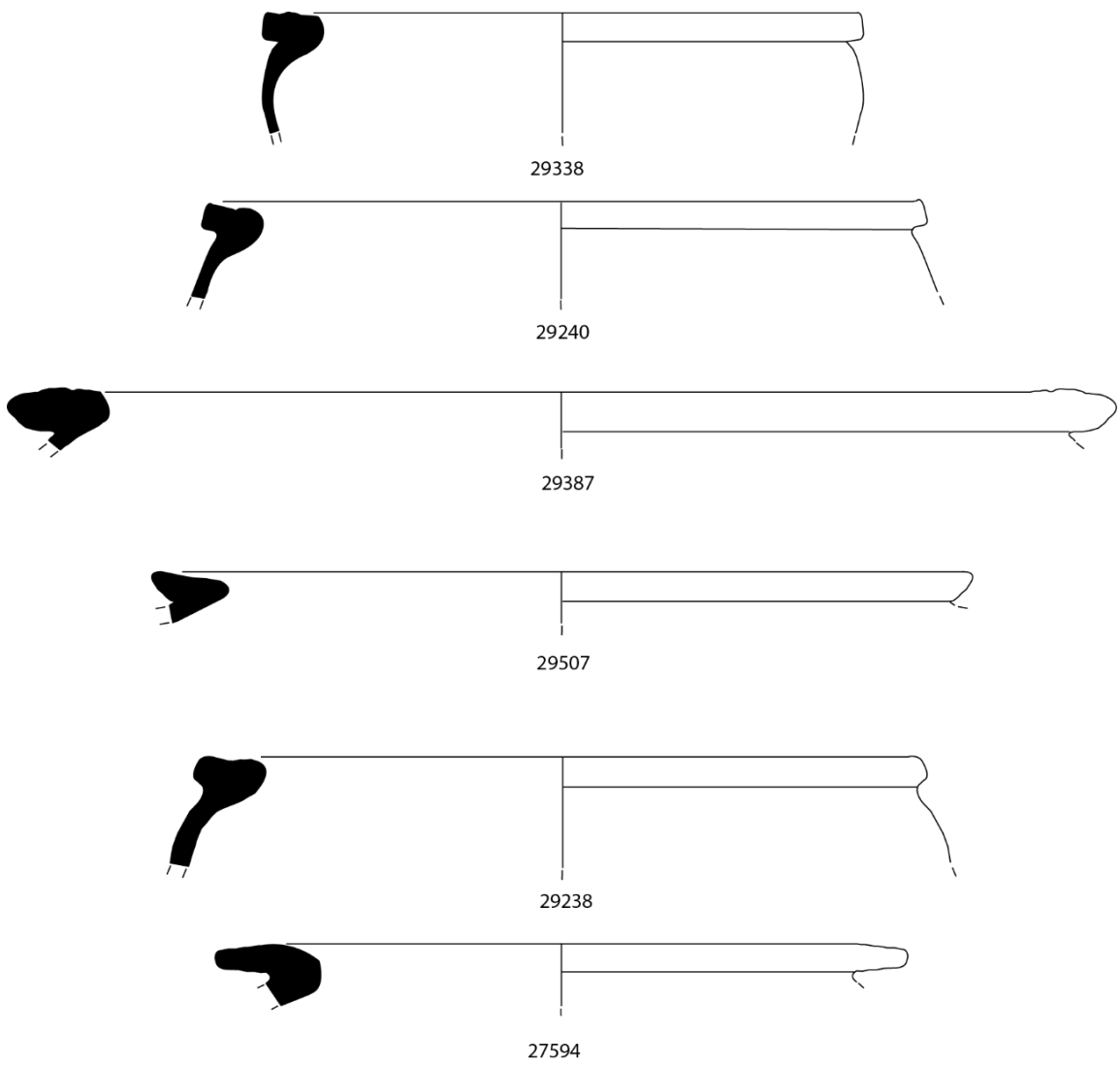


Figura 10 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: bordos de Potes/Panelas



10 cm
Figura 11 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: Tachos

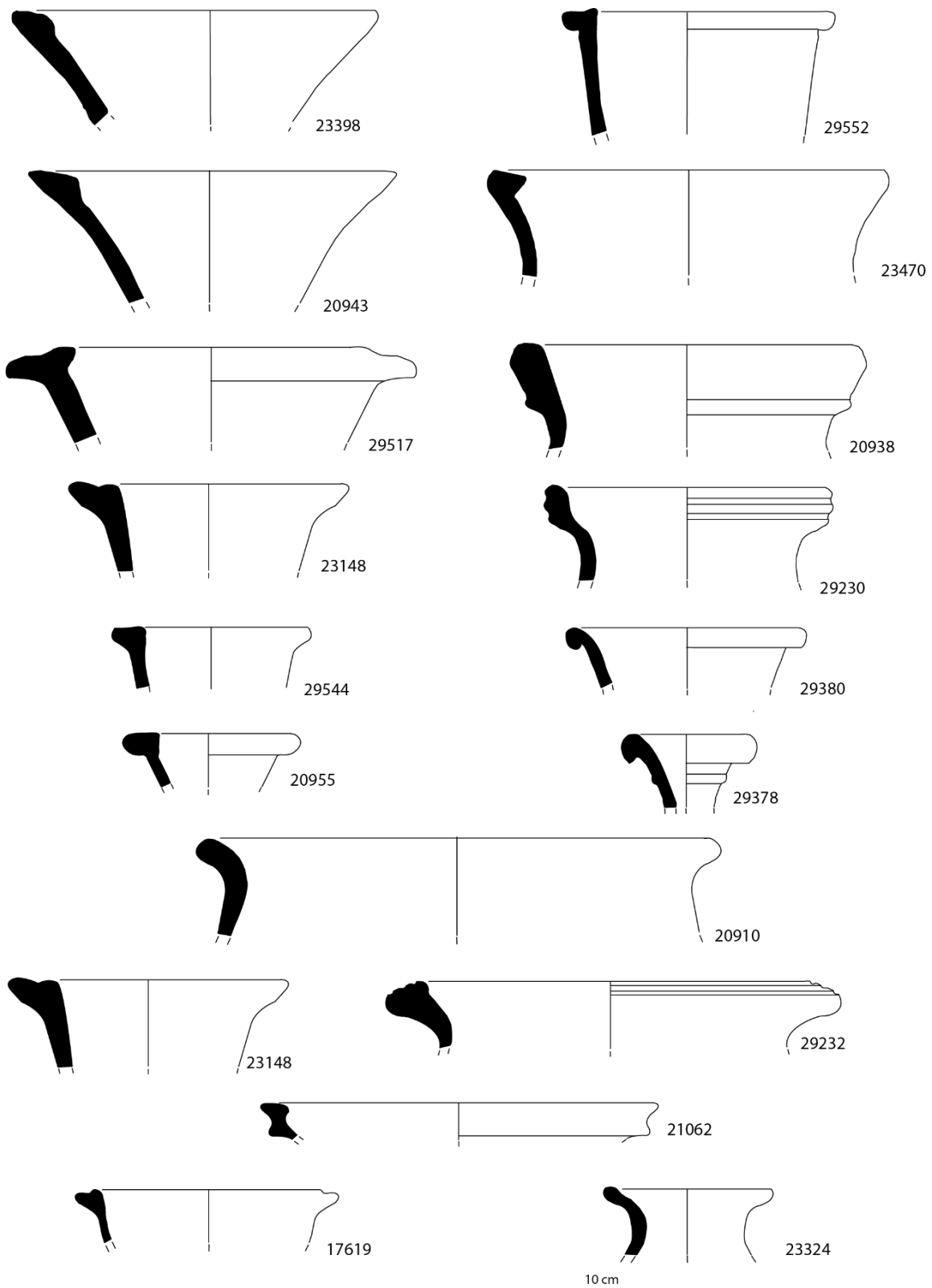


Figura I22 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: Jarros

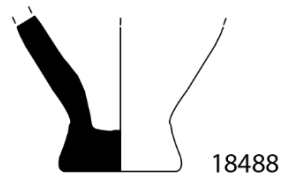
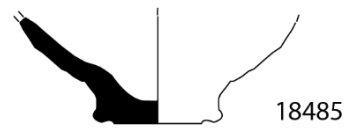
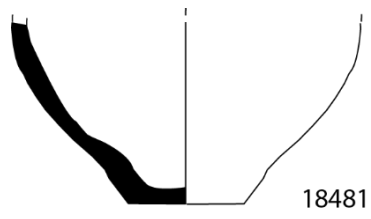


Figura 13 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: fundos de jarros

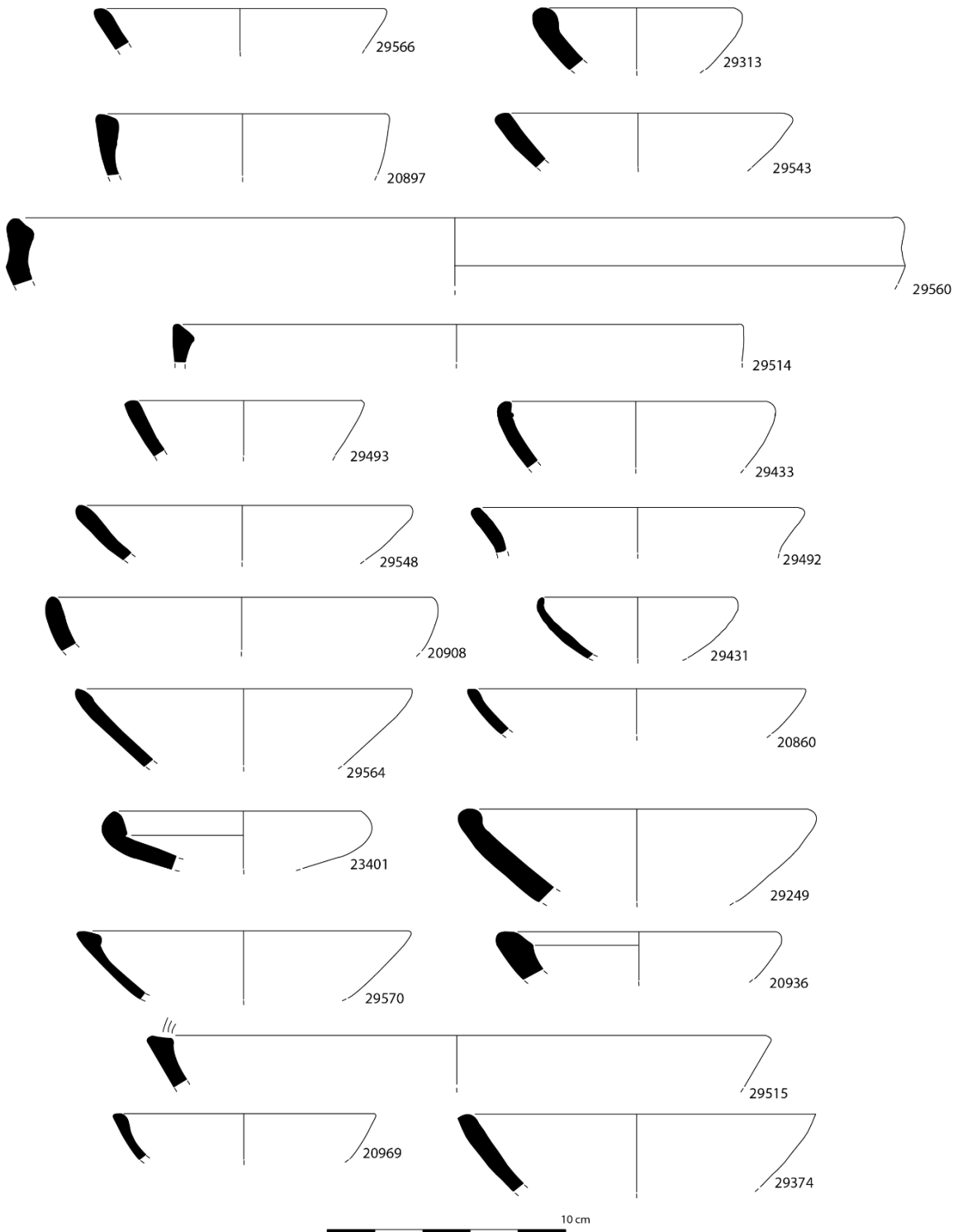
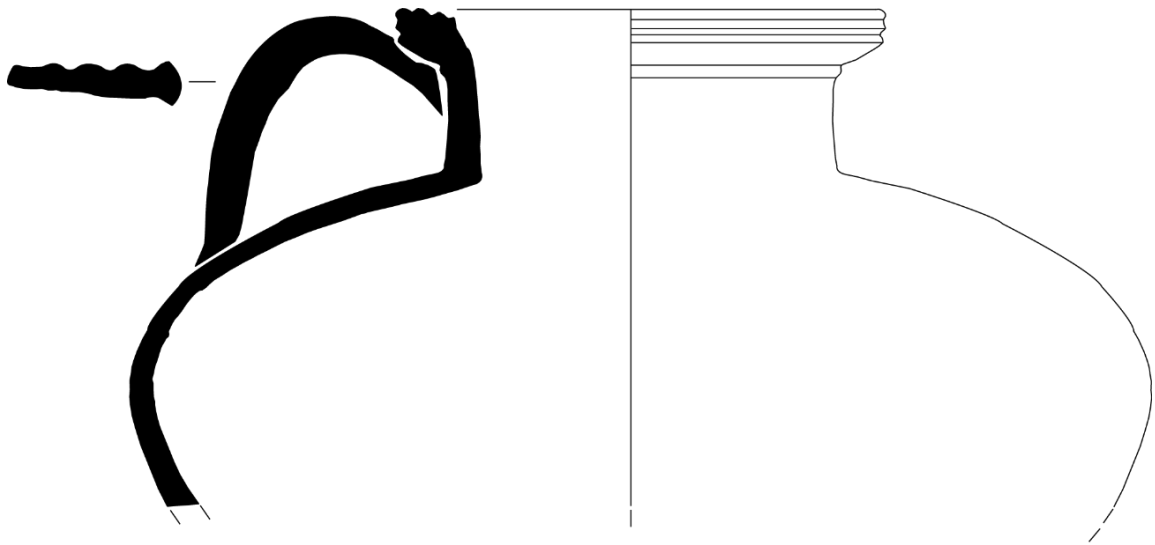
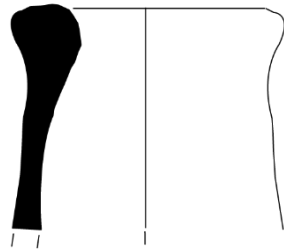


Figura 14 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: Taças/Tigelas



29578



23149



Figura 15 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: Garrafa

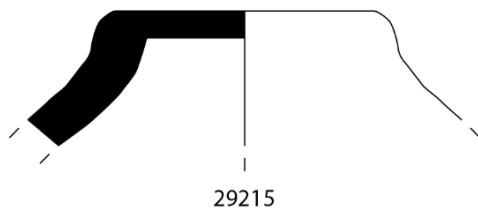
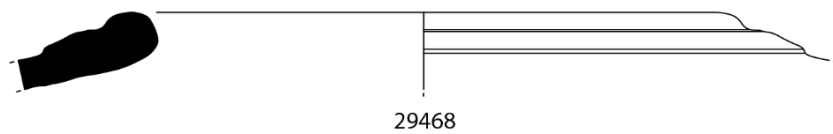
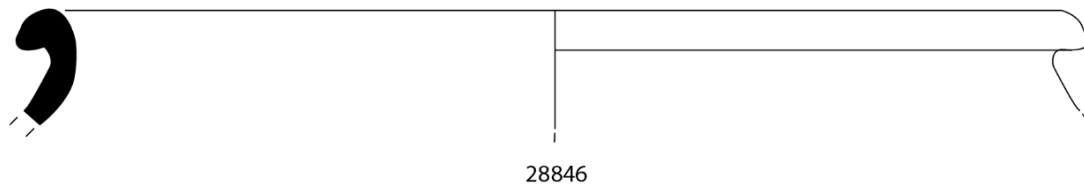


Figura 16 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: Grandes recipientes / dolia

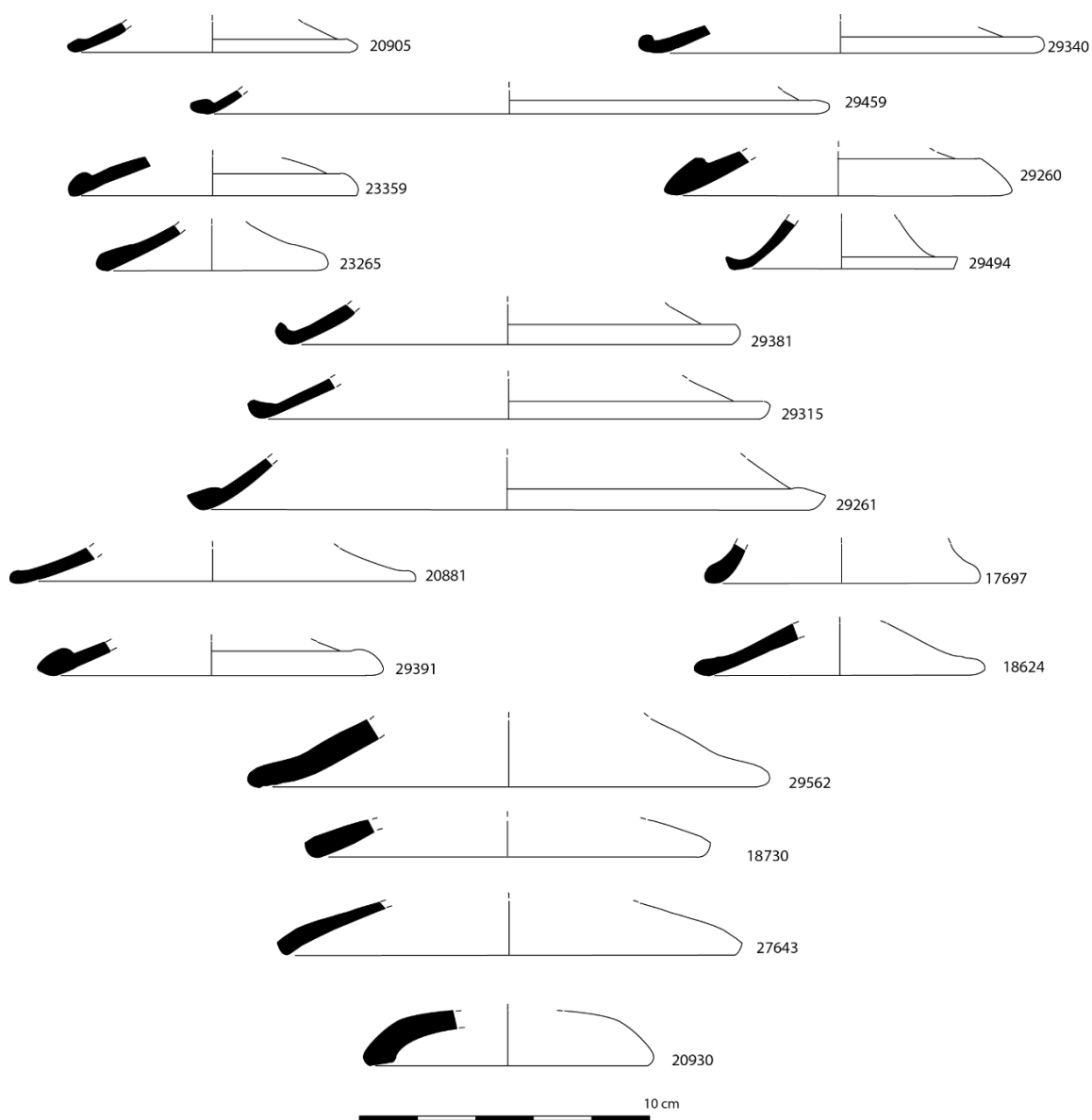


Figura 17 - Cerâmica comum bética de Monte Molião: Tampas/Opérculos